

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**Mauro Machado Vieira**

**Intensificação e consentimento: reflexões sobre as atividades  
dos docentes do Ensino Público Superior (1990-2013).**

**Uberlândia - MG**

**2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas  
da UFU, MG, Brasil.**

---

V65      Vieira, Mauro Machado, 1967-  
8i              Intensificação e consentimento : reflexões sobre as  
2016      atividades dos docentes do Ensino Público Superior (1990-  
                    2013) / Mauro Machado Vieira. - 2016.  
                    138 f.

Orientadora: Jacy Alves Seixas.  
Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Ensino  
superior - Brasil - História -1990-2013 - Teses. 4.  
Universidades e faculdades públicas -Administração - 1990-  
2013 - Teses. I. Seixas, Jacy Alves. II. Universidade Federal  
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

**Mauro Machado Vieira**

**Intensificação e consentimento: reflexões sobre as atividades  
dos docentes do Ensino Público Superior (1990-2013).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Jacy Alves Seixas

**Uberlândia - MG**

**2017**

**Mauro Machado Vieira**

**Intensificação e consentimento: reflexões sobre as atividades  
dos docentes do Ensino Público Superior (1990-2013).**

---

Profª. Drª. Jacy Alves de Seixas (UFU)  
Orientadora

---

Prof. Dr. Gilberto Cezar de Noronha (UFU)

---

Prof. Titular Dr. Antônio de Almeida (UFU)

---

Profª Drª Marilena Julimar Aparecida Fernandes Jerônimo (UEG)

---

Profª Drª Sandra Mara Dantas (UFTM)

## RESUMO

A tese aqui defendida parte do pressuposto de que a intensificação e o consentimento, praticados nas relações de trabalho industrial, se repetem nas relações de trabalho docente do Ensino Público Superior. Tomando como base as décadas de 1990 a 2013, a mudança de administração burocrática para gerencial do Estado brasileiro, iniciada no Governo Fernando Collor de Mello [1990-1992], sistematizada e efetivada no Governo Fernando Henrique Cardoso [1995-2002], foi o ponto crucial para a institucionalização de metas a serem cumpridas pelo corpo docente universitário. A administração gerencial é o instrumento que possibilita a implantação da política do Estado Mínimo – diminuir ao extremo gastos com o setor público e redução de impostos para a melhor circulação da produção interna e externa dos produtos industriais. Tal política gerencial-administrativa, imbebida nas estratégias econômicas neoliberais, estende-se aos governos Luiz Inácio Lula da Silva [2003-2010] e Dilma Rousseff [2011-2016]. Para a análise, do período supracitado, foram selecionados artigos científicos no sítio Scielo e na Revista Universidade e Sociedade/ANDES que testemunhassem diretamente as relações de trabalho docente no Ensino Público Superior. Durante o processo de pesquisa e leitura dos artigos, a representação da intensificação das relações de trabalho é evidenciada através de testemunhos que estandardizam o excesso de cobrança na produção/publicação de pesquisas no indicativo de quantidade *versus* qualidade. A prática do produtivismo científico e as regras para os financiamentos, que envolvem a quantidade de formandos bem como o número de produção científica, assumem forma de determinismo para a postura acadêmica do docente. Diante disso, o desligamento dos Programas de Pós-Graduação torna-se linha de fuga dos docentes para demonstrar o descontentamento com as novas regras, desgastes físicos e psicológicos.

Palavras-Chave: Docente, Intensificação, Consentimento, Administração Gerencial, Ensino Público Superior.

## ABSTRACT

My thesis assumes that the intensification and consent, practiced in industrial labor relations, are repeated in the teaching labor relations Higher Public Education. Based on the decades from 1990 to 2013, the change of bureaucratic administration to management of the Brazilian state, which began in the Fernando Collor de Mello [1990-1995], systematic and effective in the Fernando Henrique Cardoso [1995-2002], was the crucial point for the institutionalization of targets to be met the university faculty. The management board is the instrument that enables the implementation of the minimal state policy - the extreme decrease spending on the public sector and tax cuts for the better flow of domestic and foreign production of industrial products. Such managerial-administrative policy, embedded in the neoliberal economic strategies, extends the governments Luiz Inacio Lula da Silva [2003-2010] and Dilma Rousseff [2011-2016]. For the analysis, the above-mentioned period, were selected scientific papers in the Scielo site and journal University and Society / ANDES directly witness the teaching labor relations in public higher education. During the process of research and reading the articles, the representation of the intensification of labor relations is evidenced by testimonials that standardize over-charging in the production / publication of research on the amount of indicative versus quality. The practice of scientific productivism and the rules for financing, involving from the number of graduates and the number of scientific, take the form of determinism for the academic position of teaching. Thus, the shutdown of Graduate Programs becomes line of flight of teachers to show dissatisfaction with the new rules, wear physical and psychological.

Keywords: Teacher, Intensification, Consent, Management Administration, Higher Public Education.

## L I S T A D E Q U A D R O S

Quadro 1	Plano de trabalho: componente curricular na graduação de Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016 .....	22
Quadro 2	Plano de trabalho: atendimento ao estudante na graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016. Atendimento ao Estudante .....	22
Quadro 3	Plano de trabalho: atividades na graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016. Atendimento ao Estudante .....	23
Quadro 4	Plano de trabalho: atividades de pesquisa. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.....	23
Quadro 5	Plano de trabalho: atividades de extensão. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.....	24
Quadro 6	Plano de trabalho: atividades de extensão – UFU, 2016 .....	24
Quadro 7	Plano de trabalho: atividades administrativas e de Assessoramento. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016 .....	24
Quadro 8	Plano de trabalho: outras atividades. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016. 25	
Quadro 9	Plano de trabalho: registro da carga horária semanal total. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016 .....	25
Quadro 10	Setores do Estado segundo as Formas de Propriedade e de Administração, Brasil, 1995. 32	
Quadro 11	Programas de Pós-Graduação em História das Instituições Públicas do Brasil e respectivas notas da Avaliação Trienal 2013 da CAPES, Brasil, 2016 .....	91

## S U M Á R I O

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE REPRESENTADA PELO PRODUTIVISMO CIENTÍFICO.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1 Intensificação no labor docente: apropriação dos tempos de trabalho e não trabalho .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 2 DA INTENSIFICAÇÃO AO CONSENTIMENTO.....</b>	<b>73</b>
<b>2.1 A violência da racionalidade técnica na academia e o desenraizamento das experiências coletivas e temporais no pensar, sentir e agir do docente do Magistério Superior. .....</b>	<b>73</b>
<b>2.2 Produtivismo e reconhecimento na academia: moeda de face única – consentir, resistir e silenciar. .....</b>	<b>81</b>
<b>CAPÍTULO 3 TESTEMUNHOS DE RESISTÊNCIA AO PRODUTIVISMO NO LABOR DOCENTE .....</b>	<b>101</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>118</b>
<b>Documentos .....</b>	<b>118</b>
<b>Livros, Teses e Dissertações .....</b>	<b>119</b>
<b>Publicações Periódicas .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

*Não sou nada.  
Nunca serei nada.  
Não posso querer ser nada.  
A parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.*  
(CAMPOS, 1997, p. 362)<sup>1</sup>.

A contradição do não ser nada, e, ao mesmo tempo, estar carregado de sonhos, fez de mim o homem que sou hoje. A relação com a docência, as representações do ensinar as gerações mais velhas e as mais novas sempre foram vistas como os negadores de quem eu era e do que desejava ser. Por muito tempo, 'fui um ressentido que prefere ser 'protegido' – ainda que ser livre, mas desamparado.' (KEHL, 2004, p. 14)<sup>2</sup>. As práticas discursivas da Medicina entre normalidade e anormalidade foram determinantes para que meus familiares decidissem sobre a minha participação nas práticas educativas e, consequentemente, no meu modo de pensar por uma década e meia da minha vida.

Quando outras idiossincrasias sociais começaram a conflitar com uma anormalidade apenas fisiológica de que eu tinha alguma coisa, mas não era aquela coisa, deixo de ser o ressentido responsabilizador do outro, e me torno um ressentido que mobiliza a mudança de condição. Ressalto que ainda me pego em momentos delicados da vida, nas decisões determinantes de um amanhã, usando a sensação de limitações fisiológicas como justificativa para retardar o processo do que deve ser assumido como decisão minha.

<sup>1</sup> CAMPOS, Álvaro de. (heterônimo de FERNANDO PESSOA). Tabacaria. In: PESSOA, Fernando. Obra Poética. (Organização, Introdução e notas) Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 1997.

<sup>2</sup> KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

Depois de tantos conflitos e angústias, considero esta tese de doutoramento como a sublimação do ressentimento, já que a orientadora efetivou ser exclusivamente minha essa responsabilidade, é uma tese de doutorado, a pesquisa é sua. Nessa hora, o sentimento de vazio foi como um grande 'buraco negro'. Não existiam cordas nem outras vozes para assumir o meu lugar: apenas o delineamento da problemática da pesquisa, a coleta e a análise compreensiva do fenômeno intensificação e consentimento do corpo docente universitário superior.

Julgo que, independentemente das avaliações finais, a experiência, propiciada no doutorado, possibilitou o final de um ciclo da minha vida, porque assumo o meu lugar comum, negando as práticas discursivas da Medicina, uma das instituições que fundamentam o esquadriamento do cidadão como normal ou anormal.

Para um homem que imagina seu futuro quase sempre a partir de sua experiência passada, voltar a ser normal significa retomar uma atividade interrompida, ou pelo menos uma atividade considerada equivalente, segundo os gostos individuais ou os valores sociais do meio. Mesmo que essas atividades sejam atividades reduzidas, menos flexíveis do que eram antes, o indivíduo não dá tanta importância assim a esses detalhes. O essencial, para ele, é sair de um abismo de impotência ou de sofrimento em que ficou definitivamente; o essencial é ter escapado de boa. (CANGUILHEIN, 2007, p. 81)<sup>3</sup>.

No entanto, essas vozes ainda estão em mim. Percebo isso porque sou um sujeito esquadriado, sou parte de uma sociedade também instituidora de papéis sociais, mas nem por isso excluo-me dos outros. Apenas olho e exerço a liberdade da opção e do aprendizado do respeito às singularidades de cada cidadão e aos grupos sociais, optando pela educação enquanto alternativa de aproximação a uma sociedade realmente democrática.

Sou oriundo das classes proletárias e, mesmo hoje, sinto-me a um tempo próximo e afastado delas. Dentro de mais alguns anos é possível, suponho, que essa dupla relação não seja para mim tão evidente; mas é sempre susceptível de afetar o que eu disser. Poderá ajudar-me a transmitir uma sensação mais verídica da vida do proletariado e evitar algum dos riscos de má interpretação, em que o homem de fora facilmente incorre. Por outro lado, o próprio fato de estar pessoalmente em causa apresenta perigos consideráveis. [...]. **Contudo, ao escrever, encontro-me constantemente na obrigação de resistir a uma forte pressão interior que me leva a encarar o antigo como muito mais admirável que o novo, e o novo como algo de condenável, sem que para tal me baseie na minha compreensão consciente do material de que disponho. Estou, pois, a olhar esse**

<sup>3</sup> CANGUILHEIN, Georges. O normal e o patológico. Tradução: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Revisão técnica: Manuel Barros da Motta. Tradução do posfácio de Pierre Macherey, e da apresentação de Louis Althusser Luiz Otávio F. Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

**material através da lente deformadora da nostalgia:** fiz o que me foi possível para obstar aos seus efeitos. (HOGGART, 1973, p. 21, grifo meu)<sup>4</sup>.

O ofuscamento em que posso incorrer é a angústia do desejo de contribuir na mudança dos lugares que ocupei. Primeiro, a 'anormalidade', enquanto um sujeito ressentido e acomodado com o enquadramento médico de ser doente, e não ter uma doença, a efetivação de um limite, algo que não pode ser transposto e visto de outras formas. Consequentemente, resta a acomodação.

Incorro na indignação da dinâmica do tempo de aceitação e o acordar e agir, movimento natural de todo ser, a normalidade, principalmente, quando se parte do pressuposto de que é apenas no momento em que se conhece o anormal é possível definir o que é normal. (CANGUILHEIN, 2007)<sup>5</sup>.

O contato com a literatura científica possibilitou conhecer o avesso das práticas médicas, partindo das regras da “norma que se torna o critério de divisão dos indivíduos, dado o fato de estar constituída uma sociedade da norma, a medicina, como ciência rainha acima de tudo do normal e do patológico.” (FOUCAULT, 2011, p. 395)<sup>6</sup>.

A definição de normalidade é uma das formas de controle do Estado justificadas pela racionalização médica. Geralmente não consideram o hiato entre normal e patológico, não possibilitam ao indivíduo classificado como 'anormal' um processo político-social ativo; resta-lhe apenas a passividade diante do enquadramento particular em que foi depositado.

Ao ficar na fila da Secretaria Regional de Minas Gerais para pegar medicamentos, vejo familiares ou sujeitos que 'aceitaram' o enquadramento de anormal sem lhe serem, muitas vezes, oferecidas condições para novos olhares sobre a vida e a doença. Os dispositivos de poder da Medicina enquanto representante da 'verdade', a ausência das políticas públicas no investimento de equipes multiprofissionais, formação educacional especial e integradas na educação regular impossibilitam esses sujeitos de reconhecer sua normalidade assumindo o papel de excluídos como qualquer

<sup>4</sup> HOGGART, Richard. As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa-Portugal: Editorial Presença, 1973.

<sup>5</sup> CANGUILHEIN, Georges. O normal e o patológico. Tradução: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Revisão técnica: Manuel Barros da Motta. Tradução do posfácio de Pierre Macherey, e da apresentação de Louis Althusser Luiz Otávio F. Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 07).

possibilidade de autonomia. O enquadramento deles antes eram os hospitais e manicômios; hoje são suas casas e os outros decidindo por eles – ausência do direito de optar. São sujeitos (as)sujeitados à decisão dos outros.

No entanto, a literatura científica e as organizações sociais já provam condições de superação, mas a maioria dos indivíduos são ainda considerados 'incapacitados' para participarem diretamente da sua própria história de vida. Os seus familiares, crédulos no discurso médico, assumem a necessidade de isolar os 'seus anormais', e não agem como mobilizadores da construção de novos olhares.

Os 'doentes' são os pertencentes a um grupo social sem direito ao esquecimento individual, mas esquecidos pelas políticas públicas – saúde, educação, trabalho, lazer, segurança, habitação – e estigmatizados coletivamente, pela efetivação da 'verdade' das práticas discursivas da Medicina. Esses sujeitos, institucionalizados como doentes e anormais, não deixam testemunhos, silenciam.

A testemunha comumente testemunha a favor da verdade e da justiça e delas a sua palavra extrai consistência e plenitude. Nesse caso, porém, o testemunho vale essencialmente por aquilo que falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destrói a autoridade dos sobreviventes. [...]. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta. Contudo, falar de uma delegação, no caso, não tem sentido algum: os submersos nada têm a dizer, nem têm instruções ou memórias a transmitir. (AGAMBEN, 2008, p. 43)<sup>7</sup>.

Quando deixam seus testemunhos, quando muito são lidos por especialistas. Ao público leigo o que chega é a arte – literatura em particular. A expressão 'prefiro não' tão desejosa por muitos, pode ser entendida como 'loucura', 'impossível'. Como viver o mundo do capital com um discurso tão claro? Deleuze (1997) interpreta de forma transparente a personagem Bartleby, que vai para além da obra<sup>8</sup>, demonstrando o silêncio com que o estigmatizado é deportado. Não temos um local específico, ele vai circular, segundo os julgadores do que é normal e anormal, apenas pelos locais autorizados pelos dispositivos de poder da linguagem - A verdade e as formas Jurídicas (FOUCAULT, 1999)<sup>9</sup>.

O ato fundador do romance americano, o mesmo que o do romance russo, consistiu em levar o romance para longe da via das razões e dar nascimento a esses personagens que estão suspensos no nada, que só sobrevivem no vazio,

<sup>7</sup> AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>8</sup> MELVILLE, Herman. Bartleby, o escravário. Tradução de Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM, 2008.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Supervisão final de Léa Porto de Abreu Novais et al. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

que conservam seu mistério, desafiam a lógica e a psicologia. Mesmo sua alma, diz Melville, é 'um vazio imenso e terrorífico', e o corpo de Ahab é uma 'concha vazia'. Se existe uma fórmula, ela certamente não é explicativa, e o PREFIRO NÃO continua sendo uma fórmula cabalística, assim como a do Homem do subsolo, que não pode impedir que 2 e 2 sejam igual a 4, mas que não se RESIGNA a isso (prefere não 2 e 2 ser igual a 4). (DELEUZE, 1997, p. 107, destaque do autor)<sup>10</sup>.

Considero, ainda, importante questionar - qual é o insano? O que expressa o desejo? Ou o que aceita as regras deterministas da política capitalista? O processo de estar aprendendo a ler para além do explícito me possibilita retornar nas minhas memórias e relê-las, abandonando os marcos do ressentido justificador do outro e sim o ressentimento político na superação e reconhecimento de si.

Entender o ressentimento enquanto elemento de motivação para mudança da história social que escrevo, a inserção no mercado de trabalho, experienciando a condição operária e estudante de escolas públicas com a peculiaridade de professores bons. Mas nos tempos passados em que estive ausente da escola, conheci a formação do supletivo, da quinta à oitava série em dois anos, e o colegial normal.

Concluí a formação básica com 24 anos de idade. No processo dessa formação, a intervenção de alguns professores, ao discorrerem sobre novos olhares de mundo e o etnólogo Wilson Gallego Garcia foram responsáveis por eu ingressar numa universidade e concluir a formação em Ciências Sociais aos 28 anos de idade.

O fato de ter vivenciado as consequências da indicação médica dada aos meus pais, ' julgo que devem tirar ele da escola', e eles, como parte dos leigos que tomam a fala médica como a última verdade, tiraram.

[...] na escola, quando um garotinho não se sai bem nos exames, o psiquiatra é chamado a meter o nariz. Diz: 'Mas o que anda acontecendo? Qual é o drama afetivo, qual é o problema familiar, em que ponto dos desenvolvimentos psicofisiológico e psiconeurológico ele parou e que estaria na origem de tudo isso?' Quanto ao problema sexual do adolescente: o que faz a família? Enviam-no ao psiquiatra ou ao psicanalista. Se um rapaz comete um ato delituoso, é detido, submetido a exame psiquiátrico etc. (FOUCAULT, 2011, p. 332/3)<sup>11</sup>.

Ao deixar a escola com 12 anos, ingressei no mercado de trabalho, recebi o salário mínimo e olhei para a história dos meus pais, que não completaram os estudos, e

<sup>10</sup> DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart, Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. Radioscopia de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 07).

tinham casa própria, alimento na mesa e um carro. Logo, para que estudar? Assim, a negação da condição de sonhador se consolidou. Assumi o papel na reprodução da história das gerações anteriores sem reconhecer a consciência de classe, e o potencial que todo indivíduo possui para mudar a própria história.

A experiência com a Medicina (na qual os diagnósticos devem ser questionados e não tomados como a verdade); ter saído da escola e comungado com a ideia do não preciso estudar; ingressar no mercado de trabalho, acomodar os sonhos - exceto os ligados ao movimento 'natural' da história coletiva de uma parte significativa da sociedade -; ter um trabalho, possuir uma casa, um carro, ou seja, experienciar a vida dentro do modelo da comunidade de que fazia parte – enfim, ser mais um de todos os homens que, independentemente das diversidades da vida, lutou e pode ser considerado digno do respeito coletivo da sociedade. Mas, independente de mim, nenhum ser humano, não importa as condições que vivencia, pode ser visto como não-digno, como 'pertencente' a uma sociedade negadora da diferença e ausente das políticas que reconhecem e respeitam o outro.

O contato com as linguagens de outras classes sociais, enquanto trabalhava na função de vendedor de calçados, foi o que me fez acordar para a busca de outras possibilidades, ou seja, de cortar o vínculo com a história da comunidade pertencente, adequada aos dispositivos de poder econômico, político e cultural, e ousar, descobrindo novas formas de ler e viver o mundo.

Retornei aos estudos, a ambição de ser alguém um dia foi crescendo, e o conhecimento era o único caminho percebido como possível. Hoje, posso dizer que aprendi, na experiência histórica vivida, o conceito de alteridade, as interferências do outro no processo de formação cultural, educacional e político.

Na universidade, conheci as interpretações conceituais da relação indivíduo-sociedade. Esse foi o caminho que me levou à formação de bacharel e de licenciado em Ciências Sociais. Independentemente da fragilidade formativa desde o início da educação formal, assumi o papel na docência do Ensino Médio e Superior.

Considero que fui de forma concreta o professor criticado por Nietzsche na obra 'Escritos sobre educação', um dos alunos que chegou ao papel de docente, mas com uma formação cultural ofertada na educação formal fragilizada nas perspectivas literárias, culturais, linguísticas e clássicas. O meu comprometimento profissional

sempre esteve presente, mas as generalidades relativas ao conhecimento predominavam, já que o aprofundamento não ocorria.

[...] todos esses pobres mestres tão numerosos, a quem a natureza não concedeu dons para uma verdadeira cultura, e que chegaram mesmo à pretensão de fazer às vezes de mestres da cultura, só porque os impulsiona a necessidade de ganhar o pão de cada dia e porque a escola exige para si um excessivo número de mestres<sup>12</sup>! [...] Não deverão eles cair vítimas destes poderes da atualidade, que gritam para eles dia após dia, pela infatigável voz dos órgãos da imprensa: 'nós somos cultura! Nós somos a educação! Nós estamos nos cumes! Nós estamos no vértice da pirâmide! Nós somos a meta da história universal!'. (NIETZSCHE, 2012, p. 113)<sup>13</sup>.

A continuidade da formação tem superado a fragilidade discursiva e possibilitado a indignação consciente do anseio de contribuir nas concepções coletivas da comunidade a que pertenci, intervindo junto aos jovens que não continuaram seus estudos e são portadores de um potencial significativo para seguirem além dos muros das escolas e das universidades, na construção de suas próprias histórias e não na reprodução da história das gerações anteriores.

Uma ação constante, enquanto docente do Ensino Superior público, tem sido o repensar a relação da universidade com as escolas públicas, a desmistificação de que apenas os cursos ligados aos profissionais liberais (Medicina, Engenharias, Direito, Administração, etc.) possibilitam uma condição de vida melhor. Inclusive a crença de que as universidades públicas não têm portas de ingresso para os estudantes egressos do ensino público. Considero este um dos temas importantes que deve fazer parte dos currículos educacionais.

A formação educacional superior não é salvadora, mas constrói novos olhares referentes a uma questão mínima, uma visão política diferenciada. Por exemplo, tive o prazer de ter alunas em Pedagogia que mudaram a condição política de ser mulher, revendo o espaço que ocupavam nos seus lares. As discentes começaram a expressar, no lar e nos espaços de trabalho, suas vozes, diminuíram a condição de silenciosas. Isso mostra que o acesso ao conhecimento ainda é uma forma de se indignar com discursos ideológicos impostos pelas linguagens dispositivas, ou seja, todas as

<sup>12</sup> Ressalto ao leitor que não considero a fala do filósofo enquanto um questionador da importância de uma escola para todos, e sim um crítico defensor de uma formação sólida aos mestres que assumem uma sala de aula. Leciono há dezoito anos na formação de licenciandos e as fragilidades do ingressante como a saída deles da universidade ainda são visíveis – adquiriram um capital cultural (BOURDIEU), mas se não derem continuidade à formação, as generalidades continuarão a predominar na educação formal.

<sup>13</sup> NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre educação. Tradução, apresentação e notas de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, Edições Loyola, 2012.

formas de expressão – escrita, falada, silenciada, olhares, símbolos, etc - afirmadoras do controle social e buscar alternativas de superação.

O espaço universitário não deixa de ser um conflito de experiências entre o vivido e as ideias 'cristalizadas' de um tipo de mundo tendo como nó central o sacrilégio - um limite para as ações que podem e não podem ser executadas no cotidiano do cidadão. A universidade pode ser vista como um novo "horizonte, quer dizer, aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado." (KOSELLECK, 2006, p. 311)<sup>14</sup>.

No desejo de compreender um presente instável que vivencio na carreira no magistério superior público, recorro às minhas memórias dos 20 anos trabalhando como docente do Ensino Superior – 13 anos no ensino privado e sete no ensino público. Primeiro, com o objetivo de evidenciar nessa tese de onde falo, como olhava e como olho hoje a profissão docente. Segundo, foi no ano de 2001, ainda no setor privado, que comecei a perceber os indícios de desvalorização do professor no Ensino Superior.

Em 13 anos de magistério no setor privado, comecei a observar paulatinamente uma desvalorização do profissional professor, uma repetição do que aconteceu com a categoria docente do Ensino Básico. As formas de controle nas faculdades, centros universitários e universidades eram sutis, relativas apenas a diárias e à relação professor-aluno. As contratações não estavam fechadas para mestres e doutores, as diárias, o transporte dos docentes que residiam em outros municípios, o respeito à qualidade da hospedagem e à alimentação ocorriam de forma 'normal', sem resistência explícita.

As formas de controle foram mudando rapidamente: as contratações de docentes titulados findaram, apenas contratavam o estritamente necessário para atender às condições avaliativas do MEC. Mas na prática, uma forma clara de burlar essa regra foi fazer com que os professores titulados circulassem por todos os cursos no momento de avaliação. A política instituída era a 'proibição' dos discursos sindicais, tanto que em reuniões de início de ano eram explicitadas falas, como: 'os que não estiveram contentes com a instituição de trabalho devem se dirigir ao departamento de recursos humanos'.

---

<sup>14</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.

Nos semestres em que a hora/aula diminuía éramos convidados a assinar uma carta de próprio punho abrindo mão das aulas 'por vontade própria'.

Houve a sobrecarga de trabalho, na medida em que foi instituída a política de redução de professores para diminuir os impostos trabalhistas. Éramos constrangidos – a não ser que não nos importássemos com o risco da demissão no semestre posterior – a assumir disciplinas nas quais não tínhamos a formação necessária. Um desgaste físico, mental e econômico.

A mesma flexibilidade imposta aos trabalhadores dos mais variados setores industriais, desde os funcionários ligados à administração empresarial até os nomeados trabalhadores do 'chão da fábrica', foi implantada no mercado de formação educacional superior, ou seja, nós, professores, precisando pisar em territórios específicos de outros pares que tinham ou seriam demitidos no semestre seguinte. E, o menos pior, iam assumir cargos administrativos da empresa.

O imbróglio de nos sentirmos reconhecidos quando os coordenadores nos procuravam e diziam 'você dá conta, esse assunto está ligado à sua formação' não deixa de ser mais uma das ideologias do novo Capitalismo, individualizando e multiplicando as frentes de trabalho do operário, em particular, o do 'saber'.

Os verdadeiros vencedores não sofrem com a fragmentação. Ao contrário, são estimulados por trabalhar em muitas frentes diferentes ao mesmo tempo; é parte da energia da mudança irreversível. (SENNETT, 2011, p. 72-3)<sup>15</sup>.

A vestimenta do 'sentir-se reconhecido' precisava ser quase cristalizada em nossas mentes para tornar possível enfrentar o medo de entrar nas salas de aula e discutir conceitualmente um saber que estava à parte do conhecimento acumulado. Se não aceitar a disciplina, posso ficar marcado, e, se aceitar, posso ser tocado da sala de aula por não representar o papel do professor que sabe do que está falando.

Vivenciar situações como essa aumenta a tensão física e mental de tal forma que o indivíduo se lembra a semana inteira do dia seguinte àquela aula; em seguida, o prazer de sair da sala de aula: enfim mais um dia se foi, mas sair com a incógnita referente às avaliações de corredores feitas pelos discentes 'ele sabe ou ele não sabe'. E, para finalizar, a espera da próxima aula.

---

<sup>15</sup> SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16 ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2011.

A dor de cabeça, as tensões físicas e mentais tornam-se 'comuns'. Para suportar, é necessário segurar o pensamento de que a vida continua, estou empregado, necessito desse salário. Inclusive, enfrentar a disciplina de Semiótica para o Curso de Jornalismo foi uma experiência de desrespeito pessoal com os discentes, a qual carrego até hoje – um ressentimento que não pode ser classificado como ativo, passivo ou político, apenas um ressentir sem volta. O tempo e o grupo social que fazia parte daquele momento não retornará. “Lembro-me bem do teu olhar. / Ele atravessa ainda a minha alma, / Como um risco de fogo na noite. / Lembro-me bem do teu olhar. **O resto...** / **Sim o resto** parece-se apenas com a vida.” (PESSOA, 1973, p. 152, grifo meu)<sup>16</sup>.

A subjugação do trabalhador, para que permaneça na condição de empregado e aceite as formas de exploração, é um dos instrumentos de poder não apenas de cumprimento das formas de trabalho estabelecidas, mas também a apropriação das subjetividades do funcionário pelo empregador. Ocorre, nesse momento, um esfacelamento entre o que é 'solicitado' ao empregado e o que ele mesmo acredita. O trabalhador 'assume' como sua a responsabilidade do cumprimento das funções que lhe foram atribuídas.

Ministrar disciplinas que fugiam da minha alçada de conhecimento precisava ser representado por mim como algo que eu sabia, e assumi-las era uma responsabilidade única e exclusivamente minha. Assumir esse compromisso me obrigava a abrir mão diante do empregador das concepções ideológicas adquiridas na experiência formativa universitária e histórica, aceitando as regras capitalistas da condição de explorado.

Ao representar o que era do 'outro como meu', estava assumindo a condição de humilhação praticada nas instituições de trabalho, em particular no Ensino Superior privado.

O mentir ao outro e a si mesmo [...], internalizar em permanência a dissimulação, torná-la ao mesmo tempo voluntária e involuntária, estendê-la ao 'eu' vem reafirmar, parece-me, uma atitude narcisista e, ao mesmo tempo, de proteção da humilhação embutida no ato mesmo de mentir, pois ao fazê-lo degrado-me, rebaixo-me. Afinal, ao não reconhecer o outro e a mim mesmo

---

<sup>16</sup>PESSOA, Fernando. Novas poesias inéditas. 4 ed. Direção, recolha e notas de Maria do Rosário Sabino e Adelaine Maria Monteiro Sereno. Lisboa-Portugal: Ática, 1993.

como capaz de 'verdades' [...] humilhamo-nos [...]. (SEIXAS, 2005, p. 432)<sup>17</sup>.

A prática do mentir não findou no assumir as disciplinas dos especialistas que foram dispensados; teve ainda sua continuidade nas horas/aula oferecidas em horários não possíveis aos discentes – 18h10 até as 19h. Os discentes estavam ainda deixando seus trabalhos, a confirmação da presença não deveria ser feita, eram horas-aula que serviam para completar a carga horária e diminuir o tempo do curso, uma forma de competição com as outras instituições – 'aqui você se forma em um tempo mais curto'.

O reforço à condição de professor-operário efetiva-se ainda mais com o ensino à distância, inicialmente nas disciplinas de fundamentos (Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia da Educação, Didática, Política, etc.). Não se trabalharia mais com correção de prova de apenas 60 estudantes, e sim de 200 ou mais. Para a instituição não incorrer no risco de processos trabalhistas, as matrículas dos alunos eram feitas por curso, e não apenas na disciplina sob a responsabilidade de um único professor. O famoso ' fingir que ensina e fingir que aprende' tornou-se uma mentira coletiva – Ministério da Educação e Cultura, Instituições de Ensino Superior, docentes e discentes.

O único local de relaxamento físico e mental na instituição de Ensino Superior privada era a sala dos professores. Lá nos encontrávamos e falávamos sobre as verdades omitidas e as pressões do patrão – o inimigo comum. Talvez essa seja uma das diferenças que conheci no Ensino Público Superior: não temos um inimigo comum, que possa ser nomeado; assim, os nossos pares se tornam nossos 'inimigos'. Acredito que administro meu tempo, e não sou vigiado pelo cartão de ponto, mas sou vigiado pelos olhares e comentários dos próprios pares e as avaliações internas - Comissão permanente de avaliação, visita dos coordenadores as salas de aula, ouvidoria entre outras; e externas - SINAES: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior; Avaliações da CAPES, todas projetadas e executadas pelos colegas de profissão - o corpo docente.

Ao ingressar na Carreira do Magistério Superior Público, foi como se as cortinas do palco estivessem abertas e eu via apenas o sempre visto como aluno, as falas

<sup>17</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas da humilhação na cultura política brasileira (reflexões sobre o brasileiro jecamacunaímico). In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Org). Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia-MG: EDUFU, 2005.

e interpretações de colegas que já participavam desse teatro e as pinceladas grossas das mídias – ora entrevistando um pesquisador, ora apontando o número de alunos não atendidos pelo Ensino Superior Público, os julgamentos das greves, entre outros – julgando a universidade segundo os seus interesses, sem ouvir os participantes diretos do processo.

Abro um parêntese sobre o meu olhar desconhecedor dos bastidores da universidade pública para explicitar um exemplo de agressão e julgamento da mídia ao corpo docente da Universidade de São Paulo. A Folha de São Paulo (FORMER, 1988)<sup>18</sup> explicitou um processo de construção das estratégias avaliativas a serem implantadas na USP, um projeto de avaliação em discussão nas faculdades e institutos, tendo como uma das referências o produtivismo científico e não o processo natural de maturação do conhecimento.

As formas de produção industrial começam a despontar na academia, dividindo ainda mais os pares, os 'produtivos' e os 'não produtivos', independente das condições.

Não é preciso muito para mostrar que a alma do taylorismo acadêmico é o 'públique ou pereça'. Trata-se de um princípio agônico, baseado no tudo ou nada dos jogos perigosos de vida e morte, como nas antigas ordálias. Seus principais traços, modus operandi e resultados são amplamente conhecidos. Por um lado, transforma a produção intelectual em um grande certame, como nos play-offs, dividindo o mundo entre vencedores (produtivos) e derrotados (improdutivos). Ademais, promove a troca da qualidade pela quantidade, a profundidade pela velocidade e o mérito pela performance (índice de impacto). E por toda parte instala o tempo acelerado, mede o talento pelo produto e leva ao produtivismo ou à produção pela produção como valor e atitude. Por outro lado, quanto aos resultados, o taylorismo acarreta o fim da criatividade e da fantasia, trocando a invenção e o risco pelos relatórios e pelo controle. Uma consequência é a estandardização e a burocratização dos processos, cujos efeitos negativos são lamentados e ao mesmo tempo buscados com insistência e sofreguidão. Outra consequência é o conservadorismo: ninguém arrisca nada; passamos a maior parte do tempo fazendo relatórios, administrando a carreira e fabricando artigos em vez de desenvolvendo a pesquisa e cultivando o intelecto. (DOMINGUES, 2014, p. 239)<sup>19</sup>.

A reportagem visa, intencionalmente, à estandardização dos produtivos e improdutivos. A quantidade de trabalhos do corpo docente e a depreciação das

<sup>18</sup> FORMER, Ana. Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 fev. 1988. Segundo Caderno: Educação e Ciência. (Disponível no Acervo digital da Folha de São Paulo com acesso restrito).

<sup>19</sup> DOMINGUES, Ivan. O sistema de comunicação da ciência e do taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. Estudos avançados, v. 28, n. 81, p. 225 – 250, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/14.pdf>. Acesso em 23 set. 2016.

universidades públicas não são consideradas. O jornalista evidencia que 'trata-se, portanto, de um levantamento sujeito a erros, embora tenha margem de segurança'. Essa ressalva já indica um processo em desenvolvimento, que acabou atropelado por intenções midiáticas que fogem a uma perspectiva ética e não explicita apenas dados quantitativos, mas expõe o nome dos docentes e seus respectivos institutos e faculdades – prática política do assédio moral.

Os professores da USP estão divididos em categorias que vão do MS-1 (auxiliar de ensino) ao MS6 (titular). A partir do MS2 (mestre) os docentes adquirem estabilidade: não podem ser demitidos. Portanto, a maioria dos professores que estão na lista pode passar o resto da vida de sua carreira sem produzir nada e nem por isso perder seu emprego. [...] É a primeira vez que uma universidade brasileira, aliás considerada a maior e a melhor na América do Sul, se propõe a esse tipo de avaliação: mostrar à sociedade aquilo que a universidade, que afinal das contas é paga pelos impostos dos cidadãos, produziu. [...] Veja a seguir a listagem nominal dos docentes contratados em RDIDP e RTC que nada produziram em 1985 e 1986, segundo levantamento feito pela reitoria da USP. (FORMER, 1988)<sup>20</sup>.

Retomo agora o meu ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, que ocorreu em janeiro de 2009. Um palco de professores qualificados, com tempo para pesquisas, número de horas/aula equilibrado para um bom processo de ensino/aprendizagem e estabilidade no emprego, ou melhor, realmente com os direitos trabalhistas respeitados, a liberdade de expressão e a autonomia para administrar o próprio tempo de trabalho. Essa era a imagem cristalizada que tive do palco acadêmico público, ressaltando uma expressão curiosa e negativa: 'os docentes são como um ninho de cobras' - cada grupo dando seus botes, destilando seus venenos e picadas entre os pares.

O ardil das imagens de um sonhador ingressante no serviço público inicia o processo de saída do 'mundo ideal para o real'. Como ingressei no mês de janeiro – período de férias na universidade – a primeira reunião de que participei foi marcante. A pauta era a estruturação e o funcionamento do primeiro Centro de Pesquisa do campus de Ituiutaba – Pontal. Entre os discursos, a sinalização ao silêncio de alguns era expressa em enunciados como - 'especialistas e mestres não são pesquisadores', 'a área de ciências humanas não necessita de laboratórios', 'é um espaço apenas para docentes, os discentes não devem ter acesso, a não ser que sejam monitores ou iniciantes de pesquisa'.

<sup>20</sup> FORMER, Ana. Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 fev. 1988. Segundo Caderno: Educação e Ciência. (Disponível no Acervo digital da Folha de São Paulo com acesso restrito).

O sistema de ensino se estrutura em função de uma ideia produtivista que envolve docente e discentes numa obsessiva competição: é preciso apresentar resultados. As exigências de títulos e a necessidade de se superar nos exames são cada vez mais intensas. Não há espaço para os incapazes, para os que não conquistam titulações. Mesmo os vencedores vivem numa espécie de estado de natureza hobbesiano onde a lei do mais forte se impõe e os obriga a derrotar seus oponentes, a ser o melhor. (SILVA, 2005)<sup>21</sup>.

Considero a expressão afirmativa do lugar a ser ocupado pelos titulados e não titulados como o primeiro choque de realidade experienciado. Considerando meus sete anos de exercício de trabalho, ouso dizer que essa, a política hierárquica entre titulados e não titulados não existe e, ao mesmo tempo, ocorre um 'esquecimento' do titulado sobre o seu próprio processo de qualificação formativa. Tanto que, ao completar o estágio probatório, os docentes já titulados e com produtividade desejaram sair para o pós-doutorado, e os outros (mestres e especialistas) eram obrigados a ingressar nos programas de pós-graduação em regime de trabalho normal, ou, se tivessem sorte, com direito a afastamentos. Em particular, consegui o afastamento de um ano e meio.

Julgo que não existe lugar obrigatório a ser dividido entre os qualificados e não qualificados até o momento em que se definam, de forma clara e democrática entre os pares – o corpo docente na sua totalidade –, quais as regras para o processo de qualificação entre os docentes, independe de sua titulação, e para as atribuições de trabalho a cada um deles e as respectivas formas de valoração.

O susto: ser mestre, na academia, é a mesma coisa que não ter 'formação alguma'. Fica nítida a diferença dos lugares e funções a serem ocupadas pelos novos contratados sem titulação de doutor e produção científica publicada. Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues testemunha uma desigualdade significativa no momento de seleção das instituições de fomento aos iniciantes e menos titulados: o que sobra frente ao 'Doutor A'?

[...] doutor A, recentemente classificado como pesquisador do CNPq no primeiro nível (I), com direito à bolsa e também ao chamado auxílio de bancada, ou seja, um recurso mensal para gastar em pesquisas, durante três anos. Observando-se sua produção científica extraída do banco de currículos da Plataforma Lattes no dia 22 de dezembro de 2006, verifica-se que o **doutor A publicou 54 artigos de 2004 até aquela data, ou seja, um artigo e meio por mês, o que significa que ele deve ter concluído uma pesquisa e meia por mês para dispor de dados originais e resultados suficientemente relevantes para merecerem a atenção da comunidade, ou seja, serem publicados.** Ou então, teria concebido uma nova teoria a partir de dados

<sup>21</sup> SILVA, Antônio Ozaí da. A corrida pelo *Lattes*. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá/PR. n. 46, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/046/46pol.htm>>. Acesso em 21 set. 2016.

antigos, o que o tornaria um caso raro de cientista que cria novos conceitos importantes quase duas vezes por mês ao longo de três anos. Dessa produção, no entanto, 31 artigos foram publicados numa revista da qual o doutor A é o próprio editor! Entre os demais artigos de sua exuberante lista, aqueles mais bem qualificados para disputar um lugar ao Sol na comunidade internacional foram apenas dois os publicados numa revista espanhola: no entanto, mesmo esse periódico possui tão pouco impacto (não é em inglês...) que nem mesmo é considerado relevante pela coordenação dos programas de pós-graduação brasileiros. [...]. No atual sistema de pontuação, apenas com os artigos publicados na sua própria revista ele conseguiu 31 pontos, desbancando qualquer outro pesquisador que tivesse, digamos, no mesmo período publicado um artigo por ano na melhor revista internacional, que faria  $3 \times 8 = 24$  pontos apenas, o que poderia significar para este último ficar de fora da lista dos contemplados com os recursos para sua pesquisa. (RODRIGUES, 2011, p. 464, grifo meu)<sup>22</sup>.

Além da problemática da produtividade desse docente, que acaba gerando novos padrões de exigência ainda maior na avaliação de projetos a serem contemplados, a fragilidade que afeta as outras funções do corpo docente acadêmico, os ingressantes, principalmente leigos como eu, acaba vivenciando uma dificuldade maior para se inserir na universidade, e, além de todas as funções – ensino, extensão, gestão – a pesquisa fica como um espaço inatingível.

Primeiro, nos editais de ingresso, é estabelecida uma hierarquia – titulado – mas, independentemente das titulações, o exercício a ser cumprido é o mesmo para qualquer um dos candidatos que tomar posse – ensino, extensão, gestão e pesquisa. Segundo, os documentos ligados especificamente ao plano de carreira têm uma valoração diferenciada entre essas funções, a pesquisa é a mais valorizada.

Em relação às diferenças de lugares e à 'igualdade de evolução na carreira', partindo da produtividade, os titulados e os com maior número de publicações já adentram com abertura maior nas portas da pesquisa. Na universidade, janeiro e fevereiro são meses em que não há um trabalho intenso dentro da academia, mas, ao iniciar o mês de março, a dinâmica do tempo é tensa. São muitas as atividades ligadas ao ensino: – planos e preparação de aulas, construção de instrumentos avaliativos, reuniões pedagógicas, como receber os novos ingressantes, etc.; no administrativo, na apresentação de relatórios e na criação de comissões para ter transparência nas resoluções e nas portarias promulgadas ainda em processo de estudo; atualização da plataforma *lattes* para processos avaliativos dos cursos; participação nos cargos

<sup>22</sup> RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. Publicar mais, ou melhor? O Tamanduá Olímpico. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n2/aop1611.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016.

deliberativos dos conselhos. A pesquisa é uma função em grupo, mas os estudos e produções científicas são solitários e 'sem férias'. Não existem tempos diferentes entre os papéis do corpo docente; a dinamização ocorre segundo a urgência de cada uma delas.

Todas essas atividades devem ser sistematizadas no plano de trabalho do semestre. O docente sistematiza-as em um modelo criado pelo instituto ou faculdade que está lotado. Esse quadro de trabalho me surpreendeu: primeiro, porque não foi possível colocar todos os compromissos no papel, pois extrapolam as 40 horas de trabalho semanais; segundo, cumprindo essas atividades ao 'pé da letra', posso dizer que o trabalho, na instituição pública, supera a quantidade de horas da instituição privada.

Na unidade em que estou lotado – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia e *campus* no município de Ituiutaba, o plano de trabalho é solicitado obrigatoriamente a todos os docentes. Inclusive, evidencio abaixo um plano de aula de uma colega de trabalho para demonstrar a hipótese levantada: é possível medir a hora de trabalho docente no Ensino Superior, considerando que não ficamos apenas na instituição? Não temos como nos desconectar dos compromissos e atividades da profissão: eles extrapolam os muros do trabalho e adentram o espaço familiar.

Quadro 1 Plano de trabalho: componente curricular na graduação de Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

Disciplina	Turma	Horários	Local	CHS Aula	CHS Planejamento
		Dia da Semana			
Processo de Alfabetização	GPD028	3 <sup>a</sup>	08:00 às 11:30h	Sala 307- Bloco B	4 2
Direito à Infância e à Educação	GPD011	5 <sup>a</sup>	19:00 às 20:49h	Sala 305- Bloco B	2 1
Currículo e Educação Infantil	GPD042	5 <sup>a</sup>	20:50 às 22:300h	Sala 305- Bloco B	2 1
Estágio Supervisionado II	GPD043	5 <sup>a</sup>	14:00 às 16:50h	Sala 305- Bloco B	2 1
Total				10	5
CHS Total				15	

Fonte: SILVA, 2016.

Quadro 2 Plano de trabalho: atendimento ao estudante na graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016. Atendimento ao Estudante

Horários	Local	CHS Total
Dia da Semana		
14:00 às 16:00 h	Sala dos Professores da Pedagogia FACIP/UFU	4
08:00 às 10:00 h	Sala dos Professores da Pedagogia FACIP/UFU	

Fonte: SILVA, 2016.

Considerando que o número de vagas no Curso de Pedagogia é de 35 no integral e de 40 no noturno, ou seja, 75 discentes, no tempo de 19 horas não é possível atender, preparar e corrigir avaliações, fora outros imprevistos. E 19 horas já são quase 50% do tempo de trabalho semanal.

Quadro 3 Plano de trabalho: atividades na graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016. Atendimento ao Estudante

<b>Descrição das Atividades</b>	
Orientação de monitoria-Disciplina Processo de Alfabetização	
Orientação de Estágio	
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação (Pedagogia/FACIP)	
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso na Pós-Graduação (Educação de Jovens e Adultos FACIP/UFU)	
CHS Total	4

Fonte: SILVA, 2016.

Quatro horas é pouco! Orientação de estágio é uma atividade que exige visitas às escolas para formalizar o compromisso de ambas as partes – escola e universidade –; acompanhamento dos discentes referentes aos seus planejamentos e à avaliação individual de cada relatório de estágio no final do semestre. Qual a possibilidade de, em quatro horas, cumprir esse conjunto de atividades? Nesse tempo não é possível computar a orientação de Trabalho de Conclusão de curso, e essa impossibilidade se justifica pela fragilidade da formação do ingressante na universidade: ele ainda não conseguiu superar as defasagens de interpretação e análise de uma problemática na ótica científica da sua área de formação.

Quadro 4 Plano de trabalho: atividades de pesquisa. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

<b>Descrição das Atividades</b>	
Elaboração de Artigos Científicos e Apresentações de Trabalhos em Eventos	
CHS Total	5

Fonte: SILVA, 2016.

Se levarmos em conta apenas dois itens – elaboração de artigos e apresentação em eventos científicos – não é possível realizá-los em apenas cinco horas. Essa docente ingressou na UFU no ano de 2009; em sete anos ela publicou 28 artigos científicos, 9 capítulos de livros, 81 trabalhos completos apresentados em anais de congressos, 16 resumos expandidos publicados em anais, 77 resumos publicados em

anais, 55 apresentações de trabalhos em eventos científicos e orientou 25 Trabalhos de Conclusão de Curso (SILVA, 2016)<sup>23</sup>.

Quadro 5 Plano de trabalho: atividades de extensão. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

Título do Projeto	Fomento/Edital	Datas de Início e Término	Nome do Coordenador do Projeto/Instituição
Especialização em Educação Especial e Inclusão Educacional	CAPES	12/2014 à 08/2017	Docentes da Faculdade de Educação UFU
Curso de Extensão PEIC: Educação Infantil: muitos olhares	PEIC/UFU	01/03/2016 a 31/12/2016	A própria docente
CHS Total			04

Fonte: SILVA, 2016.

Quadro 6 Plano de trabalho: atividades de extensão – UFU, 2016.

Descrição das Atividades	
Supervisora de Tutoria no Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusão Educacional	01
Coordenadora do Curso de Extensão PEIC: Educação Infantil: muitos olhares	02
Ministrante de 3 módulos no Curso de Extensão PEIC: Educação Infantil: muitos olhares	01
CHS Total	04

Fonte: SILVA, 2016.

Nas atividades ligadas à extensão, o tempo é de oito horas semanais. Observo que, nesse tipo de atividade, são necessárias visitas aos locais em que a extensão acontece, desenvolvimento de oficinas, orientação dos bolsistas, organização de atividades de fechamento e de relatório final. Julgo importante ressaltar outro indício: a docente teve em seu nome, como coordenadora, apenas trabalho financiado, e esse pela própria Universidade. O da CAPES está ligado a docentes com tempo maior de titulação currículo *lattes* consolidado. A intenção aqui é retomar a fala que já foi ressaltada na introdução: qual a prática democrática e equilibrada entre titulados e não titulados? Qual a possibilidade de hierarquia?

Quadro 7 Plano de trabalho: atividades administrativas e de Assessoramento. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

Descrição das Atividades	
Comissão de Avaliação do Estágio Probatório	Portaria Facip N° 66 De 13/10/2015
Comissão de Avaliação das Atividades Complementares do Curso de Pedagogia	Portaria FACIP/Pedagogia N°. 04 de 24 de Junho de 2010.
CHS Total	2

Fonte: SILVA, 2016.

Em atividades administrativas com participação em duas comissões, por mais que não sejam reuniões semanais, a quantidade de trabalho solitário necessário

<sup>23</sup> SILVA, Fernanda Duarte Araújo. Curriculum do sistema currículo Lattes. [Brasília], 09 nov. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2530209398344202>>. Acesso em: 20 maio 2016.

extrapolou duas horas. E, na comissão de avaliação das atividades complementares, todo final de semestre, é necessário um tempo significativo para analisar e notificar o cumprimento ou não das horas dedicadas às atividades que podem ou não ser consideradas como complementares para a qualidade formativa do discente.

Quadro 8 Plano de trabalho: outras atividades. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

Descrição das Atividades
Grupo de Estudos sobre Infância- Coordenadora: a própria docente
Grupo de Estudos em Representações Sociais- Coordenadora: Faculdade de Educação UFU
Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas e Práticas em Educação Especial- GEPEPES - Coordenadora: Faculdade de Educação UFU
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação- Coordenador: Docente da FACIP
CHS Total 02

Fonte: SILVA, 2016.

Apenas duas horas para participar de quatro grupos de estudos em que cada um deles exige um conjunto de leitura e de organização de seminários, como eventos científicos, é insustentável.

Quadro 9 Plano de trabalho: registro da carga horária semanal total. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU, 2016.

1. Ensino	2. Pesquisa	3. Extensão	4. Outras Atividades Regulares
Subtotal 23h	Subtotal 5h	Subtotal 8h	Subtotal 4h
Carga Horária Semanal Total			40h

Fonte: SILVA, 2016.

Esse documento acaba sendo mais uma das 'mentiras' que preenchemos na universidade. Um profissional que conheça a peculiaridade de cada atividade evidenciada pela docente pode inferir que 40 horas semanais são insuficientes para o cumprimento de todas essas tarefas. Esse dado é um indício da repetição do aumento de produtividade em menos tempo, como acontece nas formas de produção industrial.

A cultura do trabalho docente, na academia, sempre teve, em sua história, a prática de atender ao chamado tripé – ensino, pesquisa e extensão. Nesse espaço de labor, a representação primordial é o conhecimento: as novas formas de interpretar e reinterpretar o mundo, as grandes descobertas sobre as peculiaridades fisiológicas do corpo humano e animal, as novas tecnologias, as formas e interpretar a relação indivíduo/sociedade, os fenômenos da natureza, a adequação da natureza às 'condições e regras dos homens'. É no espaço acadêmico que se buscam as raízes dos problemas e, partindo deles, novos obstáculos – a abertura contínua da ciência.

Essa representação do fazer acadêmico pode ser interpretada como ideal, mas, independentemente das interpretações, a universidade tem sua ligação direta com o conhecimento inovador. Uma ressalva necessária é que ela não é a sabedoria do mundo, apenas uma pequena parcela de curiosidades sistematizadas que alimentam a ciência a partir de suas mais variadas metodologias.

O universo da academia não é o foco desta pesquisa, e sim o corpo docente em seu labor nesse espaço de atuação, considerando que nunca, na história<sup>24</sup> da universidade brasileira, foi ausente a participação dos professores do tripé. A partir deste momento deixarei de evidenciar que o tripé se refere a ensino, pesquisa e extensão, até porque se faz necessário explicitar nele o papel da gestão, que em momento algum é ausente, e se apropria de um grande tempo de trabalho do professor. Utilizarei papéis, funções e compromissos.) até o cargo de gestão. A intenção é compreender como esses papéis eram cumpridos pelos docentes e, na atualidade, tornou-se um trabalho impossível de ser atendido na sua totalidade.

No período inicial da instituição universitária brasileira, existia um diálogo, sem desconsiderar, com esse apontamento, os conflitos políticos na política ditatorial<sup>25</sup>; entre as políticas públicas, o investimento no corpo docente e todo o quadro necessário para o bom funcionamento da academia. No Boletim Infocapes<sup>26</sup> (INFOCAPES, 2001) – referente à pós-graduação, temos o indício da falta de estrutura física e humana para o bom andamento e a manutenção do quadro docente nas universidades.

A ausência de uma política salarial adequada vem levando à perda de quadros e consequente decréscimo dos recursos humanos vinculados à pós-graduação e pesquisa nas instituições responsáveis pela maior parte dos cursos, devido ao elevado número de aposentarias, aos baixos salários dos docentes e ao reduzido valor das bolsas de mestrado e doutorado. (MEC, 2001, p. 8)<sup>27</sup>.

Independentemente de ser um apontamento ligado aos Programas de Pós-Graduação, não deixa de expressar as fragilidades de todo tripé a ser sustentado com o

<sup>24</sup> CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporânea: O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Reformada: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a Universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

<sup>25</sup> GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

<sup>26</sup> INFOCAPES. Brasília, Boletim Informativo da CAPES, v. 9, n. 2, n. 3, abr/set. 2001, 173p.

<sup>27</sup> MEC. Ministério da Educação. Pós-graduação: enfrentando novos desafios (Documento Síntese o Seminário Nacional). Infocapes: Boletim Informativo, v. 9, n. 2, n. 3, abr/set. 2001, 173p.

trabalho do corpo docente do Ensino Superior. Os concursos públicos para profissionais da universidade resumem-se apenas na contratação de dois profissionais, o técnico administrativo e o docente. Essas contratações começam a reduzir ainda mais o número de profissionais a partir do momento em que atingem o período de aposentadorias.

Não temos mais a contratação do mesmo número de técnicos e docentes que deixaram os seus cargos. Com a prática da contratação de substitutos que não assumem todas as funções do profissional efetivo, e o aumento na porcentagem professor/aluno - a contratação hoje é de 1/16 (um professor para cada 16 alunos) – os docentes que ingressam ficam presos às funções pedagógicas e administrativas do curso em que ingressaram.

Retornar ao passado, mesmo que superficialmente, provoca a sensação de uma condição de trabalho, de incentivo à qualificação e de condições de labor ao professor que eram ideais quando olhamos para o presente. Essa pesquisa não tem a intenção de olhar profundamente para os tempos idos, e sim para o tempo presente, estabelecendo uma peculiaridade que vai de 1990 até o ano de 2013: a proletarização e a intensificação do trabalho docente no esgotamento de tempo institucional para os outros tempos – família, lazer.

[...] nosso crítico quadro clínico, a vida pessoal e social dos docentes tem sido sequestrada, 'graças' ao novo tempo do mundo em que vivemos, no qual somos ocupados sempre mais com atividades relativas ao trabalho. Trabalho esse que não nos deixa descansar nem mesmo nos finais de semana, feriados, férias etc. E o pior é que grande parte desse trabalho é realizado com a sensação desoladora de perda de tempo, uma vez que, em grande medida, fazemos um somatório de miudezas desimportantes no ganha-pão nosso de cada dia. Sem querer soar conspiratório, não há como não pensar que o sistema quer justamente nos ocupar em tempo integral com (in)utilidades, de modo a não dispormos mais de espaço para pensar – na acepção estrita da palavra , especialmente neste que é o locus classicus da atividade do pensamento – a universidade. Até porque isso poderia colocá-lo em risco. (MENDONÇA, 2014, p. 121-2)<sup>28</sup>

A intensificação da quantidade de trabalho, ao mesmo tempo em que o docente se submete a esse processo de forma 'silenciosa', desenvolve a cultura do consentimento – na qual o profissional tanto se adequa ao produtivismo como se sente reconhecido, ou seja, o conflito em ser um pesquisador, aquele que preza pela qualidade e não pela quantidade como exige o mercado de trabalho na academia no final do século

<sup>28</sup> MENDONÇA, André Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica acadêmica. *Ensaios Filosóficos*. v. 10, dez. 2014. Disponível em: <[www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Andre\\_Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Andre_Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.

XX e início do XXI. O doutor B, exemplificado por Rodrigues (2011) explicita um profissional que pode ser generalizado de forma significativa na academia.

O doutor B, também da área saúde, apenas dois anos após a conclusão do seu doutorado obteve sua classificação como pesquisador nível I no CNPq com um currículo impressionante (também obtido na Plataforma Lattes em 22 de dezembro de 2006), no qual constam 57 artigos publicados em variadas revistas em apenas três anos, o que significa 1,58 artigos por mês, algo parecido com o que observamos na produção do doutor A, mais uma vez sugerindo uma fantástica obtenção de resultados ou criação de novas ideias científicas mensalmente. [...]. O mais incrível é que apesar de sua juventude científica os artigos do doutor B tratam de uma impressionante quantidade de assuntos variados: 29 doenças diferentes, com algumas ligações entre si se as considerarmos englobadas numa especialidade médica suficientemente abrangente. (RODRIGUES, 2011, p. 464)<sup>29</sup>.

[...] Como esperado, a sua participação como co-autor intermediário (nem o primeiro – geralmente o mais envolvido com o trabalho –, nem o último – geralmente o orientador) foi de 37% nos seus artigos indexados no sistema de procura científica PubMed8, o que pode explicar em parte a profusão de artigos e temas, sem que saibamos o seu verdadeiro grau de envolvimento com o conhecimento produzido, o que se constitui numa deficiência do nosso sistema de citação de autores. (TSCHARNTKE et al., 2007 apud RODRIGUES, 2011, p. 465)<sup>30</sup>.

As fontes documentais para o entendimento dessa problemática - intensificação e consentimento no trabalho docente do Ensino Superior - ou seja, a relação que se estabelece entre proletarização/intensificação e o consentimento do profissional serão os artigos científicos publicados nos periódicos disponibilizados pelo sitio Scielo<sup>31</sup>, artigos impressos da Revista Universidade e Sociedade e os periódicos que nos testemunhos me foram indiciados nas leituras dos principais artigos selecionados. Por mais que o período seja estabelecido - 1990 até 2013 - alguns periódicos extrapolam essa temporalidade. Opto por utilizar os dois sistemas de chamada regulamentados pela ABNT (ABNT, 2002)<sup>32</sup> quando da creditação à fala de outros autores nesta tese. Utilizo o Sistema de Chamada Numérico e destaco, no corpo do texto, o autor pelo Sistema de Chamada Autor-Data – prática usual nas produções acadêmicas na área de História.

<sup>29</sup> RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. Publicar mais, ou melhor? O Tamanduá Olímpico. Psicologia USP, São Paulo, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n2/aop1611.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016

<sup>30</sup> RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. Publicar mais, ou melhor? O Tamanduá Olímpico. Psicologia USP, São Paulo, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n2/aop1611.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016

<sup>31</sup> SCIELO. Scientific Electronic Library Online (FAPESP, CNPq BIREME/OPAS/OMS, FAP, UNIFESP). São Paulo. 1998-.

<sup>32</sup> ABNT, Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

Considero importante ressaltar que a relação intensificação e consentimento é um fenômeno em movimento no labor do corpo docente universitário, com uma dinâmica que extrapola o número de intervenções políticas federais relacionadas aos servidores públicos na sua totalidade. Para apreendê-la com maior profundidade seria necessário olhar constantemente, como um girassol acompanhando o movimento solar.

O elemento justificador para o desenvolvimento dessa pesquisa é compreender a cultura do consentimento que está a caminho de institucionalizar-se no corpo docente, um *habitus naturalizante* de uma intensificação e condições de trabalho que são responsabilidades individuais de cada docente, e não do corpo docente na sua totalidade. Uma sociedade individualizada<sup>33</sup> desenvolvida na modernidade, na qual o sujeito deve olhar para si mesmo e depois para a política coletiva e retornar a si avaliando se está fazendo o que deve ser feito.

O capítulo 01 aborda a definição do conceito de intensificação implantado na produção industrial e a sua continuidade nas relações de trabalho docente do Ensino Público Superior, representado pelo produtivismo científico. O indicador, para as pressões vivenciadas pelo professor, é a política de administração gerencial que sistematiza o projeto Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995)<sup>34</sup>. O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de setembro de 1995. Em seguida foi submetido ao Presidente da República, que o aprovou na forma ora publicada. Foi implantado no Governo FHC [1995-2002].

No capítulo 02, estabeleço a relação direta entre a intensificação e o consentimento vivenciados pelo corpo docente universitário, considerando não apenas a produção científica, e sim todas as funções que devem ser executadas – ensino, pesquisa, extensão e gestão. A relação entre os conceitos de intensificação e consentimento tem como ponto central o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da racionalidade técnica na academia, enunciadas pelas vozes dos escritos científicos –

<sup>33</sup> BAUMAN, Zugmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>34</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Planodiretor/Planodiretor.Pdf>>. Acesso em 05 dez. 2016.

pressão na carga de trabalho a ser executada, a associação constante com as verbas de fomento e a instituição da competição entre o corpo docente.

Já, no terceiro capítulo, disserto sobre a armadilha da ação docente vigiada pelas avaliações externas e internas, na medida em que o trabalho profissional envolve a totalidade dos papéis a serem executados – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Por mais que um professor acabe se dedicando mais a uma delas, ambas se encontram envoltas no seu papel, cada uma delas são cobradas no cotidiano de trabalho. O corpo docente não apenas consente, ele é 'obrigado' a consentir, ou seja, a prática de dizer 'prefiro não' é ausente, geralmente, na coletividade.

# CAPÍTULO 1 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE REPRESENTADA PELO PRODUTIVISMO CIENTÍFICO

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre os indícios da intensificação na relação de trabalho do corpo docente universitário. Primeiramente, estabelecendo uma relação direta com a década de 1990, que se tornou um marco para a efetivação da implantação da política neoliberal no Brasil, e seus impactos diretos na instituição universitária – espaço primordial de trabalho docente no Ensino Superior. Num segundo momento, a relação de intensificação no labor profissional docente representada pelos registros nos artigos científicos. O produtivismo científico é a intensificação do exercício profissional no magistério superior ou apenas a gota d'água do conjunto de papéis a serem executados pelo corpo docente?

O processo de desestatização, no Brasil, se inicia no Governo José Sarney (1985-1990), mas só é regularizado no Governo Fernando Collor de Melo [1990-1992] por meio da Lei 8.031/90, sendo aperfeiçoado e consolidado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a Lei 9.491/97<sup>35</sup>.

As privatizações iniciaram-se pelas empresas estatais, no Plano Diretor implementado no Governo FHC, objetivando quais serviços ficariam sob a responsabilidade direta do Estado, quais deveriam ser gerenciados pelo setor público em conjunto como o privado e quais seriam transferidos/leiloados para a administração privatizada. No quadro 01, é apresentado o mapeamento de todos os serviços que estiveram nas mãos do Estado e quais as formas de administração de cada um deles, explicitando, inclusive, a relação direta entre público e privado.

<sup>35</sup> VELASCO JÚNIOR, Licínio. Documento histórico: a Privatização no Sistema BNDES. Revista do BNDES, Brasília, n. 33, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3309.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3309.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2016.

Quadro 10 Setores do Estado segundo as Formas de Propriedade e de Administração, Brasil, 1995.

FORMA DE PROPRIEDADE FORMA DE ADMINISTRAÇÃO

	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público	●			●	
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica	●				●
SERVIÇOS NÃO-EXCLUSIVOS Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus		Publicização →	●		●
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas Estatais		Privatização →	●		●

Fonte: Brasil (1995, p. 48)<sup>36</sup>.

A efetivação da política gerencial, com o objetivo de implantar a política do Estado Mínimo, não iria apenas ofuscar as fragilidades da administração do Governo e justificar as ausências de capitais mal investidos para entregar o atendimento constitucional dos direitos do cidadão? As políticas públicas transferidas pela política empresarial privada? Ao invés de reestruturar as instituições públicas que atendem diretamente aos papéis do Estado com o cidadão brasileiro – educação, saúde, segurança, habitação, trabalho – apenas abrir mão do compromisso estatal? A reportagem de José Antônio Lima, na revista *Carta Capital*, é um indiciador para essas hipóteses.

A ânsia pela diminuição do Estado brasileiro agride não apenas os números, mas a realidade. Uma rápida busca pelo noticiário nacional ajuda a demonstrar que enquanto muitos buscam implantar a tese do Estado mínimo no Brasil, o País ainda nem chegou ao mínimo de Estado necessário para funcionar. Essa é uma realidade em setores decisivos. Na educação, por exemplo, o então ministro da área, Aloizio Mercadante, afirmou em 2012 que faltavam 170 mil professores de matemática, química e física no País, e, nas universidades federais, a falta de servidores é uma reclamação corrente. No Judiciário, há inúmeros casos de comarcas sem juízes e uma estimativa de que faltam dez mil defensores públicos. [...] No Ibama, há cenário equivalente, simbolizado pelos 47 servidores que, ao menos até 2014,

<sup>36</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

deveriam fiscalizar sozinhos os crimes ambientais no Amazonas, estado do tamanho de França, Alemanha, Espanha e Portugal juntos, que concentra boa parte da Amazônia. Em janeiro, a própria Folha de São Paulo mostrou a estimativa de que a Receita Federal opera atualmente com metade do pessoal necessário para funcionar a plena capacidade. (LIMA, 2015)<sup>37</sup>.

Uma das justificativas para implantar a política do Estado Mínimo é a 'falta de qualidade' na prestação de serviços dos setores públicos e no não reconhecimento de um Estado que vem sucateando as instituições sociais, dificultando o exercício com a dita 'qualidade' do servidor público.

Os proclames das mídias sobre a morosidade do atendimento ao cidadão é o principal fator para que o imaginário social da população brasileira seja aceito sem restrições às ações políticas do Estado no processo de passar ao setor privado os seus papéis – educação, saúde, segurança, habitação e as riquezas naturais do Brasil.

A publicação da Folha de São Paulo referente aos professores 'não produtivos' da USP<sup>38</sup>; as críticas sobre a estabilidade do funcionário público como justificativa do 'não trabalho' são argumentos apropriados pelos governos federal, estaduais e municipais para justificar a privatização, a implantação da política administrava gerencial e as mudanças no Regime Jurídico Único da previdência social, as formas de contratação terceirizadas, a não abertura de concursos públicos, a adoção do plano de demissão voluntária e as políticas da relação entre as instituições públicas com gestão e participação financeira do setor privado.

**A rigidez da estabilidade assegurada aos servidores públicos civis impede a adequação dos quadros de funcionários às reais necessidades do serviço, e dificulta a cobrança de trabalho.** Da mesma forma, a transformação do concurso público - cuja exigência generalizada na administração pública representou o grande avanço da Constituição de 1988 - em uma espécie de tabu dificulta as transferências de funcionários entre cargos de natureza semelhante. Por outro lado, as exigências excessivas de controles no processo de compras e o detalhismo dos orçamentos são exemplos dessa perspectiva burocrática implantada na lei brasileira, que dificultam de forma extraordinária o bom funcionamento da administração pública. Destaca-se a deficiência de sistemas de informação e a inexistência

<sup>37</sup> LIMA, José Antônio. O Estado mínimo em um país sem o mínimo de Estado: a discussão que importa é a qualidade dos serviços públicos, mas ela é amplamente ignorada. Carta Capital. set. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/estado-minimo-em-um-pais-sem-o-minimo-de-estado-8645.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

<sup>38</sup> FORMER, Ana. Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 fev. 1988. Segundo Caderno: Educação e Ciência. (Disponível no Acervo digital da Folha de São Paulo com acesso restrito).

de indicadores de desempenho claros para os diversos órgãos da administração direta e indireta. (BRASIL, 1995, p. 26, grifo meu)<sup>39</sup>.

O estreitamento dos discursos midiáticos e a política neoliberal toma uma força incomensurável na medida em que não evidenciam o sucateamento das instituições públicas, as condições de trabalho do servidor, a não reposição das vagas que foram desocupadas – aposentadorias, vacâncias - e o aumento dos cidadãos que devem ser atendidos.

No Ensino Público Superior, explicitam o número de estudantes que conseguem ingressar na universidade pública e os que ficaram fora e são obrigados a ingressar nas instituições de ensino privadas. Independentemente de a educação ser um direito constitucional de todo cidadão, as cobranças do mercado de trabalho, a partir das novas tecnologias, exigem um trabalhador mais qualificado.

Esse fator constrange ao aumento da procura pela formação superior, mas, em contrapartida, não foi feita a expansão das vagas nas instituições de ensino público, necessária e com qualidade para atender aos concluintes do Ensino Médio – antigo segundo grau – e aos que já tinham concluído e agora buscam a formação superior.

Dentro da perspectiva gerencial é mais eficaz para os governos investirem nas instituições privadas com bolsas de estudo para os ingressantes no Ensino Superior do que investir em novas universidades públicas, na contratação de professores, técnicos e toda a estrutura física e humana necessária para uma formação de qualidade dos discentes ingressantes, formando um egresso qualificado para atender aos setores ligados à sua área de formação.

A justificação para o não investimento necessário para o bom funcionamento do serviço público é a crítica consolidada na 'incapacidade' de o setor público 'atender' ao cidadão como deveria, ou seja, o cliente, na mesma ótica das empresas privadas que, por não estabelecer nenhuma forma de estabilidade, deixa o funcionário com o alerta constante de que pode ser demitido a qualquer hora. A política administrativa gerencial adotada por FHC tem como objetivo primordial,

[...] um modelo de avaliação com base no controle de produtos ou de resultados, no qual o Estado adotava práticas que valoravam o controle de produtos, transferindo para instituições as tarefas instrumentais. Esse modelo,

<sup>39</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

inserido em uma macropolítica de contração do Estado, conforme as ideias neoliberais, leva a restrição orçamentária e delega ao mercado a manutenção do sistema, reservando-se a prerrogativa de ditar mecanismos básicos de avaliação em detrimento dos processos que incentivem o amadurecimento institucional, como os autoavaliativos. Pode-se afirmar que esse modelo promoveu a demolição do comprometimento e da responsabilidade da comunidade para com o desenvolvimento institucional. (ABREU JÚNIOR, 2009, p. 263)<sup>40</sup>.

O Plano Diretor de Estado do Governo FHC apropria deliberadamente aos discursos de 'mau funcionamento do serviço público' e responsabiliza esse setor como principal responsável pela dívida pública. Os objetivos evidenciados na administração gerencial são.

**Na administração pública gerencial a estratégia volta-se** (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais. **Em suma, afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins)** (BRASIL, 1995, p. 16, grifo meu)<sup>41</sup>.

Esse plano de reforma de Estado<sup>42</sup> do governo Fernando Henrique Cardoso facilita os caminhos para as raízes rizomáticas na implantação da Administração Gerencial.

O sistema radícula, ou raiz fasciculada, é a segunda figura do livro, da qual a nossa modernidade se vale de bom grado. Desta vez a raiz principal abortou, ou se destruiu em sua extremidade: vem-se enxertar nela uma multiplicidade imediata e qualquer de raízes secundárias que deflagram um grande desenvolvimento. Desta vez, a realidade natural aparece no aborto da raiz principal, mas sua unidade subsiste ainda como passada ou por vir, como possível. [...] O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos ou tubérculos. Num rizoma [...], cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, econômicas, políticas, etc., colocando em jogo não somente regimes de

<sup>40</sup> ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas, v. 29, n. 78, p. 257-269, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a08.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>41</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

<sup>42</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

signos diferentes, mas também estatutos de estado de coisas. Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e objetos. (DELEUZE & GUATARRI, p. 1995, p. 14-5)

<sup>43</sup>

Uma das importantes alterações na natureza do trabalho docente é a que transforma o professor em um empreendedor, por meio da venda de pesquisas e da prestação de serviços em parcerias público-privadas, captação dos fundos setoriais, entre outros mecanismos. O trabalho dos docentes passa a ser uma alternativa para o financiamento das universidades, como para a complementação de salário, o que é estimulado pelo governo. (...). A polivalência se expressa na demanda por múltiplas atividades: ensino, pesquisa – dentro do critério produtivista –, extensão – sobretudo por meio da venda de serviços – e administração. Esse último aspecto tem sido cada vez mais exigido aos docentes que sofrem com a falta de recursos financeiros, de apoio administrativo e com a complexidade dos procedimentos e processos decisórios, tornando uma atividade, que deveria ser acadêmica, em uma substituição de profissionais técnicos-administrativos, também escassos nas instituições. (CISLAGUI, 2011, p. 171)<sup>44</sup>.

As Universidades Federais vêm vivenciando as pressões do Estado para a implantação da ligação direta com o setor privado, a efetivação de uma política de gestão pública e privada, ambas trabalhando juntas para administrar os recursos recebidos da união e os adquiridos na venda do capital cultural e da estrutura física da universidade ao setor privado – a universidade deverá se autossustentar financeiramente.

**Art. 4 A ICT pública poderá**, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio: I – **‘compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;** II - **permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação,** desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade fim nem com ela conflite; III – **permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.** Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e

<sup>43</sup> DELEUZZE, Gilles; GUATARRI, Felix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Coordenação da Tradução por Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 01.

<sup>44</sup> CISLAGHI, Juliana Fiúza. Precarização e superexploração do trabalho docente: a expansão das matrículas e o aumento da relação professor/aluno. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XX, n. 47, fev. 2011.

assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas. (BRASIL, 2016, grifo meu)<sup>45</sup>.

Plano Diretor da Reforma do Estado é *um agenciamento maquinico* (DELLEUZE & GUATARRI, 1995), pois, mesmo sendo proposto e implantado no Governo Fernando Henrique Cardoso [1995-2002], do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PDSB), tem continuidade nos Governos Luís Inácio Lula da Silva [2003-2010] e Dilma Rousseff [2011-2016], ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

A força rizomática dessa reforma de Estado pode ser comprovada nas alterações em processo de implantação referentes à administração hospitalar universitária e algumas já implantadas, como a previdência social do servidor público e a relação direta entre o público e privado, nos investimentos externos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Objetivos para os Serviços Não-exclusivos: Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de 'publicização', transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. Lograr, assim, uma maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços. Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através dos seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiam a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social. Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações. Aumentar, assim, a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor. (BRASIL, 1995, p. 46-7)<sup>46</sup>.

A administração gerencial atende perfeitamente à economia capitalista, regida pela política neoliberal, e a personagem professor tem o seu trabalho intensificado diante do quadro de sucateamento da universidade, a falta de investimentos, a instituição de políticas avaliativas externas e internas (esses modelos de avaliação serão discutidos mais à frente nesta pesquisa) e a diminuição do quadro profissional. A precarização das condições de trabalho para a intensificação do fazer

<sup>45</sup> BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextosIntegral.action?id=250114&norma=269577>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

<sup>46</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

docente - exercer seus papéis em menos tempo, mais quantidade e o aprendizado para assumir os fracassos como seus, a individualização das responsabilidades. Disciplinar o corpo docente na perspectiva da gestão privada.

### **1.1 Intensificação no labor docente: apropriação dos tempos de trabalho e não trabalho**

É emblemática a analogia de Luiz Fernando de Souza Santos sobre o filme 'Jogos Vorazes'<sup>47</sup> e a arena voraz dos jogos acadêmicos. Ele disserta sobre o processo de intensificação de trabalho do corpo docente universitário e já indicia a sua relação direta com o consentimento, tema a ser abordado no segundo capítulo dessa tese.

A vitória nos jogos vorazes **acentua o poder de Capital ao mesmo tempo em que tem um efeito de esperança, de saída individual, para a situação de exploração** (...) O que significa o conjunto de batalhas que ocorrem diariamente ao longo do processo de formação nesses ambientes com provas, trabalhos acadêmicos, congressos científicos, prazos, notas, professores e estudantes (...). Nos jogos acadêmicos, as armas já são delimitadas nos currículos lattes. Ali está posta a métrica da produção do tributo, do pesquisador: quantos artigos, quantos congressos, quantas bancas, quantos projetos de pesquisa, quantas línguas fala, quantas revistas acadêmicas qualis. (...) **os participantes dos jogos vorazes da academia** tomam isso como natural, como irreversível, como fatalidade, pelas quais o melhor tributo passará e sobreviverá. (...) ninguém nunca ganha os Jogos Vorazes, ponto final. São sobreviventes. (...). No final das contas, a tática, por exemplo, de aumentar a métrica do currículo ou as planilhas da CAPES que informam a produção de um programa de pós-graduação, são estreitas, conformistas, submissas, individualistas. **Reforçam a estratégia do Capital neoliberal e não avançam para uma política de ciência e tecnologia menos autoritária e excludente.** (SANTOS, 2016, grifo meu).<sup>48</sup>

A relação tensa entre os participantes dos jogos acadêmicos e os que ainda não são, mas desejam atingir as mesmas metas, tenciona a interdependência do corpo acadêmico, causando esgarçamento das relações pessoais e profissionais. Aumentar o número de folhas do currículo lattes é desafiante, pois é necessário preenchê-las com as atividades executadas no decorrer da experiência profissional, mas o tempo é curto para tantas atividades: orientação e participação de bancas de TCC, mestrado, doutorado e concursos docentes. Além disso, organização de eventos científicos, como estar presente, publicar nos Anais, ser conferencista na abertura dos congressos, ser membro

---

<sup>47</sup> JOGOS VORAZES. Título original: The Hunger Games. Direção: Gary Ross. EUA: Paris Filmes, 2012.

<sup>48</sup> SANTOS, Luiz Fernando de Souza. Jogos Vorazes ... Jogos acadêmicos. ADUA: Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas. Disponível em: <<http://www.adua.org.br/artigos.php?cod=147>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

das mesas redondas, etc., e o primordial, a quantidade de publicações nos periódicos mais bem classificados pelo sistema *Qualis*.

A publicação nos periódicos eleitos pelo *Qualis* como os mais qualificados, os 'A' e 'B' é a meta para provar o produtivismo de qualidade. Mas não temos tantos periódicos para publicação dos artigos com 'qualidade' para todo o corpo docente universitário participante da pesquisa, nem financiamentos para os projetos científicos.

O questionamento dos grupos de avaliação para fomentar a pesquisa não analisa apenas o projeto; o peso do currículo lattes é maior, independentemente do tempo de exercício no corpo acadêmico. A mobilização competitiva é fomentada cada dia mais – a divisão do corpo docente entre participantes de programas de pós-graduação e os não participantes, os professores com maior tempo de exercício e os ingressantes.

No Brasil, as mudanças atingem não apenas as instituições universitárias, mas também repercutem junto aos Coordenadores de Programas, aos professores e aos pós-graduandos, que são compelidos a se preocupar com índices, classificações, fatores de impacto, rankings e, principalmente, a lidar com situações que envolvem um grande grau de competição entre os Programas. (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 97)<sup>49</sup>.

Na carreira do magistério superior público, representado socialmente pelo desenvolvimento e pelas novas interpretações científicas, a formação de profissionais qualificados, intervenções na qualidade de vida – projetos sociais - das comunidades menos favorecidas economicamente, entre outros, é o resultado esperado do corpo docente, a personagem principal da condução dos conhecimentos na universidade.

'Todas' as atividades são avaliadas interna e externamente, mas, em particular, as novas descobertas e interpretações científicas é a valoração de maior peso para o reconhecimento do profissional nos parâmetros avaliativos. É fato que as atividades de ensino, extensão e gestão têm uma pontuação menor nos planos de carreira. Um artigo científico publicado nos periódicos classificados como 'A1' vale mais do que quatro anos ocupando cargos em setores de gestão, como nos 20 anos no ensino e nas atividades de extensão – nos Programas de Pós-graduação se o docente não

<sup>49</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* [online]. 2014, v.22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

tiver a produção referente ao período de avaliação e independe o número de orientandos, o mesmo é desligado do programa.

Ensino, extensão e gestão devem ser transformados em resultados científicos, mas apenas os três primeiros consomem no mínimo 80% do trabalho docente semanalmente, das 40 horas com dedicação exclusiva na carreira. Para 'produzir' cientificamente, o profissional precisará extrapolar os tempos – trabalho e não trabalho, excedendo para os outros espaços sociais do profissional. Não cabe dentro do tempo institucional.

O corpo docente universitário vivencia ainda as pressões políticas gerenciais de Estado com o objetivo de minimizar os custos do Ensino Público Superior, a constante pressão para efetivação da relação público/privada.

Consubstanciada em um conjunto de diretrizes, organicamente integradas, ainda que exaradas em tempos distintos por três diferentes ministros da Educação, a política do governo Lula da Silva para a educação superior foi firmemente assentada em alguns polares de nefasta construção: i) a desconstitucionalização da autonomia universitária, com o delineamento de novo modelo de organização, funcionamento, avaliação da instituições públicas; ii) o aviltamento das remunerações, a extinção ou redução de direitos trabalhistas e previdenciários, a degradação das condições de trabalho, levando docentes à busca de saídas individuais como a venda num mercado paralelo, de sua porção de trabalho; iii) o estabelecimento arbitrário de cada vez mais níveis (fomentando castas acadêmicas) dentro da carreira docente para, assim, filtrar aqueles que devem ou não ascender academicamente; iv) o financiamento privado das IES públicas, que deverão produzir e comercializar conhecimento, processos e produtos tecnológicos, e serviços, buscando atender demandas de mercado; v) profundas alterações, por meio de diversificação, nos tipos de instituições, programas, cursos e padrões formativos, tanto no setor público quanto no privado, com crescente incentivo aos cursos à distância, aos de curta duração, modulares, pós-médios etc; e vi) aumento e incremento das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), com a ampliação de suas prerrogativas legais (como, por exemplo, a já vigente extensão da autonomia universitária aos centros universitários, e a crescente transnacionalização de instituições e cursos), concretizando, no âmbito da educação superior, as parcerias público-privadas (PPP), as quais, no limite, promovem a indiferenciação entre as instituições educacionais públicas e as privadas. (LEITE, 2011, p. 87-8)<sup>50</sup>.

A presença da política gerencial é visível na medida em que se deve reduzir os gastos com quadro de profissionais docentes. A diminuição financeira incentiva a contratação de professores substitutos, e esses não assumem atividades administrativas.

---

<sup>50</sup> LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília: Andes-SN, ano XXI, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 22 de set. de 2015.

Como não podem responder pela universidade, devem lecionar e até as orientações de TCCs são atribuições do docente efetivo.

O aumento do número de professores substitutos, particularmente nas universidades federais nos anos 1990, é um dado real. Esse docente, cujo trabalho é mal remunerado e desprovido de direitos trabalhistas, está centrado no ensino de graduação, desvinculado da pesquisa e da extensão. A precarização das condições de trabalho dos substitutos atinge não apenas os próprios docentes, mas também os professores do quadro efetivo, que ficam sobrecarregados com orientações de monografias, mestrado e doutorado, orientação de bolsistas de pesquisa e extensão, com tarefas administrativas, entre outras, que não podem ser assumidas pelos professores substitutos. (LIMA, 2011, p. 154)<sup>51</sup>.

A redução dos investimentos valora ainda mais a relação competitiva, contribuindo para a intensificação do trabalho nas instituições universitárias – a reprodução das relações de trabalho industrial.

A imposição de parâmetros de **produtividade** e a enorme diversidade de atividades transitam entre as exigências de investimento intelectual propriamente dito – traduzidas em aulas, pesquisa, relatórios científicos, artigos, livros, etc. – e as exigências de cunho burocrático, as reuniões de trabalho em horário de almoço, a leitura de e-mails e a respectiva resposta a eles etc. (LOPES, 2006). O trabalho docente tem natureza tal que permite que: seja realizado, em parte, fora do ambiente institucional; extrapole amiúde os limites específicos da jornada regimental contratada; não possibilite visibilidade clara de seu produto; dependa, em grande medida, de **condições especiais para ser efetivado** – a exemplo da **preparação de aulas e de elaboração de textos científicos, artigos, etc.**; haja, por parte do professor, relativo controle sobre suas atividades, bem como sobre a entrada e saída da instituição. (BORSOI, 2012, p. 83, grifo meu)<sup>52</sup>.

A intensificação é um fenômeno que objetivamente pode ser traduzido como: produzir em menos tempo e em maior quantidade, com um número menor de funcionários. Os gerentes da empresa devem estabelecer junto aos funcionários a criação de metas. No trabalho em equipe, o operário deverá cumprir as metas instituídas pela indústria e aperfeiçoá-las com a proposição de alternativas, analisadas a partir dos erros na produção, e, partindo deles, propor as soluções para produzir mais e errar menos.

Este trabalho em conjunto/equipe/qualidade total é fundamentado no modelo toyotista. O sistema Toyota tem sua primeira sistematização no ano de 1978 no Japão por Taiichi Ohno, sua tradução nos EUA em 1988 e na França em 1989 (ALVES,

<sup>51</sup> LIMA, Kátia. Precarização e intensificação: as novas faces do trabalho docente. Universidade e Sociedade, Brasília: Andes-SN, ano XX, n. 47, p. 149-158, 2011.

<sup>52</sup> BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/49623>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

2011)<sup>53</sup>. Na obra de Hino (2009)<sup>54</sup> se identifica que o Sistema Toyota tem suas raízes desde Sakichi Toyoda (1863 – 1930) que inicialmente trabalhava com a produção de teares e opta num segundo momento pela produção de automóveis. Foi na produção de automóveis que iniciou o desenvolvimento do Toyotismo, que passando por vários líderes da empresa conhecida mundialmente como Toyota Motor Corporation. Cada um de seus líderes foi divulgando e aperfeiçoando princípios para um melhor desempenho da empresa no mercado local e mundial, que acabou se tornando a maior competidora na produção e aperfeiçoamento dos modelos de automóveis. A produção em larga escala é uma das metas para superação do fordismo. A Toyota estabelece como meta a produção automotiva que atenderia a 'todos' os cidadãos que desejarem ter seu automóvel, porém com uma produção menor, o chamado *just-in-time*: processo de fluxo que não deveria extrapolar as metas de produção, uma produção justa, atendendo apenas ao número de veículos necessários. O chamado estoque zero. No processo de produção todas as peças como os veículos na esteira eram acompanhados da ficha de informação – *Kanban* - onde deveria constar o que deveria ser feito, quais os problemas que ocorreram. Os problemas ocorridos seriam discutidos e aperfeiçoados pelo próprio grupo de metalúrgicos responsáveis pela produção que demonstrava problemas, como também deveria estudar como diminuir o tempo da produção.

O produtivismo foi o resultado inevitável desse quadro que, convertido em política de Estado, independentemente de governos, torna-se quase autoadministrado, o que tem gerado efeitos perturbadores na atividade científica, especialmente com a crescente sofisticação dos instrumentos de avaliação. A redução dos prazos, por exemplo, tem implicado a extensão e intensificação da jornada de trabalho dos investigadores. Com a incorporação de novas bases tecnológicas no trabalho docente, diminuiu o tempo de trabalho necessário para levar a cabo uma série de tarefas, liberando mais tempo para trabalho ou trabalho excedente. (MANCEBO, 2011, p. 80)<sup>55</sup>.

A intensificação do trabalho é uma forma de gestão administrativa que altera o ritmo de trabalho – extrapola os tempos na empresa, excedendo para o lar e para o lazer. O errar menos, produzir mais em menos tempo e ter o selo de qualidade total é pautado no modelo toyotista desenvolvido no Japão na produção de veículos automotores.

<sup>53</sup> ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>54</sup> HINO, Satoshi. O pensamento Toyota: princípios de gestão para um crescimento duradouro. Porto Alegre: Bookman, 2009.

<sup>55</sup> MANCEBO, Deise. Trabalho docente na pós-graduação. Revista Universidade e Sociedade. Brasília/DF: Andes-Sn, Ano XXI, n. 48, jul. 2011.

A forma de produção da Toyota não deixa de ser uma junção entre taylorismo e fordismo (ALVES, 2011). Percebe-se isso porque a intensificação exige a produção maior e em menos tempo, apropriando-se dos tempos - trabalho/não trabalho no cotidiano do trabalhador. Estabelece em equipe as metas a serem cumpridas – em prazos determinados, tanto individualmente como na equipe de trabalho. Esse “trabalhador é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital.” (ALVES, 2011, p. 112)<sup>56</sup>.

O mote da intensificação apresenta peculiaridades que condicionam o pensamento e a ação do trabalhador, os prêmios aumentam o instinto de competição entre as equipes, e, ao mesmo tempo, o participante do grupo não deseja ser o problema de não ter atingido o resultado proposto pela equipe. No corpo docente, é necessário não apenas formar profissionais qualificados, mas treinar o mesmo número de ingressantes anualmente/semestralmente de cada curso oferecido na universidade, bem como aumentar a quantidade de pesquisas científicas publicadas nos periódicos qualificados.

“Há algo como uma espécie de periodicocracia do conhecimento na academia [...]” (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 468)<sup>57</sup> para o corpo decente atingir essa meta – publicação – para poder receber o complemento financeiro da bolsa de pesquisador do CNPq. Esse profissional dever ter a sua foto divulgada nas ‘paredes’ da universidade, ou seja, o modelo a ser seguido.

A gestão toyotista institui metas entre os trabalhadores (equipes individuais divididas nos variados setores da empresa e engenheiros de produção). O magistério superior não está fora dessa forma de gerenciamento. A hierarquia – temporária - da universidade (reitor, pró-reitores, diretores ligados à administração superior, diretores de Unidades/Faculdades, coordenadores de curso, coordenadores de núcleos de pesquisa, coordenadores de programas de pós-graduação e de linhas de pesquisa, etc.) deve cumprir o papel de ‘cobrança contínua’ dos docentes, e os professores devem cobrar produtividade dos seus orientandos. Todos os participantes devem cumprir as regras – metas – instituídas pelos órgãos avaliativos da universidade e da União.

No meio dessa correria para tudo fazer, encontramos o indivíduo totalmente condenado a produzir mais e mais, sem nunca ter o direito de valorizar o que

<sup>56</sup> ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>57</sup> VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. Revista Brasileira de Educação. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/13.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

conquista. Mal ele termina um artigo, paper ou livro, tudo é apagado pela avaliação feita e só o que interessa é o que ele ainda não fez; um modelo que só vale pelo que ainda não foi feito. Ora, a produção intelectual é um acumulado ao longo do tempo e sempre re-atualizado, mas, aqui, esse conjunto só vale a cada três anos, que é o tempo de avaliação dos programas pela Capes – logo em seguida é descartado, e então está aberta a nova temporada de caça. Tal qual uma empresa que busca extrair o máximo de seus recursos no prazo mais curto possível, o modelo atual desvaloriza o produto tão logo ele é valiado no relatório como um número... Modelo voraz, pois nele agora só o que importa é o próximo resultado, que garante ao acadêmico manter o emprego, na medida em que as instituições também são avaliadas por esta produção e precisam de mais números para alcançar posições mais elevadas ou simplesmente se manter no jogo. **O passado é totalmente invalidado e somos condenados a ser desmemoriados para alimentar um monstro sempre faminto.** (FREITAS, 2011, p. 1161, grifo meu)<sup>58</sup>.

A entrevista de Josep M Blanch, Professor Catedrático em Psicologia Social Aplicada na UAB – *Universitat Autònoma de Barcelona*, discorre sobre o Processo de Bolonha.

Bolonha significa um projeto de reorganização do ensino superior, de caráter global. [...]. Esse projeto tem uma dupla face: a manifestação acadêmica, que pretende integral, unificar e estandardizar o ensino superior europeu para facilitar a mobilidade dos estudantes, e a efetivação europeia ao nível do universitário e do mercado de trabalho. [...] uma face econômica, que consiste em tornar operativas as consignas e recomendações do BM, do FMI e da OMC, que, em nome da sustentabilidade financeira da universidade, propõem sutilemente a 'economização', a mercantilização, a empresariação e o gerenciamento da universidade, com o pretexto de que é necessário 'modernizá-la', 'desburocratizá-la' e abri-la ao mercado. [...] vai introduzindo um discurso tecnológico e tecnocrático que vai impondo pautas, critérios e condições financeiras, técnicas, materiais e culturais, colocando no centro do sistema valores como eficiência e produtividade, rentabilidade, análise de custo benefício, avaliação pró resultados, gestão por objetivos. Enfim, toda retórica sobre a universidade sucumbe eclipsada por esta nova retórica economicista e managerialista [...] Bolonha significa também um produto final, em forma de modelo de organização universitária, de planos de estudo, de créditos, papéis, protocolos didáticos e de avaliação, conteúdos hologáveis, etc. [...] os professores e alunos trabalhando mais em menos tempo e com os mesmos meios. (BLANCH apud BIANCHETTI, 2010, p. 270 - 1)<sup>59</sup>.

Blanch (apud BIANCHETTI, 2010) testemunha um dado relacionado à intensificação do trabalho docente na universidade.

[...] temos nos convertido em [...], monitores, em professores que dão aulas magistrais durante o dia, e passamos a noite, os weekends e as férias

<sup>58</sup> FREITAS, Ester de. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Caderno EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n4/13.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

<sup>59</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]*. 2014, v.22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

'tutorando' alunos desorientados, adeptos do Google. E fazemos tudo isso, ademais, com a impressão de que nos falta tempo em dois sentidos: **nos falta tempo para fazer o trabalho e nos falta tempo para fazer bem o trabalho**. E, portanto, há aí um problema de 'má consciência profissional': trabalhando de dia e de noite, não faço o trabalho que tenho que fazer e não faço bem o trabalho que devo fazer. **Um duplo motivo de intranquilidade como trabalhadores, associada à consciência de não estar cumprindo um dever moral de fazer todo trabalho [...].** (BLANCH apud BIANCHETTI, 2010, p. 271-2, grifo meu)<sup>60</sup>.

O sentimento de autocobrança é presente na vivência acadêmica, a necessidade da relação, da reflexão aprofundada e do fazer imediato perpassa todo o tempo de trabalho. Dessa forma, as reflexões necessárias para os novos saberes têm um tempo superficial, porque os docentes 'optam' por abrir mão de vários papéis ou assumem a leitura de comentadores e de livros organizados; do contrário, não atenderão ao compromisso assumido ao ingressar no magistério superior. Segundo Freitas (2011),

O texto de C. Wright Mills (2009), **Sobre o Artesanato Intelectual**. (...) o trabalhador intelectual não separa seu trabalho de sua vida pessoal, pois se envolve em cada fase e em cada produto que produz; o conhecimento é, ao mesmo tempo, a escolha de um modo de vida e de uma carreira, visto que o pensamento metódico, a forma de ver o mundo e o seu mundo interior estão sempre despertos. Da mesma forma, este trabalhador carrega consigo a sua imaginação cultivada, passando sempre de uma perspectiva a outra, combinando ideias, supondo questões extremas, variando seu pensamento e reivindicando a atenção do leitor ou ouvinte. Seu trabalho envolve um horizonte de longo prazo, uma vez que a busca, a escolha, o aprofundamento, a combinação, as comparações, o descarte, o amadurecimento, a ultrapassagem e a escrita de ideias comportam idas e vindas, confrontos e debates, contínuas reflexões e realimentações. Alguns objetos de estudo impõem seu próprio tempo e ritmo para serem observados, descritos, analisados e concluídos. Esse tempo ignora os imperativos burocráticos. (FREITAS, 2011, p. 1159, grifo do autor)<sup>61</sup>.

As questões ligadas a uma 'dinâmica de tempo (i)natural' do exercício do corpo docente acadêmico acaba tornando vulnerável o enfrentamento político que envolve o futuro da universidade pública. O excesso de trabalho, geralmente, impossibilita a visualização dos sinais fundamentados na implantação da política de Estado gerencial. O produzir mais em menos tempo acaba 'cegando' o docente aos acontecimentos de seu entorno, que atingem direta ou indiretamente o servidor público e as instituições em que atua.

<sup>60</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio*: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2014, v.22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>61</sup> FREITAS, Ester de. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Caderno EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebapec/v9n4/13.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

A tensão, na vivência do trabalho, é intensificada na medida da falta de condições humanas e físicas para o profissional elaborar o número de 'produtos' estabelecidos pelo próprio grupo. O corpo docente, envolto nos processos avaliativos, aumenta as pressões e os constrangimentos do próprio trabalhador. Esse incômodo é parte constante do sentimento de insegurança do operário/professor, não posso falhar, preciso do reconhecimento, não posso prejudicar a equipe. Como consequência, o 'fim' à diferença dos tempos<sup>62</sup> – trabalho e lazer –, ambos não fazem mais parte do cotidiano. Só resta um tempo: o do trabalho.

Por mais que a relação do 'pensar' seja intensa na docência do Ensino Superior, não está sendo possível diferenciar a produção em série da produção isolada necessária para o aprofundamento dos conhecimentos específicos da área de formação. Exercer o trabalho acadêmico que deve acompanhar e interpretar as problemáticas que a sociedade exala exige um tempo diferenciado dos contados no cronômetro do sistema de produção capitalista.

Uma das formas de resistência para suportar a intensificação é ficar atento a novas vagas docentes que poderão surgir a partir dos docentes próximos da aposentadoria. Essa estratégia exige que os departamentos fiquem atentos, do contrário a sua dedicação ao conhecimento – essência representativa da academia – ficará ainda mais prejudicada. O número de aulas e todas as outras atividades podem ficar maiores, prejudicando o desenvolvimento das linhas de pesquisa e dificultando a permanência nos Programas de Pós-Graduação, com prejuízo individual e do grupo de estudos de que participa.

Nesse jogo constante, a tensão – física, emocional, mental e interpessoal – acompanha o corpo docente universitário.

**Tanta pressão para mostrar-se produtivo** [docente] também adoece. Há uma farta literatura que revela as conexões entre nosso trabalho e o mais profundo esgotamento de nossas forças. Contudo, o que muitas vezes deixa de destacar, é a perversidade da forma mais comum de reação contra isto: uma tentativa de escape, emudecendo a voz que precisa gritar ou 'turbinando' a força que precisa de repouso. [...]. **A busca por 'modernos tonificantes' para alertar e potencializar as escassas energias indica uma resposta individualista e distorcida, pois assimila a ideia de que o tipo, a velocidade e a quantidade de trabalho são naturais e nós é que estamos errados.** Iniciado este processo, geralmente o percurso corresponde a uma escala que começa na acupuntura e termina na psiquiatria. No caso dos

<sup>62</sup>CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Tempos de trabalho e tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada de trabalho do trabalhador. São Paulo: Editora Annalube, 2009.

docentes, este pedido de socorro não se transforma em estatísticas visíveis porque ainda não tratamos nosso 'fracasso' como uma questão coletiva e uma doença do trabalho. (BOSI, 2011, p. 142-3, grifo meu)<sup>63</sup>.

Ao assumir a carga excessiva de metas a cumprir, o professor inicia o conflito entre o que é dele – sentimento próprio, a sua subjetividade –, e o que não é (a cultura de levar compromissos para o lar, seu espaço privado).

Uma das consequências do excesso de trabalho é a pressão individual para atender aos objetivos que julga necessários. Isso pode desenvolver no trabalhador a Síndrome de *Burnout*, ou estafa profissional - e transtornos psiquiátricos<sup>64</sup>. Este artigo científico apresenta uma revisão bibliográfica significativa que atinge pesquisas não apenas no Brasil como em outros países. Acrescento ainda a fala de Janete Luzia Leite.

O aumento do consumo de álcool e as síndromes depressivas, mesmo quando percebidos, rapidamente são ocultados pelos docentes e seus colegas de labor. No máximo, comentários são tecidos em off a respeito: 'fulano está derrubando uma garrafa por noite'; ou 'sicrano está tomando remédio tarja preta'. Entretanto, quando se trata da **Síndrome de Bournout e do assédio moral**, a questão se torna mais complexa. Primeiro, porque ambas as ocorrências são de difícil caracterização (notadamente a última). Em segundo lugar, porque são 'silenciosas'. Finalmente, porque os docentes as negam. Mas é necessário sinalizar que tanto o Bournout quanto o assédio moral só aparecem como doenças ocupacionais após o advento da reestruturação produtiva, ou seja, trata-se de 'novas' doenças, mesmo que tragam em si sinais e sintomas de antigas. (LEITE, 2011, p.91<sup>65</sup>, grifo meu).

Trigo, Teng e Hallak (2007), identificaram que as discussões científicas necessitam de maior investimento, não só financeiro, mas também de tempo. Pela Síndrome não ser considerada uma doença, e sim um fator gerador de doenças, os pesquisadores – especialistas em Psiquiatria - desse periódico estabeleceram dois caracteres macros (Associação com transtornos psiquiátricos; Burnout e transtornos ansiosos) e os micros (Burnout e suicídio, Burnout e dissociação, Burnout e abuso/dependência de álcool e outras substâncias ilícitas, Burnout e transtornos psicossomáticos, Burnout e demência, retardo mental, transtornos psicóticos e de

<sup>63</sup> BOSI, Antônio de Pádua. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XX, n. 47, fev. 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-25339576.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>64</sup> TRIGO, Telma Ramos; TENG, Chei Tung; HALLAK, Jaime Eduardo Cecílio. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. Rev. psiquiatr. clin. [online]. 2007, v. 34, n. 5, pp. 223-233. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000500004>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

<sup>65</sup> LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XXI, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

personalidade) para identificarem a ligação de *Burnout* com os problemas que podem ter dado início à síndrome.

Especificamente, no Brasil, evidenciaram-se três pesquisas, dentre elas uma ligada à educação superior no exercício da profissão professor.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para ilustrar o grau de estresse inerente ao conflito entre aumento da competição no meio científico e diminuição dos recursos empregados, realizou entrevistas abertas e semi-estruturadas com estudantes de graduação, pós-doutorandos e professores do Departamento de Bioquímica da UFRJ, respeitado na tradição em pesquisa. Concluiu-se que a escassez de recursos promove burnout, competição, estresse no trabalho e sofrimento mental (MEIS et al, 2003 – apud TRIGO; TENG; HALLAK, 2007, p. 08).

Para ocupar o cargo de professor do magistério superior, o docente deve comprovar que possui as condições necessárias para atravessar o limiar dos concursos.

[...] limiar, soleira, umbral, *seuil*, pertence igualmente ao domínio de metáforas espaciais que designam operações intelectuais e espirituais; mas ele se inscreve de antemão num registro mais amplo; num registro de movimento, registro de ultrapassagens, de 'passagens', justamente, de transições [...]. (GAGNEBIN, 2014, p. 46)<sup>66</sup>

Deve demonstrar conhecimento na área de formação especializada, ter clareza de que necessita continuar a formação específica da cadeira ocupada, conquistando novos títulos que atendam ao plano de carreira e aos papéis a serem executados – ensino, pesquisa, extensão e administração.

[...] o professor precisa ser um especialista num campo de trabalho, mas, também precisa ser competente como pesquisador em uma área de conhecimento. Já temos aí duas profissões, mas existem outras exigências: ele precisa ser um professor de nível superior, capaz de ensinar e preparar profissionais, para realizar as tarefas mais complexas da sociedade. E, além disso, precisa estar apto para ser um administrador, pois vai defrontar-se com a necessidade de gerenciar projetos de pesquisa e de ensino, coordenar grupos de trabalho e órgãos da estrutura administrativa universitária, como departamentos, cursos, etc. [...]. Precisa ainda ser um escritor razoável (LEMOS, 2010, p. 30 – grifo do autor)<sup>67</sup>.

Denise Lemos (2010)<sup>68</sup> testemunha o tipo de profissional aceito hoje na academia, ou seja, um docente cumpridor de quatro papéis determinantes: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Os ingressantes, em sua maioria, não conhecem o cotidiano

<sup>66</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

<sup>67</sup> LEMOS, Denise. Alienação no trabalho docente? O professor no centro das contradições. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XIX, n. 45, jan. 2010, Disponível em: <<http://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1587.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>68</sup> LEMOS, Denise. Alienação no trabalho docente? O professor no centro das contradições. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XIX, n. 45, jan. 2010, Disponível em: <<http://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1587.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

da universidade pública. A carga de serviços intensa extrapola o tempo registrado no 'cartão de ponto': as 40 horas (quarenta horas) de trabalho. O que não for cumprido é de responsabilidade do professor – isso não se encontra escrito na lei<sup>69</sup>, mas ocorre no cotidiano docente.

Através dos passos evidenciados abaixo, será constituído o caminhar do docente.

**Passo um** - Ensino: Conhecimento das ementas das disciplinas; seleção de conteúdo que atenda aos pré-requisitos da disciplina; seleção e aquisição do material didático necessário; apresentação aos discentes do plano de ensino e cronogramas; criação de estratégias de ensino e avaliação; correção das avaliações; devolutivas aos discentes; atendimento particular ao estudante; revisão e atualização semestral do conteúdo ministrado nas disciplinas; cumprimento dos prazos institucionais para fechamento e lançamento das notas; atualização na sua área de conhecimento de forma que acrescente novos conhecimentos ao conteúdo das ementas; orientação de trabalho de conclusão de curso; acompanhamento de estágios supervisionados; participação nas reuniões acadêmicas dos cursos; participação em grupos específicos de revisão do projeto pedagógico; aperfeiçoamento dos laboratórios; solicitação de aquisição de novos livros para a biblioteca; concorrência a editais internos e externos à universidade que possibilitem aquisição de material permanente (aparelhos tecnológicos, mobílias – todo tipo de produto que não seja descartável e será patrimoniado pela universidade) e a atualização das condições de trabalho no ensino, pesquisa e extensão, e acompanhamento das avaliações externas à universidade – MEC – atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais.

**Passo dois** - Extensão: desenvolver diálogos diretos entre a universidade e a comunidade, com participação dos discentes ampliando a visão de mundo e a percepção das políticas sociais; ficar atento para não confundir a extensão com assistencialismo, visitar as comunidades atuando não como contribuinte e não interventor; ouvir as comunidades e necessidades dos grupos sociais e trabalhar a partir delas, contribuindo na tomada de consciência do cidadão e dos discentes em formação; desenvolver trabalhos interdisciplinares em cada área de conhecimento – humanas, biológicas,

---

<sup>69</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)>. Acesso em 02 set. 2015.

exatas, sociais aplicadas, tecnológicas – com as especificidades a serem desenvolvidas; a extensão vai exigir a criação de projetos específicos, segundo a necessidade das comunidades a serem atendidas, e a concorrência novamente aos editais internos e externos; ao mesmo tempo, a contradição: no curto prazo os docentes devem estar com projetos prontos após visitas às comunidades e participar da concorrência dos editais – com seus prazos específicos - internos e externos à universidade. E uma das maiores dificuldades é a falta de tempo, que impossibilita atingir o objetivo de contribuir, estender a universidade até a comunidade, e avaliar o que a comunidade necessita, ou seja, chegar no grupo social e apresentar o que ele precisa. Na maioria das vezes, a prática da extensão nega ao outro o direito de expressar as suas necessidades.

**Passo três** - Gestão: Reitor; pró-Reitor; diretores de áreas da administração superior – recursos humanos, graduação, extensão, financeiro, planejamento, pesquisa, etc. – diretores de unidades, coordenadores de cursos e laboratórios, entre outros; comissões de elaboração de resoluções e portarias que possibilitem a transparência na utilização e divisão de recursos na universidade as regras a serem cumpridas nos vários setores e assuntos da academia. Criação de Estatuto e Regimento Geral da Universidade, Regimento Interno de cada unidade – instituto ou faculdade – como dos grupos de pesquisas, laboratórios, divisão de orçamento, entre outros; cargos de representação nos conselhos deliberativos da administração superior, das faculdades e institutos, como de cada curso oferecido pela universidade. Prestação de serviços para a Federação, os Ministérios, as Comissões Avaliativas de Cursos em outras Universidades – públicas ou privadas - etc. redator de documentos e relatórios – das comissões.

Esses três passos já demonstram o acúmulo de funções que devem ser cumpridas pelo corpo docente. Ao atuar nos três passos – ensino, extensão e administração – ocupará a maior parte do trabalho semanal, isso considerando que todas as atividades desenvolvidas foram dentro da universidade, sem acumular serviços para espaços externos, entre eles a residência do docente.

[...] o profundo enxugamento do quadro de funcionários de apoio, que acaba por agregar, continuamente, novas funções ao cotidiano do professor. Ele agora é responsável não apenas pela sua sala de aula e pelo desenvolvimento de sua pesquisa, mas por um crescente número de tarefas, como o preenchimento de inúmeros relatórios e formulários, a emissão de

pareceres, a captação de recursos para viabilizar seu trabalho e até o bom funcionamento da universidade. (MANCEBO, 2007, p. 77, grifo meu)<sup>70</sup>.

Existe ainda o *calcanhar de Aquiles*, a pesquisa, o **passo quatro**. Nesse ponto, em particular, recorro à mitologia grega. Ela permite a associação dos professores produtivos cientificamente, os que poderão adquirir a bolsa produtividade do CNPq, com o mito de Aquiles, cujo corpo foi banhado nas águas do Rio Estige, para ficar fora do alcance de qualquer inimigo. O calcanhar, única parte do corpo não banhada, tornou-se a parte mais frágil de Aquiles, seu único ponto vulnerável. Assim, Páris atinge o seu calcanhar com uma flecha envenenada, provocando-lhe a morte. Mas possibilitou a glória de Aquiles para a eternidade.

A produção de conhecimentos, no corpo acadêmico, não deixa de ser o ponto frágil, pois não há condições propícias para todos os membros da academia tocarem seus pés nos rastros da pesquisa. A 'seleção natural' demonstra sua presença na concorrência aos editais de fomento, sejam eles internos ou externos. Os docentes que mais produziram terão seus resultados de pesquisa materializados em livros, artigos, congressos, dentre outros. Esses são reconhecidos como 'intelectuais' e atingem a glória.

Nesse 'vale quanto pesa' [avaliação qualis/capes], o próprio docente é 'valorizado' pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela **'bolsa produtividade em pesquisa'** que consegue por méritos próprios. De fato, a inclusão nesse sistema opera uma diferenciação entre os docentes de maneira a estimular a conformação de uma 'elite' definida como tal pelo desempenho conseguido nos editais de pesquisa, nas bolsas concedidas, nos artigos publicados, enfim, pela pontuação atingida no escore da produtividade acadêmica. **Aparentemente, esse docente tende a acreditar que o seu desempenho é excepcional, fruto de algum tipo de genialidade que o distingue de seus pares.** [...] Por esse processo, surge uma identidade docente diferenciada por status e prestígio decorrentes da escassez e do caráter mercantil dos recursos de pesquisa. (BOSI, 2007, p. 1516)<sup>71</sup>.

A pesquisa tem o ponto frágil, a glória, o corpo esbelto e forte de Aquiles. É como um divisor de águas: os que optam por dar os passos da pesquisa enfrentam Tróia – comunidade de fomento à pesquisa – mas apenas alguns são vencedores, os que têm

<sup>70</sup> MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Revista Portuguesa de Educação. v. 23, n. 2, 2010. Universidade do Ninho, Braga - Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37417086004.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2015.

<sup>71</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

mais tempo na produção. Os iniciantes, na maioria das vezes, morrem na batalha. Tróia aqui é uma comunidade que não morre, tem um deus imortal – o capital.

'Lattes, Lattes meu, existe alguém mais produtivo do que eu' (pesquisador brasileiro); 'estamos submetidos ao efeito bonsai' (pesquisador português). Ou ainda nas frases e expressões como 'engenharia acadêmica', 'linha de montagem de textos', que remetem ao quanto os pesquisadores estão inseridos em um processo que poderíamos associar ao taylorismo-fordismo, modelo que se supunha superado neste início de século, e, por fim, no depoimento de outro entrevistado ao afirmar que somos 'intelectuais orgânicos do nosso Curriculum'. As falas dos entrevistados contêm várias manifestações desse teor e, por sua vez, encontram respaldo na literatura. Conforme Fernández Liria e Serrano García (2009, p. 14), 'isso fez com que, para salvar seu emprego e seu salário, os professores começaram a trabalhar mais no marketing do seu currículo que nas suas aulas e em suas pesquisas' (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 100<sup>72</sup>).

O fenômeno determinante do capital e suas relações de produção a cada minuto estabelecem novos moldes aos uniformes de trabalho, alimentados pelo capitalismo.

[...] ele [o capitalismo], é, essencialmente, um fenômeno religioso, que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo. Como tal, como religião da modernidade, ele é definido por três características: 1. É uma religião cultural, talvez a mais extrema e absoluta que já tenha existido. Tudo nela tem significado unicamente com referência ao cumprimento de um culto, e não com respeito a um dogma ou a uma ideia. 2. Esse culto é permanente; é 'a celebração de um culto *sans trève et sans merci* [tradução livre: incansavelmente e sem obrigado]. Neste caso não é possível distinguir dias de festas e dias de trabalho, mas há um único e ininterrupto dia de festa, em que o trabalho coincide com a celebração do culto. 3. O culto capitalista não está voltado para a redenção ou para a expiação de uma culpa, mas para a própria culpa. (AGAMBEN, 2007, p. 70)<sup>73</sup>.

O sistema capitalista tem um objetivo indiscutível: o acúmulo de capital. Os meios utilizados para atingir esse fim são de responsabilidade da política administrativa. Dessa forma, as regras do incentivo à pesquisa e aos investimentos nos serviços públicos modificam conforme o vento sinaliza que a economia internacional e o desenvolvimento na economia nacional devem seguir. Um dos presidentes que administrou o CNPq [1986-1990], Crodowaldo Pavan, que teve a experiência de receber fomento da Fundação Rockefeller por 20 anos, relata:

Perdemos a ajuda [Fundação Rockefeller] e a obrigação ficou com o governo brasileiro. O CNPq já tinha sido criado em 1951. Mas havia uma diferença fundamental. No Brasil, o apoio governamental ao desenvolvimento

<sup>72</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio*: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>73</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

científico não prima pela continuidade. [...]. Mudava o governo, mudava tudo: a política, os ministros, as prioridades, etc. Então, qualquer mudança afetava o desenvolvimento de cada grupo, pois não existia garantida alguma de as verbas continuarem. Isso é muito desagradável. Nesse ponto, os Estados Unidos são muito mais racionais. Lá, a organização é de tal ordem que a infraestrutura de uma instituição qualificada não oscila tanto com as mudanças de governo e na política. (MOTOYAMA, 2002, p. 396)<sup>74</sup>.

O corpo docente da universidade pública, durante toda sua vida acadêmica, estará à mercê da administração governamental, tanto que, muitas vezes, precisará investir seu próprio capital para atender a sua formação e as atividades que lhe competem: o momento do trabalho isolado, as reflexões e estudos para produção e aquisição de obras científicas, viagens para congressos, entre outros.

Além do autoinvestimento econômico, há as tensões dos conflitos ideológicos. A competição entre os pares inicia a divisão 'natural' dos grupos de trabalho. Os corredores e as reuniões coletivas são o momento particular de reavivar os conflitos e potencializar as diferenças. São poucos os casos de professores que circulam naturalmente entre vários grupos de trabalho. Muitas vezes essas divisões estendem-se até os discentes – essa é outra forma de pressão psicológica vivenciada na academia.

Outro fator importante é o corpo docente precisar lidar com as consequências das evasões dos ingressantes como o número de reprovações, um papel que não é seu. Mas, a legislação da matriz orçamentária deixa claro a quantidade mínima de produtos a serem devolvidos ao mercado.

As universidades públicas recebem orientação para que sejam aprovados 90%, sob pena de verem diminuídas as verbas de incentivo; trata-se da aprovação de 90%, tenham ou não merecimento [...]. (MORAIS, 2011, p. 48)<sup>75</sup>.

O corpo docente deve caminhar na lei, a mesma que Foucault em Poderes e Estratégias elucida:

[...] desempenha três papéis principais: - ela permite fazer um esquema do poder que é homogêneo não importa em que nível coloquemos e seja qual for o domínio: família ou Estado, relação de educação ou de produção; - ela permite nunca pensar o poder senão em termos negativos: recusa, delimitação, barreira, censura. O poder é o que diz não. E o enfrentamento com o poder assim concebido só aparece como transgressão; - ela permite pensar a operação fundamental do poder como um ato de fala: enunciação da

<sup>74</sup> MOTOYAMA, Shozo (org.). Crodovaldo Pavan – 1986-1990. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). 50 anos do CNPq - contados pelos seus presidentes. São Paulo: FAPESP, 2002.

<sup>75</sup> MORAIS, Regis de. Um Abominável mundo novo? O Ensino Superior atual. São Paulo: Editora Paulus, 2011.

lei, discurso da interdição. A manifestação do poder reveste a forma pura do 'tu não deves'. (FOUCAULT, 2012, p. 241)<sup>76</sup>.

A implantação da política gerencial – em particular nos cortes orçamentários – obriga os docentes a repensarem a sua liberdade na escolha da formação de qualidade dos discentes, na luta por uma condição melhor de trabalho e qualificação profissional.

Um ponto crucial que diferencia o trabalho docente acadêmico das décadas anteriores a 1990 é o desenvolvimento de novas tecnologias, em particular a comunicação virtual – internet. No Brasil, a comunicação digital se consolida nas universidades em 1992<sup>77</sup>.

Esse fenômeno, que inicialmente é visto como extremamente positivo, irá com o tempo apropriar-se ainda mais do tempo de trabalho do corpo docente, tornando-o dependente das novas tecnologias e ao mesmo tempo exposto às pressões dos pares, dos discentes e da comunidade científica nos seus processos avaliativos. A facilidade de se comunicar com outros grupos de pesquisa nacionais e internacionais foi muito benquisto, mas a autonomia da vigilância máquina e profissional deixa de existir, consolidando as portas da universidade para a intensificação do fazer docente. A internet extrapola os espaços físicos e as distâncias espaciais.

O professor vai fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as inovações tecnológicas possibilitam a derrubada das barreiras entre o mundo do trabalho. (MANCERO, 2007, p. 77)<sup>78</sup>.

Quando surgiu o computador, cheguei a imaginar que passaria a ter a solução para todos os meus problemas tradicionais. E, no início, cheguei a ter um, dois, três, quatro, cinco computadores em minha casa. Depois passei a quatro, três, dois, um... e agora procuro trabalhar na sala da universidade. O computador, em casa, permite teletrabalhar de dia e de noite, fazer mais trabalhos e trabalhar mais e melhor, porém com custos à qualidade de vida pessoal. [...] E minha experiência é que alguns dias venho trabalhar na universidade às 9h da manhã e, às 9h da noite, acabei tendo saído somente para almoçar, **pois os novos e-mails que vieram entrando na parte superior da tela são mais numerosos do que aqueles que fui respondendo ou deletando**. Então, a impressão de impotência, de olhar-se no espelho e

<sup>76</sup> FOUCAULT, Michel. *Poderes e Estratégias*. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 04).

<sup>77</sup> CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. *A trajetória da Internet no Brasil*: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação de Mestrado – Engenharia de Sistemas e Computação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

<sup>78</sup> MANCERO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*. v. 23, n. 2, 2010. Universidade do Ninho, Braga - Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37417086004.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2015.

perceber a própria expressão de perplexidade é cada dia mais frequente, forte e generalizada. (BIANCHETTI, 2010, p. 281, grifo meu)<sup>79</sup>.

A quantidade de trabalho aumenta na medida em que o espaço e as horas não são mais definidores do tempo de trabalho na academia. As horas de trabalho podem ser administradas pelo profissional, além do tempo de dedicação instituído socialmente. As relações com os discentes, grupos de pesquisa, comissões de trabalho-gestor e comissões pedagógicas podem ser feitas sem um tempo igual para cada participante.

Cada vez mais privatizados os meios de produção do trabalho docente (e do conhecimento), resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho, combinando 'competição', 'empreendedorismo' e 'voluntarismo'. A começar pelo 'empreendedorismo', um dos mais antigos e eficientes artefatos ideológicos do capital voltado para convencer e converter ao trabalho dos homens e mulheres, há exemplos de ímpar vulgaridade sobre como a instrumentalidade do comportamento adequado à lógica produtivista é defendida e divulgada, conforme encontra-se explicitado no editorial da revista Profissão Mestre, de abril de 2006. (BOSI, 2007, p. 1414)<sup>80</sup>.

[...] A sociedade da informação e da tecnologia muda o perfil do trabalhador e a realidade do emprego: pesquisas apontam que a cada dois postos de trabalho no Brasil, um é formal e outro é informal; entre 16 e 25 anos milhões de trabalhadores são autônomos ou empreiteiros independentes; atualmente os maiores empregadores não são as megacorporações e, sim, as agências de trabalho temporário; [...] O mundo da educação não está isento a essa nova realidade. Escolas e professores sofrerão o impacto dessa nova tendência econômica e social. É por essas e outras que a equipe das revistas Profissão Mestre e Gestão Educacional está lançando o Kit Professores S.A. Um material exclusivo que servirá como uma bússola para guiá-lo através desse cenário de incertezas. (CLEBSCH, 2006, p. 41 apud BOSI, 2007, p. 1414)<sup>81</sup>.

A reprodutividade técnica, na modernidade, foi e continua sendo aperfeiçoada, intensificando a produção de artigos científicos e outros tipos de escrita, que demarcam uma universidade produtivista. Independente da qualidade, o professor necessita produzir mais.

O docente e o artesão tinham seus tempos de fazer e refazer seus produtos, suas criações. Hoje eles são embebidos, liquidificados, sem possibilidade de considerar

<sup>79</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]*. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>80</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

<sup>81</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

a proximidade do belo. O professor é apenas um produto 'aceitável' para o consumo individual/coletivo, uma consequência da (in)limitação das diferenças temporais. Assim, o mercado efetiva o tempo do apenas correr e fazer. Não há momento para pensar, repensar, fazer, refazer.

Com relação à produção acadêmica, os depoimentos dos entrevistados evidenciam o comprometimento da qualidade do que é produzido pela pressão de publicar: 'tornamo-nos especialistas em amontoar fragmentos'; 'requentamos diferentes versões do mesmo texto'. Igualmente, apontam a interferência destas exigências produtivas na sua qualidade de vida: assinalam que afeta seu lazer e seu descanso. Exemplar neste aspecto é a afirmação de uma das entrevistadas brasileiras: 'estamos vivendo um tempo em que o sábado ainda é sexta-feira e o domingo já é segunda-feira' (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 98, grifo meu)<sup>82</sup>.

O processo de intensificação institui o incentivo para o trabalhador se dedicar mais ainda e atingir uma meta mais diferenciada. Instituem-se as premiações, as fotos digitais disponíveis no sítio lattes dos melhores produtores acadêmicos, o alimento primordial para as novas metas produtivistas. O doloroso é que tanto o trabalhador na base das indústrias como o corpo docente são conscientes desse processo de exploração.

[...] a pós-graduação passa a ocupar um espaço central e mais relevante para o Estado, posto que, no país, o lugar em que o conhecimento é desenvolvido com maior consistência é dos níveis pós-graduados da universidades (cf. Sguissard; Silva Jr, 2009). Esta condição estabelece no cotidiano das universidades processo de gestão em que os professores que não pertencem aos quadros da pós-graduação almejam muito entrar para este nível por conta das melhores condições de oportunidade de financiamento e possibilidade de consultorias, alienando-se desde o início. Em contrapartida os que estão inseridos na pós-graduação correm atrás de publicações, financiamentos para pesquisas em geral aplicadas, consultoria, construindo na iniciação científica, na extensão e no ensino semelhante cultura. (SILVA JÚNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 445)<sup>83</sup>.

O pesquisador necessita da construção e da aquisição dos novos conhecimentos, o tempo para a maturidade intelectual, a apreensão e leitura dos problemas e das necessidades sociais. Essa temporalidade deve obedecer a uma produtividade controlada pelos órgãos de fomento e registrada na plataforma de controle, a *Plataforma Lattes*. Esse dispositivo vai definir quais os pesquisadores que

<sup>82</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio*: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>83</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

terão direito a novos financiamentos – os que correram contra o tempo natural e se ‘adequaram’ ao tempo do capital cultural industrializado.

A exigência da produtividade chega até à produção de plágios e a sua aceitação pelas editoras - inclusive renomadas. Um exemplo na área da Ciência da Computação,

[...] criados por pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* que ‘fabrica’ falsos artigos acadêmicos na área de ciência da computação [...] vários artigos forjados por esse processo foram aceitos para publicação em importantes editoras internacionais, como a *Springer*, o *Institute of Electrical and Electronic Engineers*. (NÓVOA, 2015, p. 4<sup>84</sup>).

Marcos Barbosa de Oliveira, em *A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador*, discorre sobre dados que aconteceram nos EUA e no Brasil. Hoje já faz parte das preocupações a criação de leis e formas de punição aos pesquisadores que se enquadram na FFP –fabricação, falsificação e plágio.

Cristalizou-se também uma definição de má conduta em termos de três categorias: fabricação, falsificação e plágio. Essa definição tornou-se tão difundida que passou a ser largamente designada com a sigla FPP (adequada tanto para o inglês – fabrication, falsification and plagiarism – quanto para o português). (OLIVEIRA, 2015, p. 11)<sup>85</sup>.

SENNETT (2011)<sup>86</sup> disserta sobre a corrosão do caráter nas relações de trabalho no novo capitalismo, partindo da competição e da temporalidade de convivência entre os sujeitos, do não estabelecimento de vínculos subjetivos pessoais – a ausência do pronome nós – como determinante para a constituição do desrespeito aos valores morais, a impossibilidade da formação do caráter.

Essa mesma relação de trabalho toma forma nas relações do corpo docente universitário no momento em que assumem a competitividade na produção de resultados independente dos meios. O fim devem ser os produtos de pesquisa publicizados nos periódicos considerados pelo sistema *Qualis* como fator de impacto na ciência.

[...] o gerencialismo, quando aplicado ao ensino e à pesquisa, corrói a essência da produção e divulgação do conhecimento. O problema da inserção da lógica gerencial no meio educacional é que ela passa a impor um ‘ethos’

<sup>84</sup> NÓVOA, António. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em Educação? *Revista Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 41, nº 1 p. 263 – 272, jan/mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. *A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador*. *Revista Scientia&Studia*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 867-97, 2015.

<sup>86</sup> SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16 ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2011.

corporativo para um tipo de atividade que pouco ou nada tem a ver com o mundo das empresas. O professor precisa ter tempo para amadurecer suas ideias. Precisa de liberdade para expor seus pontos de vista sem ter que se preocupar em agradar um cliente ou um patrão. Precisa desenvolver seu trabalho de pesquisa com a tranquilidade de que se ele não fizer um número certo de pontos por ano não será excluído. O professor precisa ter a tranquilidade de que quando ele atingir certo nível de desenvolvimento intelectual e senioridade em uma dada área, ele não será descartado por não fazer pontinhos. A academia precisa, urgentemente, rever o caminho que está trilhando, pensar em uma nova maneira de se organizar que leve em consideração as suas peculiaridades e sua finalidade social. (ALCADIPANI, 2011, p. 348)<sup>87</sup>.

Um diferencial da leitura Sennettiana é que, na atividade profissional acadêmica do serviço público, o tempo para vínculos existe, tanto que a carreira docente em sua maioria chega, no mínimo, a 20 anos de trabalho na mesma instituição. Mas tanto as diferenças ideológicas como as teóricas são fatores a considerar para a efetivação da distância e da competitividade. O docente tem tempo de convivência, mas não tem mais o tempo do artesão. Deve publicar, publicar e publicar. Com isso isola-se cada vez mais da relação com os pares e também acaba fragilizando o pronome nós.

À medida que a academia é envolvida na mesma forma de produção e resultados de produtos na dinâmica da política econômica do Capitalismo – produziu mais, tem mais possibilidade de recursos financeiros -, a cultura apreendida nas experiências vividas de cada profissional 'começa a ser fragilizada' na perspectiva das preocupações com a ética nos resultados de trabalhos disponibilizados ao público – científico como a todo cidadão 'leigo na especificidade da linguagem científica'. Destarte, o reconhecimento da ciência como representante da 'verdade', 'seriedade nos resultados' é fragilizada.

Oliveira (2015)<sup>88</sup> apresenta dados significativos do desenvolvimento de comissão nos EUA para a verificação e disciplinarização pedagógica que se tornou uma disciplina: criação de programas de computação específicos para verificar produções científicas. Questiona a impossibilidade de ensinar sobre virtude, aponta como um processo a ser pensado e melhor investido pelas Universidades – a necessidade da criação de uma política de avaliação e punição das publicações que estão imbricadas na

<sup>87</sup> ALCADIPANI, Rafael. Academia e a Fábrica de Sardinhas. Revista Organização & Sociedade, Salvador/BA, v.18, n. 57. p. 345-8, abr/jun, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewFile/11155/8067>>. Acesso em 17 ago. 2016.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador. Revista Scientia&Studia, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 867-97, 2015.

omissão da veracidade dos resultados científicos – um aperfeiçoamento dos pareceristas e das e editoras.

O excesso de cobrança pela produtividade não pode ser a justificadora das práticas desrespeitosas com relação à ciência, mas infelizmente contribui já que faz referência a uma pesquisa de Anderson e colaboradores. Oliveira cita um parágrafo da pesquisa que sintetiza muito bem as consequências da problemática do produtivismo. Aproprio-me, neste momento, da mesma citação.

Até agora, pouca atenção tem sido dada à conexão entre a integridade na pesquisa e as pressões competitivas na ciência. As revelações aqui expostas sinalizam a necessidade de análise de como a competição exacerbada, quer diretamente, quer através de seus efeitos sobre o medo ou percepções de injustiça, compromete a integridade do empreendimento da pesquisa [...]. A presente análise sugere que os órgãos responsáveis pelo financiamento, administração e regulamentação do empreendimento têm subestimado o grau em que as pressões competitivas sobre os cientistas induzem comportamentos que podem ser descritos como perversos, em desacordo com as normas e contraprodutivos. Tal conexão sugere a necessidade de mais atenção à preparação para a sobrevivência profissional em ambiente competitivo que não comprometa os padrões éticos. O lado brilhante da competição como força motora responsável pelo predomínio dos Estados Unidos no pensamento científico e na inovação precisa ser visto junto com seu lado escuro. (OLIVEIRA, 2015, p. 881).

Quando a competição é escolhida por um reflexo como o mecanismo de seleção padrão, escassa atenção é dada para as consequências não intencionais que contrariam normas como a confiança, o compartilhamento, a colaboração e o bem público. A dependência exagerada da competição precisa ser temperada pelo reconhecimento dos males que a competição desenfreada pode produzir. (ANDERSON et al., 2007, p. 459 apud OLIVEIRA, 2015, p. 881)<sup>89</sup>.

O dispositivo 'motivador', a Plataforma Lattes, vigia a produtividade científica: independentemente de sua qualidade e veracidade, considera apenas a quantidade de pesquisas e o número de citações. O Lattes é uma ata de registro acadêmico do profissional docente, pois tem descrição detalhada e publicizada a toda a comunidade científica:

Algumas ações e estratégias adotadas, também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vão reforçar o caráter produtivista do trabalho docente na educação superior. A implantação do Currículo de Plataforma Lattes é um bom exemplo disto. Este instrumento, criado em agosto de 1999, foi adotado como modelo-padrão para o registro das atividades desenvolvidas indivíduos que integram a comunidade científica nacional. A centralização dos currículos, neste banco de dados institucional, exige dos profissionais uma atualização periódica e uma

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador. *Revista Scientia&Studia*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 867-97, 2015.

produção constante para garantir uma boa pontuação no 'mercado acadêmico'. (GUIMARÃES; MONTE; FARIAS, 2013, p. 39)<sup>90</sup>.

Assim, o Lattes virou o 'passaporte' acadêmico às avessas: 'o que na vida acadêmica não é o que se publica, mas sim a quantidade do que se publica' (VIEIRA, 2007, p. 33, apud GUIMARÃES; MONTE; FARIAS, 2013, p. 39).

E nesta lógica produtivista, o pesquisador/professor envereda pela necessidade de publicar para pontuar: a valoração de seu trabalho e conhecimento é quantitativa. Assim, 'a necessidade de *pontuar*' transforma a vida acadêmica numa espécie de contabilidade, na qual tudo o que fazemos é quantificado'. (VIEIRA, 2008, p. 3 apud GUIMARÃES; MONTE; FARIAS, 2013, p. 39)<sup>91</sup>.

A estrutura organizativa do Currículo Lattes<sup>92</sup> para ser melhor visualizada pelo público é: Dados Gerais, Formação, Atuação, Projetos, Produções, Patentes e Registros, Inovação, Educação e Popularização da C&T, Eventos, Orientações, Bancas, Citações e Informações Complementares. Logo, na primeira página, há a foto do professor, um resumo descrito pelo profissional e, quando bolsista, a produtividade do CNPq está anunciada em uma cor distinta – grifada de cinza com o nível reconhecido pela Capes, o que torna o pesquisador um modelo a 'ser seguido'.

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (GUIMARÃES, 2015, p. 85)<sup>93</sup>.

Com isso, os docentes veem-se forçados a segui-los, para serem considerados produtivos e para que os programas de pós-graduação aos quais estão vinculados obtenham conceitos suficientemente elevados para possibilitar a aquisição de bolsas e verbas de manutenção ou, simplesmente, para continuar existindo. (BOSI, 2007, p. 1519)<sup>94</sup>.

<sup>90</sup> GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, n. 52, jul. 2013, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

<sup>91</sup> GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, n. 52, jul. 2013, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

<sup>92</sup> CNPQ/LATTES. Conselho Nacional de Pesquisa. Plataforma Lattes. Sobre a Plataforma Lattes. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

<sup>93</sup> GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, n. 52, jul. 2013, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

<sup>94</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

Consequentemente, esse excesso de produção, independentemente das questões éticas, o plágio, como repetição de pesquisas, mudanças dos títulos, tem-se feito presente no 'mundo' acadêmico atual. Os órgãos de fomento 'exigem de forma direta' que o docente relate até o momento de desenvolvimento do feto em processo de problematização até a constituição do novo ser. Esse fenômeno natural é (in)naturalizado na gestão da pesquisa, ou seja, o pesquisador é 'obrigado' a atropelar a pesquisa publicando dados ainda em processo de análise. A consequência é o não desenvolvimento de pesquisas científicas com a fundamentação teórica necessária e com o tempo necessário para a experimentação nos laboratórios acadêmicos.

As pressões externas são assumidas na gestão interna da universidade. Os papéis do corpo docente devem ser cumpridos, assumindo as responsabilidades que lhe competem. Com isso, esgarça-se ainda mais o tempo, a constante presença do fenômeno intensificação.

[...] o tempo-espacó entre a vida acadêmica e a vida pessoal é condenado a um só. O docente se aliena de si mesmo porque perde, cada vez mais, o controle sobre seu próprio processo de trabalho e sobre o produto do seu trabalho (pesquisa, ensino, artigos, etc.), que se converte, na maioria das vezes, em um objeto estranho ao seu produtor. O processo de ensino-aprendizagem, que deveria ser um manancial crítico-reflexivo, entre mestres e alunos, propulsor da emancipação humana, está se convertendo celeremente em um fazer burocrático, no qual uma espécie de dissimulação mútua ('eu finjo que ensino e você finge que aprende') possui como objetivo utilitário executar o compromisso socialmente (des)valorizado de 'estar na universidade'. Esta última, por sua vez, passa a ter como horizonte principal a provisão de mão de obra altamente qualificada e produtora de conhecimentos orientados para satisfazer as necessidades de expansão do grande capital – nacional e alienígena. (LEITE, 2011, p.94-5)<sup>95</sup>.

A função da gestão e a dedicação ao ensino são prejudicadas, a valoração da pesquisa constrange o docente a evitar 'gastar seu tempo' em papéis que os planos de carreira não consideram primordiais. O professor que assume essas funções administrativas e pedagógicas – Núcleo Docente Estruturante, Coordenações, Direção, entre outros – não terá um tempo significativo para o desenvolvimento das suas pesquisas. Quando finda seu prazo no mandado de gestão administrativa seus currículos estão frágeis para enfrentar a concorrência nos órgãos de fomento.

---

<sup>95</sup> LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XXI, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

A plataforma não considera a função administrativa e pedagógica nas suas pontuações; o considerado em essência é a produção científica. Dessa forma, o docente que assumiu o cargo de gestor, se não estiver produzindo – estrangulando seu tempo pessoal –, terá dificuldades para se adequar novamente às regras da produtividade.

Executar os diversos papéis: aperfeiçoamento nas formas de ensinar, aquisição de novos conhecimentos, desenvolvimento de pesquisas, conhecimento apropriado para desenvolver a função de gestor universitário, a impossibilidade de trabalhar com ensino, pesquisa, extensão e gestão, a exigência de tempo em cada uma delas se torna inexequível. O docente terá que optar pela função à qual irá se dedicar mais.

O testemunho de Gerhard Jacob (Físico) – Presidente do CNPq [1990 - 1991], é uma comprovação dessa necessidade de escolha. Gerhard Jacob relata a sua experiência como pesquisador, mas a partir de 1976, ao assumir cargo de administrador da universidade, começa a se afastar da prática da pesquisa:

[...] eu saí cedo do Instituto; já que me envolvi com a administração universitária, o que foi surpresa até para mim. Continuei um pouquinho na física, mas um ano depois eu já não conseguia mais acompanhar bem os artigos que saiam na minha área, porque era uma área 'quente', que estava indo rapidamente para frente. Então tomei a decisão de entrar definitivamente na administração de ciência e tecnologia. Saí da física, e isso conscientemente. (MOTOYAMA, 2002, p. 419)<sup>96</sup>.

Gerhard Jacob ilustra a obrigatoriedade da opção. Cada uma das funções a serem executadas pelos docentes exige dedicação intensa e estrangula as outras. Ou seja, é amarrar-se ao mastro como Ulisses, para não ser enganado pela fascinação do Canto das Sereias e perder-se no mar de trabalho fazendo tudo, mas genericamente. Os dispositivos avaliativos, além de exigirem os resultados pontuais em cada função do docente universitário, acabam em suas tabelas de pontuação, referendando os planos de carreira, e novamente, uma maior valoração da pesquisa.

Os segredos do ofício [docência] eram mostrados (dialeticamente como revelação e descoberta) à medida que o aprendiz consolidava os passos de um difícil processo de formação, estruturado em antigas linhagens do pensamento científico. Alguns dos melhores sentimentos providos por esta experiência eram o de ensinar bem e o de formar alguém que pudesse significar a superação do antigo mestre. Assim, a principal obra de arte nunca foi um paper, um lattes recheado, ou um gordo saldo bancário na conta corrente de pesquisador. **O principal recurso era o humano, a satisfação**

<sup>96</sup> MOTOYAMA, Shozo (org.). Gerhard Jacob 1990-1991. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). 50 anos do CNPq - contados pelos seus presidentes. São Paulo: FAPESP, 2002.

**do trabalho bem feito. Este conteúdo ético que nutria a coerência dificilmente é encontrado no meio acadêmico que vivemos hoje, que tentamos compreender e transformar.** (BOSI, 2011, p. 136, grifo meu)<sup>97</sup>.

Bosi (2011) é ilustrativo ao demonstrar dois tempos: a prática de um profissional a quem é permitida a maturação dos conhecimentos e, com isso, uma produção com qualidade, e o de hoje, um profissional avaliado pela quantidade. Nesse novo perfil, para fazer parte dos espaços, em particular, da pesquisa, 'perde-se' o direito à originalidade e a regra do produtivismo secundariza o ensino. Nas regras da produtividade científica, grandes pensadores que servem de fundamentação para as nossas formações não fariam mais parte da seleção das agências de fomento e muito menos dos programas de pós-graduação.

Hoje, Holanda [Sérgio Buarque] certamente sucumbiria sob a racionalidade produtiva da Capes ou do CNPq. Mas estaria em boa companhia, ao lado de Florestan Fernandes, que se doutorou em 1951, e mesmo dividindo trabalho com poucos docentes em sua área, na Universidade de São Paulo, orientou em torno de uma dezena de trabalhos de pós-graduação até o final de 1960. Hoje, este 'índice', de uma defesa a cada dois anos, é desprezível para a maior parte dos programas situados nas ciências humanas, e certamente não sobreviveria com boa nota aos critérios de avaliação dos cursos stricto sensu. Também não havia uma prática obrigatória de publicação de artigos a ser quantificada, para aferir a permanência do docente em programas de pós-graduação. A regularidade da divulgação científica obedecia ao critério da relevância e, em alguma medida, da originalidade. Difícil topar, naquela época, com artigos 'requentados'. Por outro lado, cabe reconhecer também que não havia no país um sistema de educação superior público alicerçado em padrões únicos de qualidade, que caracterizassem a atividade docente a partir de uma carreira e das atividades de ensino, pesquisa e extensão. [...] a sala de aula era o principal laboratório docente, uma oficina artesanal onde a formação de novos profissionais não era um objetivo secundário. Nos últimos vinte cinco anos [1980], esta experiência cedeu lugar às atividades de captação de recursos, realização e participação em eventos, publicação de artigos, consultorias, produção de patentes, prestação de diversos serviços etc. (BOSI, 2011, p. 135, grifo meu)<sup>98</sup>.

O mesmo testemunho de Bosi (2011) repete-se na entrevista de Miguel Nicolelis (2011), ressaltando ainda a questão da qualidade das publicações no Brasil, a dificuldade dos jovens pesquisadores na seleção de fomentos frente aos bolsistas CNPq – pesquisador A1.

**Nós publicamos mais do que a Suíça.** Mas o impacto da ciência suíça é muito maior. Basta ver o número de prêmios Nobel lá. E eles têm apenas cinco milhões de habitantes. Na academia brasileira, as recompensas

<sup>97</sup> BOSI, Antônio de Pádua. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XX, n. 47, fev. 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-25339576.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>98</sup> BOSI, Antônio de Pádua. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XX, n. 47, fev. 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-25339576.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

dependem do que eu chamo de 'índice gravitacional de publicação': quanto mais pesado o currículo, melhor. **Ou seja, o cientista precisa colecionar o maior número de publicações – sem importar tanto seu conteúdo.** Não pode ser assim. O mérito tem de ser julgado pelo impacto nacional ou internacional de uma pesquisa. Não podemos dizer: quem publica mais, leva o bolo. Porque aí o sujeito começa a publicar em qualquer revista. Não é difícil. **A publicação científica é um negócio como qualquer outro.** Mesmo se você considerar as revistas de maior impacto. Também não adianta criar e usar um índice numérico de citações (que mede o número de citações dos artigos de um determinado cientista). [os pesquisadores iniciantes]. **Atualmente, eles têm uma dificuldade tremenda de conseguir dinheiro porque não são pesquisadores 1A do CNPq. Você precisa ser um cardeal da academia para conseguir dinheiro e sobressair.** Com um físico da UFPE, cheguei à conclusão de que **Albert Einstein não seria pesquisador 1A do CNPq, porque ele não preenche todos os pré-requisitos – número de orientandos de mestrado, de doutorado...** Se Einstein não poderia estar no topo, há algo errado. Os cientistas brilhantes **jovens não têm acesso às benesses que os grandes cardeais – pesquisadores A1 do CNPq – têm, muitos deles sem ter feito muita coisa que valha.** (GONÇALVES, 2011, grifo meu)<sup>99</sup>.

O profissional docente vivencia constantemente a linha tênue entre se sentir rebaixado e humilhado<sup>100</sup>.

[...] na rotina do trabalho docente [...] [política da produtividade]. [...] O resultado dessa política tem se materializado num crescimento cavalar da produção e da produtividade acadêmica, cujo objetivo se encerra no próprio ato produtivo, isto é ser e sentir-se produtivo. A evidencia desse processo é facilmente constatada, conforme depoimento do próprio diretor de avaliação da CAPES [...]. (BOSI, 2007, p. 1513)<sup>101</sup>.

**Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista.** Quem vai ler isso? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre. (RIBEIRO, 2006, p. 42 apud BOSI, 2007, p. 1513, grifo do autor)<sup>102</sup>.

O docente não se diferencia mais dos indivíduos que devem ficar conectados constantemente às suas preocupações de trabalho. Até nos momentos de lazer os vícios das novas tecnologias se fazem presentes. Antônio Zuim (2013), na sua análise sobre os efeitos da tecnologização, explora a imagem de um homem tomando sol: um momento de descanso, relaxamento, mas ligado em vários de seus sentidos

<sup>99</sup> GONÇALVES, Alexandre. Nicolelis: Einstein: não seria pesquisador A1 do CNPq. Viomundo: o que você não vê na mídia. jan 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nicolelis-diz-que-sofreu-sabotagem-nos-bastidores.html>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

<sup>100</sup> HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior do individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Orgs). Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Uberlândia/MG: EDUFU, 2005.

<sup>101</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

<sup>102</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

perceptivos ao mesmo tempo - não se encontra desconectado do hábito diário da concentração desenvolvida pela modernidade técnica, o sujeito não se percebe liberto de compromisso, age como se estivesse na rapidez do tempo cronometrado.

Essa imagem do homem tomando banho de sol é atualíssima para que se possa compreender o modo como o indivíduo dificilmente consegue se concentrar num determinado conteúdo, a ponto de transformá-lo no lastro de sua reflexão crítica. Em tempos de distração concentrada, também tal indivíduo se decompõe em funções separadas, de tal maneira que, raramente, atua como elemento organizador das centenas de estímulos audiovisuais que recebe no cotidiano, tanto nas relações de trabalho, quanto fora delas. (ZUIM, 2013, p. 156)<sup>103</sup>.

As novas tecnologias servem como uma forma de esquadriamento do corpo docente, a pressão das leis, ementas, portarias, resoluções, reduções de investimentos estatais e a vigilância do privado articulando cortes públicos e a mercadorização da educação, uma forma de reduzir os impostos e a efetiva liberação do mercado educacional para o mercado internacional.

A ideia básica presente nas reformas educativas, iniciadas na década de 1990, é que os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção de gastos. Seguindo essa diretriz, o governo brasileiro vem reformando a educação superior, por meio de uma diversidade de instrumentos normativos, como leis ordinárias, decretos, portarias, medidas provisórias etc., cuja centralidade reside na restrição de gastos. Essa reforma, em acordo com as recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina, fundamenta-se na lógica do mercado, na qualidade e na eficiência do sistema (produtividade e qualidade total), na avaliação quantitativa para concessão de recursos orçamentários, com controle finalístico, no empresariamento do ensino superior público, por meio da captação de recursos no setor privado. (CHAVES, 2010, p. 485)<sup>104</sup>.

Os dispositivos de poder objetivam coagir as políticas educacionais ao assumirem a administração na ótica empresarial.

[...] a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadriinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação

<sup>103</sup> ZUIN, Antônio A. S. Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semi-formação. *Revista Pro-Posições*, v. 24, n. 3, set/dez 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/09.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>104</sup> CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educ. Soc. [online]*, 2010, v. 31, n.111, pp. 481-500. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de as 'disciplinas'. (FOUCAULT, 1996, p. 126)<sup>105</sup>.

Nesse sentido, o corpo docente universitário também experiencia o mesmo processo de disciplinarização diagnosticado por Foucault sobre as instituições exército, hospitalares, escolas e penitenciárias. A leitura foucaultina permite extrapolar o limite do sistema disciplinador para os mais diversos órgãos sociais. Neste momento para o âmbito das práticas, o professor do Ensino Público Superior que, por excelência, desenvolve seus papéis (ensino, pesquisa, extensão e administração) na universidade vai sendo enquadrado na obrigatoriedade de cumprir silenciosamente suas funções instituídas no edital de ingresso na academia.

Os detalhes disciplinares para a execução de cada uma das suas atribuições são promulgados pelas leis, pelas portarias, pelas ementas constitucionais já analisadas e já divulgadas no Diário Oficial da União<sup>106</sup>, como as portarias da própria universidade esmiuçando as formas de execução e aplicação dessas regras publicadas pela União. A docilização do professor universitário, cada vez mais aprisionado no conflito qualidade/quantidade vai aderindo à disciplinarização, olhando sempre para trás na intenção de visualizar quem o vigia, para saber se pode agir de forma contrária ao instituído.

O ato de olhar para trás para ver se existe algum outro olhar, e o reconhecimento do panóptico de Benthan, ou melhor, um panóptico aperfeiçoado tecnologicamente, os instrumentos avaliativos, esses não ficam mais nas penitenciárias. As câmeras filmadoras nas ruas e locais de trabalho são quase transparentes: deixam desde o começo claro ao docente do Ensino Superior o local e a hora em que o visitará. Só que, independentemente de saber qual é o órgão avaliador sobre o assunto de que tratará tal avaliação, a presença dela é constante no pensar e agir cotidianos do professor. A disciplinarização é um assédio moral que extrapola a autovigilância docente e se reproduz entre os pares e os discentes.

O assédio moral entre pares também é comum. Assim, o assédio moral pode ser tanto vertical (ascendente ou descendente), como horizontal. O que se mantém, entretanto, é a necessidade de repetição ou sistematização do ato, ou seja, deve, obrigatoriamente, fazer parte da rotina de trabalho dos indivíduos. O assédio moral acomete também os discentes desde a graduação. A

<sup>105</sup> FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões. 13 ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>106</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://portal.imprensanacional.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

crescente valorização e exigência de um curriculum perfeito (leia-se: prenhe de publicações e participações em eventos) para poder competir na escala acadêmica (da graduação para o mestrado, do mestrado para o doutorado e deste para a carreira docente ou de pesquisador), mostra que os estudantes estão começando a fazer uso indiscriminado de ansiolíticos, antidepressivos e estimulantes. A corrida produtivista já encontra denúncia até nos editoriais de revistas conceituadas internacionalmente (FIOCRUZ, 2009). [...]. Seu padrão [assédio moral] consiste na concretude do ambiente de trabalho, na qual o estabelecimento de rótulos ou perfil poderá ensejar humilhação, degradação, desvalorização daqueles que, mesmo produtivos, sejam tidos como de menor importância quando em cotejo com outros, os que possuem o aludido 'perfil' desejado. Por isso, não se restringe ao âmbito individual: quando um é humilhado, todos os outros que se identificam com ele sentem-se desprezados e ameaçados, percebendo-se como 'a próxima vítima' (LEITE, 2011, p.93-4)<sup>107</sup>.

O processo disciplinar se estende até os discentes, tanto que, nos programas de pós-graduação, eles acabam sendo moldados pelos grupos de pesquisa esquadinhados na ótica produtivista de que fizeram parte, ou seja, novos produtivistas.

Observam-se jovens que se doutoraram depois da vigência do atual sistema de avaliação da Capes, implantado a partir de 1997: **hoje, parecem muito adaptados ao produtivismo acadêmico, à competitividade**. Além de estarem sendo induzidos pela suposta elite de 'intelectuais gestores', parecem continuar sua formação de pós-graduando, isto é, o 'aluno de pós-graduação também é um agoniado'. É perceptível a expansão do número de doutores desta geração com esse perfil, processo que acentua a **formação do professor-pesquisador 'produtor de resultados'**, de estudos e pesquisa, efêmeros – a ele interessa sua posição dentro da área de investigação, que é medida de forma quantitativa. (SILVA JÚNIOR; SGUSSARD; PINTO, 2010, p. 15, grifo meu)<sup>108</sup>.

Esses jovens pesquisadores já adentram a academia pressionados para produzir cientificamente, são frutos do processo de instrumentalização racional que desconsidera a diferença entre o desenvolvimento natural das relações entre o humano e a técnica.

Destaca-se que, para muitos dos pesquisadores entrevistados, a dissertação ou a tese encerrava o período de formação e produção acadêmica. Se a dissertação e/ou a tese eram consideradas o ponto de chegada em termos de investigação e de avaliação, agora não passam de um ritual de passagem entre tantos outros, como é o caso de publicar a própria tese ou artigos e mais artigos. Inclusive detecta-se, a partir destas novas necessidades da carreira, o surgimento de textos e livros que podem ser caracterizados como 'autoajuda acadêmica', pois tem o intuito de preparar os jovens pesquisadores para a sua trajetória acadêmica. Exemplar, neste aspecto, é o livro Germano (2008) – *Como transformar tu tesis en libro* –, experiente editor, que traz uma série de reflexões e indicações para pós-graduandos, incitando-os a publicar e dando-

<sup>107</sup> LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XXI, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

<sup>108</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUSSARD, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. Revista Universidade e Sociedade. Distrito Federal, ano XIX, n. 45, jan. 2010.

Ihes dicas de como canalizar as energias fazendo uma coisa só: a tese em forma de livro. (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 100)<sup>109</sup>

Além desse pretenso preparo, os profissionais ainda são instados a assumir atividades de ensino, extensão e gestão como parte do rito de passagem a que se submetem ao entrar na atividade docente de uma universidade pública, na qual não predomina apenas a pesquisa, mas é preciso considerar o ensino, a extensão e a gestão.

A gente é prisioneira de uma temporalidade, prisioneira de uma produtividade, prisioneira de um fluxo, e aquilo que é o próprio exercício da construção teórica, da construção do pensamento, que tem totalmente outro tempo, porque é o tempo da criação, hoje em dia isso não existe. [...]. Estamos submetidos a uma política duríssima. A guerra da produtividade. (BIANCHETTI, VALLE, 2014, p. 99)<sup>110</sup>.

A guerra da produtividade se intensifica cada vez mais, considerando que, na medida em que as novas pesquisas são publicizadas, a cobrança aumenta. O lema é 'produzir mais em menos tempo' e, na academia em particular, com menor investimento. "Os pesquisadores atuais acabam tornando-se gladiadores hodiernos, considerada a disputa 'até a morte' travada entre eles pelos subsídios anunciados nos editais, sempre insuficientes face à crescente demanda." (LUZ, 2005, p. 45)<sup>111</sup>.

Aumenta o número de publicações, aumenta a pressão produtivista. Novos medidores são criados nos parâmetros avaliativos das agências de fomento e nos sistemas avaliativos dos programas de Pós-Graduação. O pesquisador assume 'a ação do maquinista' que se sobrepõe a qualquer relação com os sentidos, desejos e singularidades do humano. O processo de produção acadêmica pode naturalmente ser associado à racionalização instrumental definida por Weber.

O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo 'desencantamento do mundo'. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a

<sup>109</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]*. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>110</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]*. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

<sup>111</sup> LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/phyisis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

fraternidade das relações humanas diretas e pessoais. (WEBER, 1979, p. 182)<sup>112</sup>.

Quando se analisa a importância do docente para a universidade e as várias responsabilidades que esse possui no ambiente acadêmico, nota-se que, independentemente do cargo do professor, o ensino, seja presencial ou à distância, ainda é o pilar dos centros acadêmicos. Portanto, a responsabilidade de educar indivíduos sob a ótica de rever conteúdos, de reproduzi-los, de interpretá-los e de criar novas interpretações de mundo, inclusive dentro das esferas tecnológicas, é o que orienta o desenvolvimento científico. Logo, na maioria dos casos, o avanço para a cura de moléstias que acometem os seres vivos, sejam essas físicas, mentais, sociais, culturais, educacionais, entre outras.

No entanto, esse desenvolvimento intelectual, social está sendo, muitas vezes, invalidado, devido às pressões cotidianas que o corpo docente tem sofrido, como o excesso de produção científica e a sobrecarga pedagógica, o que leva o professor, em alguns casos, a desrespeitar as ementas específicas da disciplina que ministra e adaptá-las à pesquisa dele. Isso pode prejudicar a formação do estudante, uma vez que o conteúdo da disciplina pode ser ministrado somente sob as diretrizes da pesquisa do docente, assim, estudos fundamentais podem ser ignorados, o que gera angústia nos professores, que, muitas vezes, se calam diante dessas adaptações para não sofrerem sanções do corpo gestor da universidade e, assim, atender às pressões diárias.

Hoje em dia, suplantado pelo fabricante de currículo, pelo profissional que não perde tempo com aluno e produz papers anódinos em escala industrial, o professor é uma espécie em extinção, e, com ele, vai-se perdendo, lembra Antônio Cândido, a capacidade de transmitir e configurar conhecimento, 'não apenas para que o educando o possua, mas para que, através dele, se oriente melhor na sociedade e, em geral, na vida'. (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 102, grifo meu)<sup>113</sup>.

Nos periódicos analisados há um *continuum* nos testemunhos referentes à missão produtivista imposta à universidade, independentemente das condições – físicas, econômicas, humanas e temporais dos docentes.

<sup>112</sup> WEBER, Max. A ciência como vocação. IN: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5 ed. Organização e introdução de H. H Gerth e C. Wrigth Mills. Tradução de Waltencir Dutra. Revisão do Prof. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

<sup>113</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

De acordo com os docentes, as principais responsáveis por essa busca de produtividade são as políticas de metas criadas pelas próprias instituições financeiras e/ou reguladoras de parte do trabalho acadêmico. As instâncias acadêmicas e administrativas da universidade adotam os critérios estabelecidos por tais instituições. Com isso, de acordo com os docentes, as principais responsáveis por essa **busca de produtividade** são as políticas de metas criadas pelas próprias instituições financeiras e/ou reguladoras de parte do trabalho acadêmico. As instâncias acadêmicas e administrativas da universidade adotam os critérios estabelecidos por tais instituições. (BORSOI, 2012, p. 89, grifo meu)<sup>114</sup>.

À **própria produção científica** transforma-se em força produtiva, que confere àqueles que a detêm e controlam posições estratégicas no mercado, impossíveis de serem alcançadas por concorrentes menos preparados. Evidentemente sob essa nova determinação, muda o trabalho dos que a produzem, transformam-se os fazeres dos docentes-cientistas [...]. (MANCEBO, 2007, p. 76, grifo meu)<sup>115</sup>.

[...] a **crítica realizada acerca do sistema produtivista**, que tem sido implementado com base, principalmente, em órgãos de fomento e de avaliação de pesquisa (como CAPES, CNPQ e seus congêneres estaduais), tende a ver todos os docentes que estão presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e, consequentemente, como produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos. Esquece-se que as circunstâncias em que **muitos docentes estão escolhendo o produtivismo** são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea. **Em grande medida, a produtividade** (recompensa monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho. **Como os primeiros trabalhadores que internalizaram uma prática econômica com base na frugalidade, poupança e sentimento de compensação espiritual nos começos do capitalismo**, enfrentando-nos hoje com uma dinâmica muito semelhante. Por isso, o risco de não decifrarmos essa realidade e desenvolvermos os melhores instrumentos de luta para combatê-la reside, como na infância da luta de classes, em tornarmo-nos cada vez mais prisioneiros dessa lógica, como nossos 'próprios cárceres'. (BOSI, 2007, p. 1519, grifo meu)<sup>116</sup>.

Talvez sejamos 'feios, sujos e malvados' porque uma vida dedicada somente ao dinheiro e ao status **acadêmico produtivista** é desumanizadora. **Como intelectuais, antes éramos pagos para pensar e produzir. Hoje somos pagos somente para produzir.** (BOSI, 2011, p. 147, grifo meu)<sup>117</sup>.

A produtividade representa a gota d'água no copo que derrama as insatisfações do trabalho do ensino superior. O corpo docente explicita nos testemunhos

<sup>114</sup> BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/49623>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

<sup>115</sup> MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*. v. 23, n. 2, 2010. Universidade do Ninho, Braga - Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37417086004.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2015.

<sup>116</sup> BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

<sup>117</sup> BOSI, Antônio de Pádua. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. *Universidade e Sociedade*, Brasília/DF, ano XX, n. 47, fev. 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-25339576.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

a quantidade de pesquisas que devem ser divulgadas nos meios científicos, mas deixa um hiato entre a pressão produtivista e as outras funções cumpridas pelo profissional na carreira do Magistério Superior.

A intensificação, nas relações de trabalho na docência do Ensino Superior público, comprova-se nas 'falas' nos periódicos científicos. Os discursos evidenciam a proximidade do trabalho acadêmico/científico e a produção em série industrial, por mais que, em alguns testemunhos, evidenciem nos enunciados: a quantidade de aulas e a dificuldade de contribuir com a boa formação dos discentes; o excesso de trabalho administrativo; a exigência da formação cada vez mais qualificada do profissional e a pressão entre o número de ingressantes e a necessidade de retornar à comunidade a mesma quantidade de egressos.

A pesquisa predomina, nos discursos, como representante do desgaste físico, do emocional e da superficialidade dos resultados publicados, ou seja, o papel de pesquisador é o justificador de toda a intensificação na academia, a junção dos tempos de trabalho e não trabalho. Considera-se ainda a indução do Estado nas pesquisas a serem desenvolvidas a partir das temáticas propostas para financiamentos.

Investidas pelo Estado, através das agências de fomento, as atividades de pesquisa se concentram atualmente nos programas de pós-graduação das instituições públicas universitárias, sendo os principais atores do processo os docentes, transformados de mestres do ensino em agentes produtores da ciência. Através dos editais, o poder público vem determinando em grande parte a oferta de subsídios a uma atividade tornada cara pela sofisticação tecnológica implicada. Conduz (ou induz, para empregar o termo institucional), de acordo com os variáveis interesses da política governamental, não apenas os eixos temáticos de investigação (o que pesquisar), como também o roteiro metodológico a ser seguido pelos pesquisadores (como pesquisar), e a lista de 'produtos' que devem resultar do processo da pesquisa (os resultados). O pesquisador é avaliado pela quantidade de produtos que é capaz de extrair de seus projetos. Quanto mais produtos, maior sua 'produtividade'. (LUZ, 2005, p. 44)<sup>118</sup>.

Nos periódicos analisados, não existem indícios significativos sobre: a desvalorização da carreira docente como um todo – salários, condições de trabalho; uma política clara para os investimentos e reinvestimentos no Ensino Superior Público - independente dos partidos políticos que assumem a representação da União; enfraquecimento dos movimentos sindicais e um movimento político do corpo docente

<sup>118</sup> LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

sobre a necessidade de reestruturação dos sistemas avaliativos - internos e externos - do Ensino Superior.

A ausência desses sinais nos enunciados impossibilita a compreensão do trabalho cotidiano do corpo docente universitário na sua totalidade. O excesso de racionalização (Weber) entre o docente e as formas de trabalho mecânico-instrumentais torna cada vez mais ausentes na relação direta da formação cultural e social do ser humano novos conhecimentos, descobertas científicas, reconhecimento das diferenças culturais por meio do processo da modernidade técnica que interferem diretamente nas diferenças temporais e espaciais, os limites entre a vida e a morte, o empoderamento do poder do capital econômico sobre o capital cultural. Com isso há variadas intervenções entre o natural e o (in)natural.

No mundo gerencial, a crítica e a reflexão devem sempre ser 'construtivas'. O mal-estar do problema exposto sempre deve dar lugar a uma rápida solução. Com a transplantação da lógica corporativa para as organizações de ensino, o horror à crítica se estabelece. O questionamento das diretrizes estabelecidas e as perguntas inopportunas são cada vez mais mal-vistas na academia 'fábrica de sardinha em lata'. Os que questionam são logo estigmatizados como causadores de problema e a sua opinião é, simplesmente, deixada de lado. A crise dos intelectuais não está apenas no seu papel social. A intelectualidade está em xeque também dentro do mundo acadêmico que passa cada vez mais por um processo de 'higienização', no qual o suposto mal odor da crítica deve dar lugar a esterilidade do consenso mudo e da crítica propositiva. Neste contexto, a liberdade acadêmica entra em xeque. A ironia é que o gerencialismo invade o mundo educacional em sua faceta mais tradicional e menos elaborada, uma vez que a gestão acadêmica sob sua égide tende a ser quase taylorista-fordista. (ALCADIPANI, 2011, p. 347)<sup>119</sup>.

A relação de intensificação do trabalho docente é justificada nos testemunhos pelas relações dispositivas de poder do capitalismo, mas a aceitação do corpo docente, na junção dos tempos de trabalho e não trabalho, fica em aberto. Os enunciados apenas indicam um consentimento justificado no desejo de ser reconhecido entre os próprios pares como referência na comunidade científica. Essa relação do consentir pode ser entendida como a abertura do corpo docente para a efetivação da administração gerencial do Estado Único – projeto neoliberalista.

---

<sup>119</sup> ALCADIPANI, Rafael. Academia e a Fábrica de Sardinhas. Revista Organização & Sociedade, Salvador/BA, v.18, n. 57, p. 345-8, abr/jun, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewFile/11155/8067>>. Acesso em 17 ago. 2016.

## CAPÍTULO 2 DA INTENSIFICAÇÃO AO CONSENTIMENTO

Este capítulo tem como objetivo compreender as imbricações instituídas na relação de trabalho docente na academia – intensificação e consentimento, tomando como pressupostos: o desenvolvimento da racionalidade técnica da modernidade efetivou o processo de intensificação de trabalho na carreira do magistério superior a partir de novas tecnologias; as políticas gerenciais do sistema capitalista que se apropriaram cada vez mais do tempo do pensar, pressionando o profissional a executar a escrita científica e todas as outras funções que lhe competem em menos tempo e em maior quantidade e o silenciamento docente assumindo as novas regras à medida que troca o ato de publicizar os conhecimentos científicos em maior quantidade por mais fomentos para a continuidade das pesquisas, atingindo o reconhecimento social de si, ou seja, o consentimento dos profissionais e a fragmentação política de resistência da carreira docente do Ensino Superior.

### **2.1 A violência da racionalidade técnica na academia e o desenraizamento das experiências coletivas e temporais no pensar, sentir e agir do docente do Magistério Superior.**

O processo de violência coletiva que vem ocorrendo na prática docente do magistério superior com relação direta ao número de atividades a serem desenvolvidas pelo profissional e as cobranças por uma maior produtividade científica tem violado os espaços tanto de trabalho como não trabalho – intensificação. O docente vivencia o mesmo processo de racionalização instrumental adotado nas relações de produção industrial.

A apropriação dos espaços ocupados na particularidade da instituição de trabalho e as metas determinadas pelas agências de fomento extrapolam não só a sensação de cansaço físico, mas também da estrutura psíquica do docente.

Desse modo, se o estresse, como reação natural do organismo diante situações de perigo ou de solicitações externas inesperadas, é um elemento ineliminável da atividade prática-sensível do animal homem, tendo em vista que, como observou Lukács, a atividade do trabalho possui sempre um componente de incognocibilidade, o excesso de estresse que surge na civilização do capital e que vincula a situações de estranhamento/alienação, de perda de controle da atividade social, e do agudo fetichismo que se dissemina na sociedade produtora de mercadoria nega a plena atividade humano-sensível, ou seja, torna-se aquilo que o jovem Marx indicou como 'desfetichização'. (ALVES, 2011, p. 155)<sup>120</sup>.

A ação docente de ter que cumprir as atividades no magistério superior e atender as deliberações de produção adotadas em seu grupo de pesquisa implica não apenas na agressão à objetividade profissional, mas acaba afetando as subjetividades do indivíduo na medida em que o professor assume como suas as metas de produção impostas pela gestão administrativa gerencial da política econômica neoliberal.

[...] *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica ('titulação') do professor/pesquisador. Esse *quantum* básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico. [...] *O quantum* de produção é estipulado atualmente, em quase todos os campos disciplinares, em termos de *papers* editados em periódicos de circulação nacional ou internacional, cuja qualidade de divulgação (base Qualis) é estabelecida por cada área de conhecimento. (LUZ, 2005, p. 43)<sup>121</sup>.

O fato de os docentes sentirem que têm mais alguma coisa a fazer e o tempo não permite que eles façam seus estudos, relatórios e a publicação dos resultados de forma natural, o processo de maturação da informação. Na pressão de um lócus de produção que deve ser quantificado em menos tempo eles experienciam sobre si mesmos a prática da violência física e simbólica.

Tanto que no processo de experimentação do homem, as novas descobertas e a apropriação da sociedade pautada na racionalidade instrumental são justificadas pela própria sobrevivência, partindo das novas técnicas como aperfeiçoamento da defesa e sobrevivência. As novas descobertas são necessárias, algo indiscutível, mas a questão primordial é como utilizar essas possibilidades de transformações sem extrapolar os limites da ética para a não agressão à própria humanidade- uma delas é o esfacelamento das relações entre as gerações mais novas e as mais velhas, a pobreza da experiência.

<sup>120</sup> ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>121</sup> LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/phyisis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

A cada momento que a técnica é aperfeiçoada, novas formas de poder são estabelecidas, possibilitando ao portador um controle diferenciado frente aos outros indivíduos, como os diversos grupos sociais que estão no seu entorno. Este é um indício significativo do aperfeiçoamento da violência física em alguns sujeitos como forma de positivar as regras sociais, gerando o medo<sup>122</sup> e implantando a disciplina.

Na modernidade, o desenvolvimento das novas tecnologias possibilita cada vez mais atingir a apropriação e o entendimento da natureza e dos movimentos sociais, uma forma de estabelecer regras de controle do ser homem sobre a natureza e os grupos sociais, justificadas pela ideologia do progresso da sociedade, progresso a todo custo – positivismo Comtiano.

A evolução tecnológica avaliada e aperfeiçoada constantemente não considera as consequências de cada nova descoberta. A intenção predominante acaba sendo descobrir novas patentes, aumento da longevidade da vida conectando diretamente o indivíduo e a máquina, a apropriação das subjetividades e intervenção sem consulta prévia nas comunidades consideradas 'não civilizadas' ou com modelos políticos 'não democráticos'.

Da mesma forma que, no Cristianismo, tivemos uma demarcação temporal com a chegada do Messias, a evolução tecnológica em seu apogeu - no final do século XIX e todo século XX - poderá representar uma 'nova' demarcação histórica. Atualmente não se viola a lei religiosa abrindo o corpo humano, mas, criam-se novos órgãos – células tronco – e descobrem-se planetas ainda desconhecidos, retardam a morte, entre outros.

A ficção científica pode ser vista como uma realidade palpável, comum nas ações diárias do indivíduo. Mas independentemente dessa evolução tecnológica que deveria atender a uma melhor qualidade de vida a todos os seres vivos, ainda aperfeiçoam os campos de concentração dos 'marginalizados' segundo a ideologia política dos grupos sociais controladores dos dispositivos de poder através do capital e dos meios de comunicação.

Temos de forma clara uma desigualdade significativa entre a evolução tecnológica e as práticas culturais presentes na vida do homem moderno. Esse sujeito é

---

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões. 13 ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

obrigado a sujeitar-se a novas descobertas, pois a sua relação com os rituais, os valores morais ligados às tradições transmitidas entre as gerações e as diferenças de uma modernidade que comunica novas formas de agir mantêm o padrão de submissão do indivíduo com relação ao novo. Esse fenômeno torna o homem moderno dependente das novas tecnologias, sem condição alguma de criar alternativas emancipadoras que possibilitariam a condição de autonomia do humano frente à máquina.

O processo disciplinador dos indivíduos adquire uma potência com maior intensidade pela tomada de consciência dos cidadãos da violência simbólica, não mais no poder dos deuses e sim dos homens controladores das novas técnicas de poder. Ou seja, a evolução da técnica enquanto um objeto de transformação das descobertas humanas é ressaltada como aperfeiçoamento dos dispositivos de controle por meio dos instrumentos materiais – armamentos bélicos, máquinas de produção em grande escala, aparelhos médicos, instrumentos de vigilância, etc.

Em condições de modernidade, a confiança existe no contexto de: (a) a consciência geral de que a atividade humana — incluindo nesta expressão o impacto da tecnologia sobre o mundo material — é criada socialmente, e não dada pela natureza das coisas ou por influência divina; (b) o escopo transformativo amplamente aumentado da ação humana, levado a cabo pelo caráter dinâmico das instituições sociais modernas. O conceito de risco substitui o de fortuna, mas isto não porque os agentes nos tempos pré-modernos não pudessem distinguir entre risco e perigo. Isto representa, pelo contrário, uma alteração na percepção da determinação e da contingência, de forma que os imperativos morais humanos, as causas naturais e o acaso passam a reinar no lugar das cosmologias religiosas. A ideia de acaso, em seus sentidos modernos, emerge ao mesmo tempo que a de risco. (GIDDENS, 1991, p. 36)<sup>123</sup>.

Na docência do Ensino Superior em particular, a experiência dessas violências são justificadas pelos dispositivos de poder fundamentados nas regras de avaliação das agências de fomento, da relação entre os pares e a implicação da lógica capitalista de racionalização instrumental das técnicas de produção material. A lógica capitalista estende suas metas racionalistas instrumentais ao conhecimento acadêmico, ou seja, o tecer do pesquisador, que é em sua maioria solitário e interativo num segundo momento com os pares e a sociedade, agora deve ser em grande escala. A citação abaixo é longa, justifico a apropriação dela à medida que considero de extrema importância o testemunho de Rafael Alcadipani.

---

<sup>123</sup> GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

Escrever um texto, por mais simples que seja, tende a levar o autor ao seu limite. A lógica do que se diz precisa estar clara, a novidade do que se pretende dizer, no caso de publicações científicas, também. Na realidade, ao escrever um texto, o autor luta contra seus próprios fantasmas o tempo todo. Será que aquilo que escrevi faz sentido? Será que as ideias estão claras? A lógica do argumento está concatenada? Estou verdadeiramente convencido daquilo que digo? As minhas palavras transferem aquilo que realmente eu queria dizer? Eu sou bom o suficiente para escrever este texto? O que os outros vão achar do que escrevi? [...]. Quando se está escrevendo raros são os momentos de paz, pois ideias nos perseguem em todos os lugares que vamos. Muitas vezes, ficamos dias e dias na frente de um computador sem conseguir evoluir. Outras vezes passamos o dia todo escrevendo, apagando e reescrevendo o mesmo parágrafo. Trata-se de um processo diametralmente oposto ao de fazer gestão, cuja lógica do 'apagador de incêndios' é dominante. A escrita é um processo extremamente laborioso, e não estar sob pressão de tempo é crucial. Na realidade, a escrita e o trabalho acadêmico seguem a lógica do artesanato, que é muito diferente da lógica da produção fordista ou toyotista típica do mundo corporativo. [...] A difusão do conhecimento tampouco é atividade simples. Selecionar o conteúdo a ser ministrado, preparar a forma que isso será feito, maneiras que os alunos serão avaliados, ser capaz de criar uma dinâmica com a sala de aula que favoreça a aprendizagem, lidar com as próprias expectativas e com a dos alunos são atividades que requerem dedicação, cuidado, equilíbrio emocional e, sobretudo, paciência. Talvez, o mais importante do ensino é que influenciamos a maneira de os alunos compreenderem a realidade e até mesmo entender o que é a realidade. (ALCADIPANI, 2011, p. 345-6)<sup>124</sup>.

Na 'produção científica' atual, o solitário e o interativo estão imbricados entre as mãos que escrevem e as que carimbam os resultados, o empacotamento dando pareceres para os periódicos científicos. A mesma esteira que circula com a produção de objetos inanimados deve agora ser adotada no trabalho docente universitário - observação e constituição de fundamentos para interpretar uma problemática científica, pensar, analisar, escrever e reescrever são partes do mesmo processo utilizado na produção da Coca Cola.

De acordo com dados fornecidos por James Appleberry, citados por José Joaquín Brunner, o conhecimento com base disciplinar registrado internacionalmente levou 1.750 anos para duplicar pela primeira vez, contando a partir do princípio da era cristã; depois disso a cada 150 anos e, por fim, a cada 50 anos. Atualmente, ele é multiplicado por dois a cada cinco anos, e projeta-se que, em 2020, duplicará a cada 73 dias. (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p. 08)<sup>125</sup>.

O produtivismo de conhecimento é vigiado e controlado na produção do corpo docente universitário pelas metas impostas pelas agências de fomento, e esse

<sup>124</sup> ALCADIPANI, Rafael. Academia e a Fábrica de Sardinhas. Revista Organização & Sociedade, Salvador/BA, v.18, n. 57. p. 345-8, abr/jun, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewFile/11155/8067>>. Acesso em 17 ago. 2016.

<sup>125</sup> BERHEIM, Carlos. T.; CHAUÍ, Marilena de Souza. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: Cinco anos depois da conferência Mundial sobre Educação Superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

agenciamento, que deveria atender à demanda das pesquisas do pesquisador na universidade, independentemente da quantidade de produção e sim da qualidade muda, segundo a quantidade de capital que pode ser disponibilizado aos pesquisadores.

O governo federal prevê cortar até 45% dos recursos previstos para investimentos nas universidades federais em 2017, na comparação com o orçamento deste ano. Já o montante estimado para custeio deve ter queda de cerca de 18%. Segundo cálculos de gestores, serão cerca de R\$ 350 milhões a menos em investimentos para as 63 federais – na comparação com os R\$ 900 milhões previstos para o setor neste ano. As instituições já vivem grave crise financeira, com redução de programas, contratos e até dificuldades para pagar contas. A previsão de recursos para 2017 foi publicada nesta semana no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, portal do Ministério da Educação (MEC) que trata do orçamento. Os valores – que ainda podem passar por revisão – devem ser incorporados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, que o Executivo enviará ao Congresso Nacional até o fim de agosto. Procurado, o MEC não detalha as cifras específicas de custeio e investimento. A pasta argumenta que a previsão atual é realista, 'diferente de anos anteriores, em que o orçamento passou por contingenciamentos'. 'Se esse corte for aprovado, teremos de reduzir muitos programas', diz Ângela Paiva, presidente da Andifes, a associação nacional dos dirigentes das federais. Segundo ela, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é 'injustificável' a redução. 'Mesmo se o orçamento fosse igual ao de 2016, demandas importantes já ficariam descobertas.' (VIEIRA, 2016)<sup>126</sup>.

E esses parcos recursos, reduzidos quase anualmente, ainda serão distribuídos para a área da pesquisa a partir do medidor da quantidade de pesquisa de cada profissional e dos resultados dos grupos de pesquisa. As justificativas de diminuição dos recursos financeiros ao Ensino Superior são pautadas no ajuste fiscal para diminuir as dívidas do país. A educação e as pesquisas acadêmicas entram na lógica da produção em grande escala, e com menor investimento, firmando a competição entre os próprios pesquisadores, sob controle da mão invisível (Adam Smith).

[...] em lugar de promover significativo progresso e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais, comprometidas com a vida das suas sociedades e articuladas a poderes diretos democráticos, a noção de sociedade do conhecimento sugere, ao contrário, tanto a heteronomia da universidade (quando ela produz conhecimento destinado a gerar mais informação para o capital financeiro, curvando-se às suas necessidades e à sua lógica), como a irrelevância da atividade universitária (quando a pesquisa é definida com autonomia pelas suas sociedades ou busca responder às suas necessidades sociais e políticas). A marca da heteronomia é clara, por exemplo, nas universidades latino-americanas na área das denominadas pesquisas básicas, em que os objetivos e os métodos de pesquisa são determinados pelos vínculos com os principais centros de

<sup>126</sup> VIEIRA, Vitor. Universidades Federais devem ter cortes de até 45% dos investimentos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 ago. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>. Acesso em: 16 set. 2016.

pesquisas dos países econômica e militarmente hegemônicos, pois esses vínculos são pré-requisito para o financiamento das pesquisas e servem também como instrumento para o reconhecimento acadêmico internacional. (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p.07-8)<sup>127</sup>.

A administração na perspectiva gerencial implantada no Brasil no governo FHC proporciona um impulso significativo no tratamento do conhecimento enquanto mercadoria de negociação internacional. A associação direta do conhecimento à ideia de produto impossibilita cada vez mais o corpo docente universitário de respeitar o desenvolvimento natural das pesquisas em todas as áreas de conhecimento, impondo um tempo inexequível.

Não há como tratar o processo do conhecer, do descobrir e do inventar da mesma forma que se reproduz um objeto já descoberto e em processo de produção em grande escala, ou seja, o tempo da negociação do capital econômico não pode ser medido na mesma temporalidade do ato de propor, desenvolver, criar, recriar, errar e retomar uma gestão diferenciada.

Com respeito à gestão, sabemos que a universidade atual passou a ser uma organização administrada (no sentido em que Adorno e Horkheimer empregam o conceito de administração capitalista), o que a torna voltada para dentro como estrutura de gerenciamento e arbitragem de contratos. Governada mediante contratos de gestão, avaliada com base em indicadores de produtividade e projetada para ser flexível, a universidade é estruturada por estratégias e programas de eficiência organizacional, ou seja, pela particularidade e instabilidade dos meios e objetivos. **Definida e estruturada por normas e padrões completamente alheios ao conhecimento e a formação intelectual, a universidade é pulverizada em microorganizações que usam o tempo dos professores e submetem os alunos a exigências não relacionadas com o trabalho intelectual.** A heteronomia da universidade autônoma é evidente, com o aumento excessivo das horas de ensino, a redução do tempo dedicado à graduação de mestres e doutores, a avaliação baseada na simples quantidade de publicações, simpósios e congressos, o número crescente de comissões e relatórios etc. (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p. 43, grifo meu)<sup>128</sup>.

É pertinente ressaltar que os experimentos desenvolvidos em laboratórios privados, ou países em que o investimento financeiro não necessita passar por todo o processo burocrático para as matérias-primas, os encontros presenciais entre pesquisadores, as locomoções necessárias para congressos e atualizações dos

<sup>127</sup> BERHEIM, Carlos. T.; CHAUÍ, Marilena de Souza. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: Cinco anos depois da conferência Mundial sobre Educação Superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>128</sup> BERHEIM, Carlos. T.; CHAUÍ, Marilena de Souza. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: Cinco anos depois da conferência Mundial sobre Educação Superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

conhecimentos profissionais e a quantidade de atividades – ensino, pesquisa, extensão e gestão não são os mesmos.

A burocratização progressiva da ciência, efeito colateral do processo denominado indutivo, vem se tornando uma cadeia de ferro para a produção verdadeiramente criativa e inovadora. Os deuses do Olimpo estatal mantêm o mesmo controle do abutre mítico sobre o novo Prometeu coletivo da ciência, mordendo-lhe continuamente o fígado, através da exigência dos constantes relatórios parciais e finais, das avaliações periódicas em espaços de tempo cada vez mais curtos, dos inquéritos sobre pendências contábeis referidos às vezes a uns poucos trocados imprudentemente gastos em algum lanche coletivo, ou em passagens nacionais necessárias ao desenvolvimento do projeto, ou à visita não prevista de outro pesquisador, ou casos semelhantes. (LUZ, 2005, p. 44-5)<sup>129</sup>.

Esses fatores desconsiderados na gestão capitalista são uma violência entre o fazer docente e o que se cobra desse profissional. O ato de pensar, agir e sentir na atuação do profissional do Ensino Superior extrapola as condições possíveis de trabalho, impondo um tempo medido pelo cronômetro taylorista. A armadilha está montada para o docente que se predispõe a atender às novas regras do 'produzir cientificamente'; na perspectiva industrial, o ato de consentir.

Na universidade, o produtivismo taylorista se manifesta, de um lado, diretamente, nas pressões exercidas pelas instâncias superiores da instituição e pelas agências de fomento – construindo estas o principal lugar onde se articulam os resultados das avaliações com a distribuição de recursos financeiros, ou seja, o lugar onde as avaliações têm as consequências práticas mais importantes no contexto atual. De outro lado, o produtivismo se manifesta na competitividade que prevalece nas relações entre os pesquisadores, aberta e fortemente estimulada pelas instâncias dominantes, com no espírito neoliberal. (OLIVEIRA, 2008, p. 384)<sup>130</sup>.

O ato desse docente reforça a armadilha do fazer profissional na academia. Abriu as portas para que todos os docentes se adequem às novas regras ou sejam excluídos dos processos de financiamentos necessários para a desenvolvimento da pesquisa. Ocorre a reprodução do processo histórico do taylorismo: pagar por peça até fragilizar o movimento trabalhista. Agora todos devem produzir mais, o e o ganho que era visto pelos que aderiram às novas regras desaparece – agora os valores da quantidade de peças produzidas não necessitam ser diferenciadas como o grande incentivo motivador para a adequação do trabalhador às novas relações de produção.

<sup>129</sup> LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

<sup>130</sup> OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. *Revista Scientia & studia*, São Paulo, v. 6, n. 3. p. 379-87, 2008.

[...] as críticas dirigidas ao 'publique ou pereça', e mais sérias porque elas atingem o coração do sistema ou a sua alma, ao dar vazão à pressão por mais publicações. Tal animus, além de motor do sistema taylorista, fornecendo-lhe a preciosa seiva sem a qual ele não pode viver, acarretará graves distorções, como já antecipamos: (1) instala a competição cega e conduz ao enlouquecimento do sistema, sistema que, até mesmo evolucionariamente, não pode funcionar sem alguma base cooperativa, e a qual fica reduzida a quase nada e tem uma atuação combalida. (2) dissemina as fraudes e os plágios, nas suas mais variadas formas, e induz à precipitação, à corrida para chegar primeiro. (3) incita o tempo acelerado que se estende ao infinito e não combina com o tempo humano e os altos e baixos da criação, podendo uma obra de talento ou de gênio passar despercebida, demorar décadas até ser descoberta, e não ser capturada pelos índices de impacto. (DOMINGUES, 2014, p. 244)<sup>131</sup>.

Os embates na academia entre os que se adequaram as novas regras não deixam de ser uma forma de alienação. A necessidade de continuidade de formação, aquisição de produção de conhecimento é a regra atual da academia, a questão é a que preço, as diferentes titulações começam a demarcar os espaços do não titulado, como o não portador de bolsa produtividade científica.

## 2.2 Produtivismo e reconhecimento na academia: moeda de face única – consentir, resistir e silenciar.

Haroche (2005) discute os processos psicológicos e sociais de humilhação.

Nas formas de alienação contemporânea, gostaria de sublinhar uma dimensão específica e inédita que se refere à visibilidade – visibilidade de si: um tipo de visibilidade que ignorando as fronteiras do íntimo, do privado e do público, tende a instrumentalizar e reificar o indivíduo pela exibição contínua e exaustiva de si mesmo, encorajando e reforçando o voyeurismo, o exibicionismo, a perda do privado, do íntimo e da interioridade, desenvolvendo no indivíduo o automático e o mecânico. Reforçada pelas tecnologias contemporâneas, esta alienação força o indivíduo a representar não um pedaço de si, mas a desnudar-se, um desvelamento contínuo de si mesmo, a mostrar-se para ser valorizado e, além disso fundamentalmente, para existir. (HAROCHE, 2005, p. 35)<sup>132</sup>.

A regra do exibicionismo de si, a relação do ter para ser, institui uma hierarquia levando o sujeito que não consentiu as novas regras de produção científica ao sentimento de humilhação entre os próprios pares. Independentemente do estranhamento entre o que se aprendeu sobre a responsabilidade com a pesquisa e o fato da necessidade de seguir as regras metodológicas para errar menos e verificar os acertos

<sup>131</sup> DOMINGUES, Ivan. O sistema de comunicação da ciência e do taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. *Estudos avançados*, v. 28, n. 81, p. 225-50, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/14.pdf>. Acesso em 23 set. 2016.

<sup>132</sup> HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior do individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2005.

foram atropelados por um tempo inexequível do respeito a temporalidade necessária para uma pesquisa pautada em qualidade e não quantidade.

A armadilha que foi estruturada a partir do momento que se assumiu a ciência enquanto produto vendável e de importante negociação internacional, não permite mais ao corpo docente acadêmico a se isolar dos processos das formas de produção instituídas na academia. Ao mesmo tempo que temos os que consentem com a ideologia produtivista e se alimente dela como reconhecimento de si; os que de forma consciente defende uma universidade pautada no artesanato do construir e intervier científicamente na sociedade apropriando de tempos diferentes, ou seja, respeitar o amadurecimento natural do conhecimento; e os que se silenciam, como se não fizesse parte desse processo de mudança pragmática da economia gerencial neoliberal – produzir, produzir e produzir mais com menos custos econômicos para o Estado – uma universidade que deve se retroalimentar financeiramente.

Os três grupos até se dividirem, mas, se encontram no mesmo espaço institucional de trabalho, e, as regras criadas com a participação direta ou indireta do corpo docente acadêmico são institucionalizadas para todos, por mais que sempre alguns possam ser agraciados de forma diferente. Em síntese, a divisão não faz mais do que fragilizar os grupos, e, instituir as regras aprovadas pelo legislativo e vigiadas pelo executivo, com a participação direta da administração superior e das outras instâncias de gestão da universidade – o momento da divisão das verbas é determinante para reafirmação dos conflitos iniciais e a adequação pouco tempo depois.

**O abandona da crença na solidariedade de classe nos tempos modernos, em favor de novos tipos de imagens coletivas, baseadas na etnicidade, ou no quartier, ou na região, é um sinal desse estreitamento do laço fraterno. A fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local. Essa rejeição cria exigências por autonomia em relação ao mundo exterior, por ser deixado em paz por ele, mais do que exigências para que o próprio mundo se transforme. No entanto, quanto mais intimidade, menor é a sociabilidade. Pois este processo de fraternidade por exclusão dos 'intrusos' nunca acaba, uma vez que a imagem coletiva desse 'nós mesmos' nunca se solidifica. A fragmentação, a divisão interna, é a própria lógica dessa fraternidade, uma vez que as unidades de pessoas que realmente pertencem a ela vão se tornando cada vez menores. É uma versão da fraternidade que leva ao patricídio.** (SENNETT, 1988, p. 325, grifo meu)<sup>133</sup>.

---

<sup>133</sup> SENNETT, Richard. O declínio do home público: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

A auto exclusão dos grupos – consentidos, resistentes e os silenciados – como se fossem realmente estranhos e não apenas executores de uma divisão dentro do mesmo espaço, a universidade, fragilizam a força coletiva política do corpo docente frente aos dispositivos de poder da concepção de Estado gerencialista.

Ao promover a fusão da ciência, da indústria e do Estado (programas de governo), a big science, e junto com ela a taylorização, dará vazão às forças cegas que atuam na economia, instalando a concorrência nos meios acadêmicos e levando à concentração do mercado. (DOMINGUES, 2014, p. 237)<sup>134</sup>.

Esta pressão gerencialista faz com que as vozes soem apenas como ecos no grupo acadêmico – a não possibilidade de diálogo coletivo. Se institui um pensar e executar na Universidade. É como pensar no inexistente – até o presente momento – a contratação, de servidores para a Carreira docente do Magistério do Ensino Superior Público, na qual o docente com dedicação exclusiva tivesse entre eles diferentes papéis a serem cumpridos.

Na política gerencialista vigente, a essência do taylorismo – pensar e executar - começa a ecoar na prática cotidiana acadêmica. Uma suposta divisão, os docentes que devem ser pesquisadores e os docentes que devem atuar no administrativo, ensino e gestão. Mas independente da suposta divisão, ambos devem cumprir todos os papéis e em particular, produzir cientificamente, confeccionar diplomas em série da graduação, pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e ainda angariar recursos para o desenvolvimento dos projetos científicos – que devem gerar o material para publicação.

Os profissionais da academia hoje, talvez devessem ter assistido as aulas do Professor Octávio Ianni aos seus estudantes de graduação – desenvolverem pesquisas sem dependerem de projetos científicos mais elaborados e sem recursos financeiros. O Professor Ianni, dialogava com graduando, os amadores da pesquisa.

Octávio Ianni, em seu curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na USP, seduzia seus alunos de graduação, no começo dos anos sessenta, e eu era um deles [...]. Era uma forma de educar e disciplinar a mente dos candidatos a sociólogo para a importância do modo de ver sociológico no trabalho do cientista social. Até porque o artesanato intelectual era um recurso 'portátil', acessível aos principiantes como meio de exercício de observações rápidas e cotidianas, fora do contexto de projetos de pesquisa mais densos e demorados. Permitia aos estudantes antecipar a prática de pesquisa sem

---

<sup>134</sup> DOMINGUES, Ivan. O sistema de comunicação da ciência e do taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. *Estudos avançados*, v. 28, n. 81, p. 225–250, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/14.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

necessidade de vínculo e apoio institucionais, como amadores. (MARTINS, 2013, p. 16)<sup>135</sup>.

Primeiro, para a produção em série é impossível de ser praticada na perspectiva de artesanato intelectual como proposto por Charles Wright Mills (2009)<sup>136</sup>; segundo, o corpo docente na sua 'totalidade' deve pesquisar e publicar sem 'direito' ao amadurecimento natural da aquisição e elaboração dos conhecimentos – não existe tempo - e terceiro, a competição instituída entre os pares na 'seleção natural' dos professores que vão publicar nos periódicos classificados como de maior impacto científico pelo sistema *Quallis*, nas avaliações classificatórias das agências de fomento, a pressão pela pontuação dos programas de pós-graduação e as punições – atingiu a pontuação exigida continua no programa, não atingiu é convidado a se desadastrar.

Aproprio, no texto seguinte, de uma longa reflexão de Ivan Domingues (DOMINGUES, 2014, *passim*)<sup>137</sup>, sintetizando o taylorismo e suas consequências na academia.

No Brasil, embora o taylorismo seja real e já cause seus conhecidos estragos, ele nem mesmo aparece como problema para a maioria dos colegas, tão legitimado ele está nos meios acadêmicos, deixando todo mundo feliz justamente porque vivos e 'produtivos', como se fosse a coisa mais importante do mundo lançar uma linha a mais no Lattes (p. 226).

De um só golpe, o ideal de abertura, de discussão ampla e compartilhamento dos resultados não tem mais vez e desaparece. Em seu lugar fica a competição cega e o carreirismo, a que se soma o enclausuramento da base de dados, dos processos e dos produtos do conhecimento, além do elevado custo das revistas científicas mundiais e sua concentração nas mãos de poucos editores [...]. (p. 233)

Por taylorização entendemos, portanto, o processo ligado à fusão do conhecimento e da indústria que termina por submeter a ciência e a pesquisa às leis do mercado e aos modos de gestão das empresas capitalistas. Três são os vetores: (1) a abertura e a democratização dos processos cognitivos e intelectuais: o mercado é, em princípio, aberto e franqueado a todos os indivíduos, mas há distorções; (2) a dependência da indústria e do capital do emprego de tecnologias intensivas e, portanto, das descobertas e aplicações das ciências; (3) a transformação da ciência e seus produtos em negócio e do cientista em empresário ou em empregado, associada à expansão da indústria cultural e do próprio turismo, permitindo a multiplicação de eventos e, por extensão, de atas de congresso e de artigos. (p. 234-5).

<sup>135</sup> MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na Sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 01, n. 02 , jul/dez, 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/41>>. Acesso em: 28 set. 2016.

<sup>136</sup> MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

<sup>137</sup> DOMINGUES, Ivan. O sistema de comunicação da ciência e do taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. *Estudos avançados*, v. 28, n. 81, p. 225 – 250, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/14.pdf>. Acesso em 23 set. 2016.

Nas fábricas e nas academias, haverá a mudança de escala e de patamar das atividades, que ficarão mais complexas e, na mesma proporção, menos intuitivas. Aqui e lá, para o acompanhamento e controle, não basta mais o senso comum e a experiência acumulada, mas será preciso buscar ajuda na ciência e em suas ferramentas analíticas, como as métricas matemáticas e as tabelas estatísticas. Tal necessidade levará à criação nos órgãos de governo e nas academias de um *staff* administrativo especializado, o qual ganhará importância ao longo do tempo, dando a impressão de que a ciência e a atividade científica não poderiam passar sem ele. Trata-se de uma ciência 'auditada' e junto com a comunidade científica uma verdadeira sociedade de auditores foi criada ... para controlar a ciência e o cientista. (p. 238-9).

[...] as críticas dirigidas ao 'publique ou pereça', e mais sérias porque elas atingem o coração do sistema ou a sua alma, ao dar vazão à pressão por mais publicações. Tal *animus*, além de motor do sistema taylorista, fornecendo-lhe a preciosa seiva sem a qual ele não pode viver, acarretará graves distorções, como já antecipamos: (1) instala a competição cega e conduz ao enlouquecimento do sistema, sistema que, até mesmo evolucionariamente, não pode funcionar sem alguma base cooperativa, e a qual fica reduzida a quase nada e tem uma atuação combalida. (2) dissemina as fraudes e os plágios, nas suas mais variadas formas, e induz à precipitação, à corrida para chegar primeiro. (3) incita o tempo acelerado que se estende ao infinito e não combina com o tempo humano e os altos e baixos da criação, podendo uma obra de talento ou de gênio passar despercebida, demorar décadas até ser descoberta, e não ser capturada pelos índices de impacto. (p. 244, grifo meu).

Independentemente se o docente assumiu ou não a condição de consentimento - serem reconhecidos socialmente na produtividade científica, são obrigados a abrir mão da liberdade de pensar e fazer naturalmente o trabalho acadêmico, a pesquisa. Eles aderiram a ideologia do não 'ser' pesquisador e sim 'ter' uma quantidade de trabalhos significativos publicados nos meios de comunicação científica. Mas de forma direta se tornam os contribuidores da efetivação do taylorismo na academia.

A grande questão que fica latente; será que não foi mais um grupo de profissionais que caíram na cama de gato do sistema de produção capitalista? Este sistema que necessita cada vez mais de se retroalimentar, ou seja, o alimento continua sendo as artimanhas de exploração do trabalhador a principal forma de atingir o lucro – em sua (in)finitude.

A taylorização não fica apenas entre os pesquisadores, ela se reproduz na prática do pesquisador até os discentes selecionados para atuar como membros diretos/indiretos das pesquisas em desenvolvimento – os futuros pesquisadores já devem sair 'adestrados' nas formas de produção científica da política acadêmica atual.

[...] independentemente da ótica sob a qual se analise o fenômeno, o que se constata é um mesmo panorama desolador, decorrente principalmente da

**crescente pressão para que os professores de pós-graduação (e seus orientandos) publiquem**, já que a produção científica (leia-se a publicação de artigos) dos docentes e discentes é o item com o maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas e sobre a distribuição das oportunidades e dos recursos financeiros para o custeio de bolsas, auxílios e outros tipos de apoio. (REGO, 2014, p. 330, grifo meu)<sup>138</sup>.

Ambos – docentes e discentes - são incentivados a assumir o papel de pesquisador, consentindo com as regras da pesquisa estabelecidas pelos meios de fomentos e o status de modelo de saber reproduzido na academia ultimamente, o conhecimento enquanto produto vendável.

[...] o capital produzido pelo produtivismo cria outra forma de fetichização, a saber a egofetichização, que é expressa na elevação do reconhecimento intersubjetivo pelos 'pares', das possibilidades de empregabilidade e avanços na carreira, com como da finaciabilidade (poder de captar recursos, ganhar editais) e publicabilidade (chances de ter um artigo aprovado). Quanto ao último efeito, parece que é formado um círculo virtuoso ou vicioso expresso na seguinte equação: mais e 'melhores' publicações = 'bom' currículo = mais chances de publicar. Certas solicitações dos periódicos sugerem essa lógica. Ao que parece, o currículo pode contar mais do que a força de ideias. (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 469<sup>139</sup>).

À medida que o professor 'assume' a condição de consentimento das regras produtivista, implantadas pelas agências de fomento, Fapemig, CNPq, 'assumi' como dele a necessidade de produzir mais, independentemente da qualidade. A cama de gato que o corpo docente universitário faz parte, o assumir é relativo, ele assume, mas não pode dizer abertamente prefiro não. Esta ação silencia-os frente a competição instituída entre pares, e automaticamente são 'obrigados' a concordar com o aumento da exigência cada vez maior quanto a quantidade da produção científica. Ao aceitar concorrer para publicação dos seus trabalhos nos periódicos classificados pela CAPES determinantes nas avaliações dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional.

O investimento em inovação tecnológica e ciências aplicadas, sugerido a partir da LDB 9.394/96 pelas Leis da Inovação Tecnológica e da Parceria Público-Privada, entre outros instrumentos jurídicos, amplia e valida a formação dos profissionais e o trabalho de professores-pesquisadores em seus programas institucionalizados nas diversas áreas de conhecimento, especialmente na pós-graduação, pela reorganização dos programas em sua forma de gestão do trabalho do professor em face da relativa subordinação à CAPES. Esta agência, fundada nos anos 1950 com o objetivo de capacitação

<sup>138</sup> REGO, Tereza Cistina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, abr/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>139</sup> VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/13.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

do pessoal do ensino superior, após se constituir, por décadas, em um órgão do Estado para financiamento e avaliação da pós-graduação, acentuou, a partir de 1997, sua função reguladora com o objetivo de organizar e reorganizar não somente os programas, mediante seu modelo de avaliação, mas todo o sistema, tornando-se, assim, uma efetiva 'agência reguladora da pós-graduação brasileira'. (SILVA JÚNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 442)<sup>140</sup>.

A força avaliativa do produtivismo concentrada no Sistema de Avaliação Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Predomina o verbo produzir evidenciado constantemente na fala dos depoentes – autores dos artigos analisados. Pode se dizer que a produtividade da uma forma diferenciada ao corpo docente, a disciplinarização instituída pelos detalhes (FOUCAULT, 1987) de cada movimento do pesquisador, desde: a linha pesquisa que o grupo selecionou; os locais pontuais que os conhecimentos devem ser publicizados; o papel de cobrador que o orientador deve desenvolver com seus orientandos; os modelos de eventos de troca de conhecimentos – é local? Regional? Nacional? Internacional?; o espaço que o pesquisador ocupa, apresenta resumo? Texto completo? Sentou na mesa de debates? Fez a abertura do evento? Os orientandos tem publicado os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação? Os resultados das pesquisas desenvolvidas tem sido consultadas e citadas em outras produções científicas?; os projetos desenvolvidos tem financiamentos?, se não tiver a pontuação é menos valorizada; qual o tempo de formação do pesquisador? Há quanto tempo faz parte do programa?; participação em bancas de qualificação e defesas – mestrado e doutorado; bolsa de iniciação científica com discentes; orientações de trabalho de conclusão de curso e, possui bolsa produtividade?

Esses pontos são detalhes, mas se o participante do programa não atingir a meta mínima, será convidado pelo coordenador do programa a se retirar. A meta de produção do docente dos Programas de Pós não é única para todas as áreas. Exemplo na área de História o Qualis vai de A1 até B5, já em Educação de A1 até B2. Esta meta de produção pode ser considerada pelo programa na sua totalidade e dividida em porcentagem pelo número de docentes vinculados ao Programa.

[...] as notas atribuídas aos programas [pós-graduação] instituem uma concorrência pelos recursos financeiros, instaurando verdadeira competição

<sup>140</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18, n. 53, abr/jun. 2013. Disponível em: <[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31810851/Texto\\_RBE.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31810851/Texto_RBE.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2016.

entre os pesquisadores de uma mesma área e acirrando a pressão sobre eles, seus orientando no doutorado, no mestrado e na iniciação científica (afetando aí os alunos da graduação que, eventualmente, pretendem seguir a carreira acadêmica) e sobre a própria coordenação, além de propiciarem **uma verdadeira 'caça às bruxas'**, internamente aos programas. (SILVA JÚNIOR, 2010, p. 15, grifo meu)<sup>141</sup>.

Existe ainda um limiar<sup>142</sup> quase intransponível aos programas, cumprir os critérios necessários para atingir aos conceitos seis e sete.

As notas '6' e '7' são reservadas exclusivamente para os programas de Doutorado classificados como nota '5' na primeira etapa de realização da avaliação trienal [Art. 1º A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) passará a ser realizado abrangendo o período avaliativo de quatro anos] e que atendam obrigatoriamente a duas condições: 1) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais e excelência; 2) tenham nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas de área. A **atribuição da nota '6' para um PPG História levou em conta os seguintes itens:** ter o corpo docente altamente qualificado; ter inserção internacional indicada por convênios e intercâmbios, com presença de professores visitantes do exterior e participação do corpo docente em colóquios, programas acadêmicos, estágios em instituições do país e exterior; apresentem produção intelectual docente com qualidade equivalente à de programas de destaque internacional sediados no exterior, com distribuição equilibrada entre os docentes; mostrar evidências de competitividade em nível internacional, exercer papel de liderança na área, sobretudo na formação de docentes universitários e na renovação historiográfica, bem como demonstrar desempenho diferenciado quanto à produção científica, oferecendo cursos de mestrado e doutorado. **Um programa de nota '7' evidenciou os seguintes itens:** ter corpo docente altamente qualificado, com significativa inserção internacional indicada pela produção docente de excelência para os padrões nacionais e internacionais, incluindo trabalhos publicados em periódicos, livros ou coletâneas estrangeiros; manter regulares e importantes intercâmbios, convênios, programas de cooperação acadêmica e científica com estágios de docência e pesquisa em instituições do exterior, em dupla via com pesquisadores e docentes do exterior atuando no programa; participações e publicações em eventos de relevância e exercícios de funções editoriais em nível internacional e nacional; apresentar produção docente com qualidade equivalente à de programas de destaque internacional sediados no exterior, observada a distribuição equilibrada entre os docentes; exercer papel de liderança na área, sobretudo na formação de docentes universitários e na renovação da produção historiográfica; com cursos de mestrado e doutorado bem consolidados demonstrar competitividade em nível nacional com desempenho diferenciado quanto à produção científica, incluindo a dos discentes. **Um programa de nível '7' é compatível com programas de nível de excelência em outros países, considerados referenciais para os campos de pesquisa historiográficos.** (BRASIL, 2010, p. 11-12)<sup>143</sup>.

<sup>141</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUSSARD, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. *Revista Universidade e Sociedade*. Distrito Federal, ano XIX, n. 45, jan. 2010.

<sup>142</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração*: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

<sup>143</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Relatório de Avaliação 2007-2009. Trienal 2010*: Área de avaliação História. Coordenador de área: Raquel Gleuzer. Coordenador-Adjunto de área: Luiz Carlos Soares. Disponível em: <<http://trinbal.capes.gov.br/wp->

A divisora – Capes e CNPq – age como em 'O Grande Julgamento':

<sup>31</sup> Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então, se assentará no trono de sua glória: <sup>32</sup> e todas as nações serão reunidas em sua presença, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; <sup>33</sup> e porá as ovelhas a sua direita, mas os cabritos à esquerda; <sup>34</sup> então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. (Mt 25, 31-44. BÍBLIA, 2011, p. 1288)<sup>144</sup>.

<sup>41</sup> Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. (Mt 25, 41. BÍBLIA, 2011, p. 1289)<sup>145</sup>.

A sacralização da avaliação Capes dos PPG separam as ovelhas que foram cativadas e caracterizadas como próximas do ideal do mundo da pesquisa, dos cabritos tentados a chegarem próximo às ovelhas. O corpo docente esquadrinhado e esquadrinhador após atingir as metas estabelecidas tanto pelo CNPq e a Capes, conduz o processo avaliativo desde a construção dos critérios até a aplicação deles no momento do 'julgamento final'.

Vejo as pessoas desesperadas porque perderam 7 ou ganharam 7 da Capes. Não significa nada. 'Quero ser 7 porque Porto Alegre é 7'. 'A gente incorporou a competição pelas organizações, pela eficácia', destacou Marilena. Mais tarde, acrescentou: 'Fuvest e Lattes são a prova da estupidez brasileira'. (CHAUÍ, 2015)<sup>146</sup>.

Os avaliadores das áreas instituídos pela Capes e pelas as regras de área, estabelecem a competição entre os pares de profissão – docente do Ensino Superior – e participantes de cada programa de pós-graduação, com e entre as suas linhas de pesquisa. Os processos avaliativos intensificam o trabalho docente como os levam a consentirem por um caminho sem volta, reforçando a institucionalização do que é produzir cientificamente com 'qualidade', produzir mais em menos tempo.

**Em lugar de avaliar o programa, suas dificuldades, potencialidades e relevância para a instituição e para a região**, o resultado da avaliação depende de uma planilha de indicadores cujo foco incide diretamente sobre cada professor credenciado na pós-graduação: inicialmente, exigindo um padrão produtivista, depois, restringindo o campo possível desse

---

content/uploads/2010/12/HIST%C3%93RIA-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-dez10.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

<sup>144</sup> BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Evangelho segundo São Mateus: Jesus, o Mestre da justiça. (Mt 25, 31-44). 2 ed. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

<sup>145</sup> BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Evangelho segundo São Mateus: Jesus, o Mestre da justiça. (Mt 25, 31-44). 2 ed. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

<sup>146</sup> CHAUÍ, Marilena. É um crime o currículo *Lattes*. In: SINDUECE- Seção Sindical do ANDES-SN dos docentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Notícias - Mais notícias. Disponível em: <<http://sinduce.org.br/noticias/mais-noticias/e-um-crime-o-curriculo-lattes-diz-marilena-chaui/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

produtivismo, impondo que as publicações sejam limitadas a um conjunto de periódicos qualificados e que a produção do conhecimento gere produtos úteis. (MANCEBO, 2010, p. 84, grifo meu)<sup>147</sup>.

Os servidores classificados pela instituição avaliadora dos PPG assumem o papel de 'feitor', que não consideram conceitos diferenciados para os programas com menor tempo de criação. Assim aplicam critérios de comparação dos programas na perspectiva nacional e internacional, automaticamente, desconsidera os novos professores, as peculiaridades de cada região, o tempo de formação e exercício no campo da pesquisa, o tempo de consolidação do programa, a falta de um acompanhamento particular aos programas mais recentes – principalmente com verbas direcionadas e diálogos entre os programas novos e os consolidados.

Os avaliadores dos comitês de assessoramento das agências de fomento são recrutados geralmente entre os doutores com mais de cinco anos de trabalho em pós-graduação e com produção bibliográfica crescente. Não são nem júniores nem seniores: estão em ascensão ou no auge da carreira. Costumam ser competitivos e, às vezes, 'mais realistas que o rei', isto é, tendem a aplicar com rigor as exigências das agências. (LUZ, 2005, p. 52)<sup>148</sup>.

Para conhecer os avaliadores da Capes do Relatório Trienal 2007/2009 e do 2010/2012 basta visitar o Panóptico de Benthan – Plataforma *Lattes* – na qual está disponível a história formativa e produtiva do corpo docente das universidades, pesquisadores de instituições específicas em pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), etc. O aperfeiçoamento da tecnologia virtual, o *lattes* assume a forma de vigiar e categorizar os inscritos no seu sítio. É a partir da quantidade de experiência registrada que as seleções são feitas e as metas a serem atingidas pelos novos pesquisadores que nela se inscrevem, são instituídas.

[...] 'cultura do desempenho', sob a qual o trabalho docente é permanentemente pontuado, traduzido em números e intensificado através de diversos e complexos sistemas de avaliação ditos institucionais que, ano a ano, alargam as exigências de produção acadêmica [PROVÃO, SINAES, QUALIS/CAPES]. Enfim a produção docente é mensurada, tipificada e classificada por critérios quantitativos, cada vez mais refinados, abrangentes e exigentes! (MANCEBO, 2010, p. 83-4)<sup>149</sup>.

<sup>147</sup> MANCEBO , Deise . Ensinar no ensino superior brasileiro: a mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Rev. Port. de Educação, Braga/Portugal, v. 23, n. 2, de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>148</sup> LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

<sup>149</sup> MANCEBO , Deise . Ensinar no ensino superior brasileiro: a mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Rev. Port. de Educação, Braga/Portugal, v. 23, n. 2, de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

É necessário o participante na avaliação da área dos PPGs considerar as suas experiências enquanto iniciante no 'mundo da pesquisa', inclusive o período, pois talvez no seu tempo as verbas eram maiores e os sistemas avaliativos não fossem tão perversos cobrando a quantidade e não a qualidade da pesquisa. As condições de trabalho do pesquisador nesse final de século XX e início do XXI -1990/2013 é diferenciado.

A CAPES vai deixar de ser uma agência de apoio aos Programas de Pós-Graduação, aos pesquisadores e sim uma agência de controle. Não terá como objetivo a formação de profissionais qualificados na pesquisa para aperfeiçoar no desenvolvimento do país, e sim formar pesquisadores que possam produzir o conhecimento negociável, a mercadoria no mercado nacional e internacional.

[...] contexto de expansão que, em meados dos anos de 1990, os Programas de PG passaram a ser submetidos, na sua forma de gestão, avaliação e financiamento (BIANCHETTI, 2009a), **a mudanças profundas, de caráter indutivo, que afetaram os pesquisadores e a própria qualidade da produção do conhecimento.** Entre essas mudanças, destacam-se: a) a redução do tempo para conclusão das dissertações e teses (dois e quatro anos, respectivamente). Uma das decorrências desse aligeiramento refletiu-se na qualidade das pesquisas realizadas nesse nível de ensino (KUENZER; MORAES, 2005); b) a submissão de todas as áreas do conhecimento, **independentemente das demandas metodológicas e do perfil epistemológico de cada uma delas e de todo o país, a um mesmo padrão de avaliação**, apesar da heterogeneidade que caracteriza as diferentes regiões de um país com as dimensões continentais como o Brasil; c) a transformação dos cursos em Programas, na busca de garantir uma maior organicidade entre o mestrado e o doutorado, bem como a melhoria da vinculação entre a graduação e a pós-graduação (CURY, 2004); d) a submissão do financiamento à avaliação (trienal), com previsão **de recompensas ou punições em termos do número de bolsas e do valor das taxas de auxílio, descaracterizando o próprio conceito de avaliação.** (SGUSSARDI, 2009). (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p.91-2, grifo meu)<sup>150</sup>.

No Brasil, na área de História - em particular -, apenas dois programas de pós-graduação adquiriram a nota '7'. No Quadro 11 (p. 96) as notas dos programas de pós-graduação em História. No quadro evidencio as instituições de ensino superior públicas.

Quadro 11 Programas de Pós-Graduação em História das Instituições Públicas do Brasil e respectivas notas da Avaliação Trienal 2013 da CAPES, Brasil, 2016.

Sigla	Status Jurídico	UF	Nota 2013	Nota 2010	Nível do curso	Início do curso
FUFPI	Federal	PI	3	3	Mestrado	2004
UFPB/ J.P.	Federal	PB	3	3	Mestrado	2005

<sup>150</sup> BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]*. 2014, v. 22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Sigla	Status Jurídico	UF	Nota 2013	Nota 2010	Nível do curso	Início do curso
UFRN	Federal	RN	3	3	Mestrado	2005
UFRPE	Federal	PE	3	3	Mestrado	2006
UECE	Estadual	CE	3	3	Mestrado	2006
UFAM	Federal	AM	3	3	Mestrado	2006
UNEB	Estadual	BA	3	3	Mestrado	2007
UEFS	Estadual	BA	3	3	Mestrado	2007
UEL	Estadual	PR	3	3	Mestrado	2007
UFCG	Federal	PB	3	3	Mestrado	2007
UFSJ	Federal	MG	3	3	Mestrado	2008
UFPEL	Federal	RS	3	3	Mestrado	2010
UFMA	Federal	MA	3	3	Mestrado	2011
UNIMONTES	Estadual	MG	3	3	Mestrado	2011
FUFSE	Federal	SE	3	3	Mestrado	2012
UFAL	Federal	AL	3	3	Mestrado	2012
UEPG	Estadual	PR	3	3	Mestrado	2012
UNICENTRO	Estadual	PR	3	3	Mestrado	2012
UNIFESP	Federal	SP	3	3	Mestrado	2012
UNIR	Federal	RO	3	3	Mestrado	2012
UEM	Estadual	PR	4	3	Mestrado	2004
UNIOESTE	Estadual	PR	4	3	Mestrado	2006
UERJ - Hist.Social	Estadual	RJ	4	3	Mestrado	2006
UNIRIO	Federal	RJ	4	3	Mestrado	2007
UDESC	Estadual	SC	4	3	Mestrado	2007
UFSM	Federal	RS	4	3	Mestrado	2011
UNB	Federal	DF	4	4	Mestrado/Doutorado	1976/1994
UFU	Federal	MG	4	4	Mestrado/Doutorado	1999/2006
UFMT	Federal	MT	4	4	Mestrado/Doutorado	1998/2011
UFGD	Federal	MS	4	4	Mestrado/Doutorado	1999/2011
UFC	Federal	CE	4	4	Mestrado/Doutorado	2000/2010
UFRJ	Federal	RJ	4	4	Mestrado/Doutorado	2002/2009
USP/ Hist.Econom.	Estadual	SP	4	5	Mestrado/Doutorado	1971/1971
UFPE	Federal	PE	4	5	Mestrado/Doutorado	1974/1991
UFBA	Federal	BA	4	5	Mestrado/Doutorado	1990/2002
UFG	Federal	GO	5	4	Mestrado/Doutorado	1972/2003
UNESP/FRANCA	Estadual	SP	5	4	Mestrado/Doutorado	1980/2001
UERJ – História	Estadual	RJ	5	4	Mestrado/Doutorado	1995/2003
FIOCRUZ	Federal	RJ	5	4	Mestrado/Doutorado	2001/2001
UFES	Federal	ES	5	4	Mestrado/Doutorado	2003/2011
UFJF	Federal	MG	5	4	Mestrado/Doutorado	2004/2011
UFPA	Federal	PA	5	4	Mestrado/doutorado	2004/2011
UFPR	Federal	PR	5	5	Mestrado/Doutorado	1972/1982
UFRRJ	Federal	RJ	5	5	Mestrado/Doutorado	1975/1998
UNESP/ASSIS	Estadual	SP	5	5	Mestrado/Doutorado	1980/1989
UFRGS	Federal	RS	6	5	Mestrado/Doutorado	1986/1995
UFRJ	Federal	RJ	6	6	Mestrado/Doutorado	1982/1992
UFMG	Federal	MG	6	6	Mestrado/Doutorado	1990/2000
USP/ Hist.Social	Estadual	SP	6	7	Mestrado/Doutorado	1971/1971
UFF	Federal	RJ	7	7	Mestrado/Doutorado	1971/1985
UNICAMP	Estadual	SP	7	7	Mestrado/Doutorado	1976/1984

Fonte: Avaliação Trienal 2013 – Divulgação do resultado final homologado CTC-ES. (CAPES, 2014)<sup>151</sup>.

<sup>151</sup> CAPES. Planilha do resultado final da avaliação 2013 dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, 2014. Disponível:

No quadro um dos 50 e um PPG: 20 programas possuem a nota '3', nove com '4', dez com '5', quatro com '6' e apenas dois com '7'. Por apenas dois programas terem a nota '7' já demonstram a ausência de preocupação da revisão dos critérios avaliativos. As políticas avaliadoras continuam desconsiderando os testemunhos. A única alteração no processo avaliativo foi passar de trienal para quadrienal, as regras principais avaliativas se mantiveram.

A avaliação da Capes [...]. Em lugar de avaliar o programa de pós-graduação, suas dificuldades, potencialidades e relevância para a instituição e para região, o resultado da avaliação depende de indicadores que tem como foco cada professor credenciado na pós-graduação: inicialmente, exigindo um padrão produtivista; depois restringindo o campo possível deste produtivismo, impondo que as publicações, para serem pontuadas, sejam limitadas a veículos/periódicos qualificados (sistema qualis), indexadas ao Scielo e outras bases de dados reconhecidas internacionalmente e que a produção do conhecimento gere produtos úteis, utilidade essa que os conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), também composto por representantes das empresas, aferirão conforme a eficácia das pesquisas para o mercado. (PAULA, 2012, p. 57)<sup>152</sup>.

As novas formas e conteúdos do trabalho do professor acentuam-se nas universidades federais a cada ano ou triênio na avaliações da CAPES, e há um aprofundamento das novas possibilidades de produção de pesquisas financiadas, via parcerias com o setor público e privado e com agências de fomento de diversas ordens, auxiliado pelo trabalho das fundações de apoio institucionais. Neste processo, as relações de produção permeiam o trabalho do professor e o alienam de seu trabalho, por produto dele e, portanto, de si mesmo. (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 445)<sup>153</sup>.

Os processos avaliativos aplicados na universidade, em momento algum estabelecem uma relação diagnóstico e intervenções para contribuir para um desempenho qualitativo, apenas mede e decide sobre os itens que necessitam de pressão para atenderem as metas das políticas gerenciais.

A avaliação deixa de ser um meio para tornar-se um fim em si – o indicador torna-se o objetivo central da organização. Um bom exemplo disso é o projeto de reforma de certas instituições cujo fim declarado pode ser, por exemplo, melhorar o desempenho de uma organização segundo indicadores internacionais – como sucede, em parte, com a classificação de Xangai e a reforma em curso das universidades na França. (MARTUCCELLI, 2015, p. 49)<sup>154</sup>.

---

<<http://mstr.capes.gov.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb?evt=2048001&src=mstrWeb.2048001&visMode=0&currentViewMedia=8&documentID=AC04064F4E>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

<sup>152</sup> PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília/DF, ano XXI, n. 49, jan. 2012.

<sup>153</sup> SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

<sup>154</sup> MARTUCCELLI, Danilo. Crítica da Filosofia da Avaliação. In: BALANDIER, Georges (Org.). *O que avaliar quer dizer?* Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2015.

No Brasil, o modelo de reforma é influenciado pela política de Ensino Superior dos Estados Unidos da América, um dos grandes precursores da política neoliberal que estabelece entre as suas exigências de manutenção a aplicação efetiva das políticas gerenciais que se tornaram o ponto frágil para o fazer docente. É a ligação, a construção dos instrumentos avaliativos que as intenções privatistas começam a fazer parte no interior das universidades federais.

[...] os artigos em periódicos tido como qualificados seriam a modalidade de publicação mais valorizada tanto pelas normas oficiais quanto pelo **reconhecimento intersubjetivo dos pares** (valor simbólico), o que indicaria traços da compreensão de produção e divulgação científicas vigente. (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 468, grifo meu)<sup>155</sup>.

Os consentidos desejosos do *reconhecimento intersubjetivo entre os pares* e adaptados aos sistemas avaliativos, ao atingirem as metas dos programas de pós-graduação instituem uma divisão velada entre os que publicaram nos periódicos reconhecidos pelo *Quallis* como de maior divulgação entre os cientistas, motivando a competição para atender às próprias relações de trabalho –o executar, o fazer taylorista – como em qualquer outra instituição. Os que mais rápidos forem ganharão prêmios e terão suas fotos e nomes destacados no registro-ponto. Ser um docente produtivo, esse é o ponto crucial de avaliação dos órgãos de fomento nos seus processos seletivos. Da mesma forma que Walter Benjamin defende o capitalismo como religião, todos servindo ao Deus Mamom, sejam os operários, na busca do trabalho para pagar as suas dívidas como os detentores do capital, no exercício de acúmulo de capital e reinvestimento do mesmo(BENJAMIN, 2013)<sup>156</sup>.

A produtividade tornou-se a missão do docente universitário; o ensino, a extensão e a gestão se tornaram apenas agregados da pesquisa. Não é possível pensar a universidade na sua totalidade.

[...] a fascinação auxilia na transformação do indivíduo em um elemento de determinada massa acrítica. Assim, ele dificilmente vai poder ou desejar emancipar-se frente aos processos de dominação no contexto organizacional. Há mais do que identificação do indivíduo à cultura; percebe-se, em determinadas situações, a substituição do ideal de ego do indivíduo pelos desejos e projetos organizacionais. Perder o sendo crítico, colocar em risco a sua identidade e os seus sonhos são algumas das piores formas de violência a que o indivíduo pode se sujeitar no mundo do trabalho. [...] Dedica-se de tal

<sup>155</sup> VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/13.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>156</sup> BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélio Scheneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

forma ao trabalho e à organização que faz desses a sua principal razão para viver, os seus principais referenciais na vida. (SIQUEIRA; MENDES, 2009, p. 245)<sup>157</sup>.

Ao mesmo tempo em que as avaliações aplicadas fragilizam o tempo e a qualidade dos trabalhos acadêmicos, esses instrumentos avaliativos foram desenvolvidos por participantes – acadêmicos - diretos da universidade, e os outros (nós) não dizemos não, apenas encontramos formas de nos adaptar e continuar respondendo às regras instituídas pelos setores econômicos responsáveis pela escolha das instituições que são avaliadas e consideradas como centros de pesquisa e as outras – maioria – que deverão receber menor financiamento ou apenas trabalhar para a formação de profissionais, aptos para a participação direta no mercado capitalista (NÓVOA, 2015)<sup>158</sup>.

[...] presente nos editais dos órgãos (públicos) de fomento à produção científica, onde dois tipos merecem citação e análise. [...] há os editais 'universais' que se propõem a oferecer recursos para suprir os meios de produção acadêmicos (livros, laboratórios, computadores, equipamento, material de consumo, bolsas, etc). Obviamente que os recursos não são suficientes para todos, os pares devem competir por eles, **ganhando os mais produtivos**. [...] há os editais que convertem seus recursos para pesquisa e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital, numa adesão à razão instrumental. [...] tem se editais públicos e/ou associados a empresas. Eles são os mais vultuosos, destinam-se às investigações com resultados imediatos que conduzam a mais eficaz aplicação com vistas ao fortalecimento do capital nacional e agropecuário exportador [...]. (MANCEBO, 2010, p. 82, grifo meu)<sup>159</sup>.

Os editais de fomento direcionados a temáticas específicas acabam fragilizando mais a qualidade das pesquisas à medida que os pesquisadores redirecionam seus estudos procurando adequar-se aos objetivos dos quesitos que são avaliados. Esta prática da adequação tanto provoca desgaste físico e mental como é um grande alimento para as agressões morais que alguns docentes ligados aos programas de pós-graduação cometem: o plágio. Já existe nos Estados Unidos projeto de recuperação do pesquisador que plagiou. Rego (2014), faz um levantamento importante referente a essa problemática.

<sup>157</sup> SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; MENDES, Ana magnólia. Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do setor privado. Revista do Serviço Social Público. Brasília, v. 60, n. 3, p. 241-250, jul/set. 2009.

<sup>158</sup> NÓVOA, António. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em Educação? Revista Educação Pesquisa, São Paulo, v. 41, nº 1 p. 263 – 272, jan/mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

<sup>159</sup> MANCEBO , Deise . Ensinar no ensino superior brasileiro: a mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Rev. Port. de Educação. Braga/Portugal, v. 23, n. 2, de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

[...] é preciso pensar, de modo sério e cuidadoso, sobre as consequências, para as revistas e para os avanços da própria ciência, das práticas que vêm sendo adotadas por muitos pesquisadores para satisfazer os critérios quantitativos utilizados pelos formuladores de políticas públicas para avaliar, promover e remunerar cientistas. [...] No Brasil e em várias partes do mundo, são crescentes os casos envolvendo más condutas em pesquisas científicas, tais como: manipulação, falsificação ou fabricação de dados ou de resultados, plágio, autoplágio (apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor como se fossem inéditos), bem como a prática – bastante comum, diga-se de passagem – da coautoria de fachada. [...] até mesmo que se animem com programas de reabilitação científica como o REPAIR (Restoring Professionalism and Integrity in Research), idealizado por James Dubot, um professor de ética da Universidade de Saint Louis, nos Estados Unidos. O programa de recuperação para pesquisadores que cometem deslizes de conduta, mas que querem uma segunda chance, cobra, assim como uma clínica particular para o tratamento de pessoas com dependência química, um preço alto: cada temporada de três dias sai por US\$ 3 mil por cliente. (REGO, 2014, p. 338-9)<sup>160</sup>.

A questão não é pensar no tratamento para os pesquisadores que infringiram a ética da pesquisa e sim questionar a raiz do problema. Ou seja, o excesso de cobrança na quantidade de produtividade científica; a desconsideração das outras atividades que o profissional docente tem que cumprir; a ideologia de vestirmos a camisa de profissional da educação. Independente das condições físicas e estruturais, estabelecemos a meta de contribuir efetivamente na formação de 'todos' os discentes que confiam no nosso papel enquanto formadores; e a necessidade de retornarmos à sociedade de forma responsável o investimento aplicado em nosso espaço de trabalho - a universidade pública.

A raiz não é reconhecimento do plágio, do amontoado de palavras que são tecidas para a construção de um artigo científico, sejam elas um conjunto de mentiras experimentais ou palavras plagiadas de outros pesquisadores para publicação. À medida que o docente se submete ao 'mundo de mentiras', ele não deixa de ser mais um humilhado<sup>161</sup> tentando se ver de forma diferente – como se fosse possível. A discussão deve pairar sobre as condições em que se encontram muitos profissionais professores/pesquisadores/administradores/extensionistas do magistério superior.

Teresa começa relatando que trabalha, no mínimo, 60 horas semanais, o que inclui seus finais de semana e, em seguida, apresenta uma relação de todas as suas atividades: aulas na graduação e pós-graduação; orientações de mestrado, doutorado, iniciação científica e iniciação científica júnior (para estudantes do ensino médio); atividades de extensão e supervisão de estágios;

<sup>160</sup> REGO, Tereza Cistina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. Educação Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 2, abr/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>161</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas da humilhação na cultura política brasileira (reflexões sobre o brasileiro jecamacunaímico). In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Org). Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia-MG: EDUFU, 2005.

participação em comissões da universidade e a produção bibliográfica. Diz que sempre trabalhou muito, mas que, agora, percebe que há 'uma intensificação do trabalho'. Para exemplificar sua percepção, recorre a uma imagem do atletismo, dizendo que 'aumentaram a altura da vareta do salto em altura'. (BERNARDO, 2014, p. 133)<sup>162</sup>.

Marina, que ainda não exercia atividades na pós-graduação na ocasião da entrevista, ressalta a sobrecarga de trabalho didático, que não lhe permite dar conta da pesquisa, que também compõe seu rol de atividades. Ela relata que, alguns meses após seu início na universidade, seu filho de cinco anos, ao vê-la no computador todo o tempo, lhe perguntou: 'mamãe, você nunca mais vai se divertir?'. (BERNARDO, 2014, p. 134)<sup>163</sup>.

Todos se queixam da dificuldade para atender às metas exigidas. Leonardo. Não tem como produzir alguma coisa decente fora de minhas circunstâncias pessoais, que conheço melhor do que ninguém e que significam a única objetividade que tem realmente sentido. A 'objetividade' construída tomando como base modelos de produtividade na comunidade acadêmica que devem ser imitados por todos é um despropósito positivista, que não considera a diversidade como um valor, mas um desvio, que deve ser eliminado. O que é um absurdo! (BERNARDO, 2014, p. 134-5)<sup>164</sup>.

Já a 'legitimação' das metas produtivistas da universidade parece se dar por meio de um discurso que tem como base o constrangimento do docente que, segundo Leonardo, é acusado de se manter em um lugar elitizado, supostamente distante e acima da sociedade. Tal discurso chama o professor universitário a assumir sua responsabilidade de 'servidor público', com a consequente 'obrigação de dar um retorno imediato do seu trabalho à sociedade' (Leonardo). Assim, pode-se dizer que o discurso legitimador, nesse caso, exerce um papel de constrangimento a partir de uma conotação moral. (BERNARDO, 2014, p. 135)<sup>165</sup>.

Essas personagens entrevistadas por Bernardo (2014), expressam o cotidiano de trabalho docente na academia e ao mesmo tempo as suas consequências físicas, psicológicas e sociais adquiridas no decorrer da vida acadêmica – em particular a partir da intensificação das formas de produção adotadas na gestão política social na universidade.

A narrativa dessa tese de doutorado não tem como objetivo ouvir diretamente o corpo docente – cada docente na sua particularidade – acadêmico, e sim ouvi-los através dos testemunhos registrados em cada periódico científico selecionado.

<sup>162</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>163</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>164</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>165</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

Os artigos científicos vêm desvelando a não distinção entre os professores a partir do processo de intensificação do trabalho dos profissionais do Ensino Superior.

Leonardo, [...] diz que procura não levar em conta essas exigências e que entende que sua produção 'deve surgir naturalmente'. Refere ter poucos orientandos, porque é bastante rígido na seleção, aceitando apenas aqueles que avalia terem condições de realizar um trabalho de qualidade. Dedica-se fortemente à pesquisa, o que inclui parcerias internacionais. [...] refere ter sempre trabalhado mais do que as 40 horas previstas no seu contrato, mas que, agora, já faz parte de sua rotina trabalhar aos fins de semana, o que ocorria com pouca frequência até alguns anos atrás. O acréscimo de atividades se dá, sobretudo, por conta do atendimento a demandas de seus parceiros nacionais e internacionais, que acabam lhe solicitando atividades que não estavam incluídas no seu planejamento. Afirma que, para atendê-los, acaba, indiretamente, intensificando seu trabalho e, às vezes, tendo de se desviar do seu foco de pesquisa, o que, lamenta ele, vem ocorrendo mais frequentemente nos últimos anos. (BERNANDO, 2014, p. 134)<sup>166</sup>.

Os artigos podem até nomear os que consentiram, os resistentes e os que estão silenciosos – vivenciando de forma 'indiferente' seus próprios incômodos. A comparação de Deleuze & Guattari do jogo de Xadrez e o Go possibilita um olhar amplo da armadilha que envolve o corpo docente na instituição acadêmica.

O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, com um forte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do Go, **ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda**, no limite sem batalha: pura estratégia, enquanto o xadrez é uma semiologia. Enfim, não é um absoluto o mesmo espaço: no caso do xadrez, trata-se de distribuir-se um espaço fechado, portanto, ir de um ponto a outro, ocupar o máximo de casas com um mínimo de peças. **No Go, trata-se de distribuir-se num espaço aberto**, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento vai de um ponto ao outro, mas torna-se perpétuo, **sem alvo nem destino, sem partida nem chegada**. Espaço 'liso' do Go, contra o espaço 'estriado' do xadrez. [...]. [...] o xadrez codifica e descodifica o espaço, enquanto o Go procede de modo inteiramente diferente, territorializa-o e o desterritorializa (fazer do fora um território no espaço, consolidar esse território mediante a construção de um segundo território mediante a construção de um segundo território adjacente, desterritorializar o inimigo através da ruptura interna de seu território, desterritorializar-se a si mesmo renunciando, indo a outra parte). Uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo. (DELEUZE & GUATARI, 1997, p. 14)<sup>167</sup>.

Deleuze & Guatari (1997) demonstra que Go é um jogo de cercar e a grande capacidade de criar estratégias em espaços 'ilimitados'. Esse jogo pode representar os estratagemas, os dispositivos de poder que envolvem todo o espaço da universidade. Partindo das políticas externas – nacional, internacional – interna – administração

<sup>166</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>167</sup> DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart, Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

superior, departamentos, grupos de pesquisas, etc. – como toda as formas ideológicas dos sujeitos enquanto um ser político.

**Ao serem indagadas sobre as possibilidades de resistência** e transformação, Marina e Teresa falam apenas da adoção de táticas individuais, que não têm nenhum objetivo além de possibilitar a 'sobrevivência' na instituição. Marina, por exemplo, diz que ainda busca conhecer 'as regras do jogo', que, segundo ela, não são explicitadas para ver onde vai 'focar', para não 'pulverizar sua energia num monte de lugares' e não fazer coisas 'que nem contam nada pra sua avaliação'. Já Teresa aponta aspectos relacionados à mudança de comportamento fora do trabalho. Para ela, **'resistência é na perspectiva individual'**. Você olhando realmente para o saudável, para a alimentação, tentando dormir um mínimo de horas [...]. (BERNARDO, 2014, p. 137, grifo meu)<sup>168</sup>.

As perspectivas de 'poder e justiça', tanto de forma interna como externa envolvem o profissional do magistério superior. Elas são construídas e desconstruídas por eles mesmos. A questão é que tipo de relação os profissionais desejam, pois fazer parte da criação das regras avaliativas e como se submeter a elas, torna a crise interior do docente que se exterioriza segundo o local e momento que cada um ocupa – uma constante sensação de esquizofrenia entre o espaço que ocupo no momento e aquele que eu poderia ocupar.

Destarte, antes de criar qualquer instrumento avaliativo, 'eu' sou um docente, e não o profissional que cria regras avaliativas para o próprio docente, cometendo a insocialização – o estar fora - do papel da carreira docente no momento em que estou pensando sobre as metas que o corpo docente deve atingir.

A fala de Teresa talvez seja a mais representativa com relação a esse aspecto. Segundo ela, **'aumentaram as exigências para o profissional se manter na carreira'**: periodicamente, tem um relatório de atividades. ... então, você tem que prestar contas para a universidade. Nós, que somos regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, se o relatório não for aprovado, dependendo do tipo de recomendação, podemos ter que passar para uma outra carreira, que diminui o salário e o tempo de trabalho [passando para tempo parcial]. Basicamente [essa avaliação] é vinculada às publicações e... um pouco, também, ao número de horas de [aula na] graduação que você dá. Então, tem um controle mais rígido da universidade. (BERNARDO, 2014, p. 134, grifo meu)<sup>169</sup>.

(Paulo). Eu acho que tem alguma coisa errada com a gente. As pessoas estão adoecendo, sem nenhum diagnóstico de câncer prévio ... Poucos são sobreviventes. É claro, antes as pessoas morriam e você não sabia o que as

<sup>168</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>169</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

estava matando. Mas eu tô achando que há uma relação hipotética entre essas condições de trabalho, que estão mais intensivas hoje. Você tem que ser mais produtivo, nessa linguagem da mercantilização da Universidade [...]. [...] **nós somos avaliados por indicadores de produtividade** e [relaciono isso] com a ocorrência desses adoecimentos. Isso pode não ser casual, pode ser idade, não ter nenhuma relação... Mas, por exemplo, a dificuldade de fazer aquilo que a gente considera como uma formação de qualidade, da gente não ter as condições pra realizar, diante dessa intensificação [...]. (BERNARDO, 2014, p. 135, grifo meu)<sup>170</sup>.

O docente pode abdicar da sua carreira – tem qualificação para isso, é diferente do operário sem qualificação formativa. Mas o fato de estar tão envolto nela, na relação de prazer de participar da formação do outro, e a dor de se sentir incapaz da concretização desse objetivo relacionado ao outro, e o reconhecimento coletivo de uma profissão que foi culturalmente idealizada como nobre impedem que ele o faça.

Mas, se a 'toyotização' da universidade pode provocar desgaste e adoecimento de modo similar ao que ocorre nas fábricas, existe uma diferença essencial: os trabalhadores industriais diziam se submeter por falta de opção de emprego que oferecesse o mesmo nível salarial, sendo que a maioria não gostava do seu trabalho na fábrica e apontava para a perspectiva de mudanças futuras (BERNARDO, 2009). Os professores, por sua vez, vivem um dilema: exercem uma profissão que escolheram, mas que lhes causa cada vez mais sofrimento. Assim, sentem-se atados a um projeto de vida que já não pode ser realizado satisfatoriamente, sem vislumbrar outra atividade fora da universidade. (BERNARDO, 2014, p. 135)<sup>171</sup>.

Os testemunhos de falas individuais de docentes coletadas por Bernardo (2014), demonstram significativamente contradições que podem ser 'generalizadas' na profissão de professor do magistério superior. 'Esses estudos, em geral, evidenciam que a organização do trabalho universitário na atualidade se caracteriza, sobretudo, pela competição e produtividade exacerbadas.' (BERNARDO, 2014, p. 130)<sup>172</sup>. A moeda-simbólica, que circula no espaço universitário não apresenta mais as duas faces, e sim uma única. A intensificação do trabalho docente acadêmico a partir da implantação da política de 'Estado Único' não possibilita ao docente seguir naturalmente a sua carreira no magistério superior; apenas possibilita ao docente acreditar no que seguir. Mas o caminho é o mesmo indiretamente; – assumir o conhecimento como mercadoria.

<sup>170</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>171</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

<sup>172</sup> BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

## **CAPÍTULO 3                    TESTEMUNHOS            DE            RESISTÊNCIA            AO PRODUTIVISMO NO LABOR DOCENTE**

Conhecemos uma moeda de duas faces – cara e coroa -, mas o ardil da moeda construída no espaço de trabalho docente no ensino superior tem apenas uma face com as suas duas imagens. Essas figuras relutam entre si para ocuparem os locais que lhes são reservados na história do dinheiro enquanto uma forma de troca indireta – produto por capital, e não produto por produto.

A pressão das duas faces no mesmo espaço têm estrangulado o desenvolvimento natural do processo de conhecimento – novas informações, construção de hipótese, testes, apreensão e análise minuciosa da linguagem informativa e o amadurecimento que possibilita a instituição da síntese: o conhecimento, enquanto algo finito no momento da apreensão, mas infinito entre as 'descobertas' e as outras que ainda estão para além da compreensão humana.

Significa a intensificação do labor na carreira docente universitária, pensada enquanto um conjunto interligado em si – ensino, pesquisa e extensão - com um fim primordial: a formação e a construção de novos saberes, como alimento natural do processo evolutivo da humanidade.

O trabalho do corpo docente, 'obrigado pelos sistemas avaliativos' a assumirem conhecimento enquanto produto, é desapropriado do tempo natural de amadurecimento em sua essência. A distinção dos tempos de produzir em grandes quantidades é incompatível com a singularidade da síntese de um novo saber que num segundo momento pode ser generalizado, mas não dentro das universidades e sim nos espaços específicos aos quais a síntese daquele conhecimento se dirige – indústrias, laboratórios, etc.

Os sujeitos/pesquisadores, que são aperfeiçoados, e os construtores de novas formas de conhecer, necessitam de um tempo peculiar para a própria formação e aperfeiçoamento das mesmas. Não são objetos como a máquina computador, que pode baixar um *pendrive* com listas das informações ali registradas e imediatamente incorporadas na memória da máquina.

A relação capital/produção científica já é incentivada nas políticas universitárias da mesma forma que as indústrias nas suas peculiares formas de produção Taylorista/Fordista/Toyotista.

**No Brasil, é prática comum entre as IES estabelecer formal ou informalmente bonificações aos docentes pela publicação de artigos em periódicos científicos Qualis ou com alto fator de impacto.** A Universidade Estadual Paulista (Unesp) lançou um programa de estímulo à divulgação do conhecimento que premia com R\$ 15 mil as equipes de pesquisadores que publicarem trabalhos nas revistas científicas *Nature* e *Science* (IWASSO, 2008). Lucena (2012) relata que a PUC-RJ paga ao professor até R\$ 10 mil por um trabalho publicado em uma revista no Brasil, e o valor aumenta se a publicação for no exterior. O autor se queixa de nos últimos anos ter publicado aproximadamente 30 artigos, muitos apresentados no exterior, mas tendo recebido de sua instituição, a Universidade Federal de Pernambuco, um prêmio de consolação de apenas R\$300,00. (BARROS, 2014, p. 70, grifo meu)<sup>173</sup>.

À medida que o incentivo monetário começa a fazer parte da política universitária, o tempo do capital econômico introduzido externamente – políticas governamentais e agências de fomento – é alimentado internamente – grupos de pesquisa. O processo estranhamento político do pesquisador e a sua acomodação junto ao corpo docente acadêmico, que deveriam alimentar as novas descobertas científicas no seu tempo natural, e não industrial, estrangula ainda mais a relação entre todos os pares – docentes, discentes e servidores que possibilitam o andamento da construção dos saberes.

Considerando o pressuposto de que a academia é nomeada de universidade, um universo de saberes – homem, mundo, sociedade e todas as partículas que formam o cosmos – permite distinção, mas não (des)interligação do papel do corpo docente universitário. A pesquisa não pode estrangular o ensino e a extensão, ou vice-versa.

Os sentimentos do corpo docente que consente, silencia e resiste nada mais é do que a efetivação do ingresso do tempo do capital no seu espaço primordial de

---

<sup>173</sup> BARROS, Moreno Albuquerque de. O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014. (Tese de doutorado)

trabalho. Todos vivenciam e sabem das consequências e impossibilidades do conhecimento ser entendimento enquanto mercadoria, apenas as sínteses que foram constituídas e encaminhadas aos seus espaços específicos podem seguir as metas do capital. No entanto, todos estão emaranhados nesse processo de produtivismo.

Não resta mais tempo e espaço para o docente que deseja tocar sua vida profissional isento de cobranças individuais e pressões coletivas, já que premiações ou penalizações impactam não apenas o professor, mas o programa como um todo. (BARROS, 2014, p. 42, grifo meu)<sup>174</sup>.

Uma única face da moeda constituiu a armadilha alimentada pelas pressões externas das políticas avaliativas constituídas no gerencialismo, objetivando a constituição do 'Estado Mínimo' instrumentalizado pelo neoliberalismo e a própria ação do profissional acadêmico, ou seja, a armadilha que se retroalimenta – políticas externas e ações políticas internas dos próprios docentes. A questão neste momento histórico é como desconstituir a armadilha.

Naturalizamos as avaliações e seus critérios como modelo ordenador de nossas práticas e o ritmo que elas impõem às nossas vidas é um veneno poderoso contra as nossas relações e contra o nosso bem-estar físico, mental e ético. Ao mesmo tempo, temos sido vítimas da nossa própria mania de grandeza, espelhada em nossa vaidade narcísica (LUZ, 2015)<sup>175</sup>.

O objetivo deste capítulo é identificar nos testemunhos docentes os instrumentos e saídas apontadas como forma de desconstruir a armadilha da racionalização instrumental instituída pela ótica capitalista.

Solicito meu descredenciamento da pós-graduação com enorme alívio e sentimento de desapego. Nas últimas décadas, o conformismo generalizado dos docentes das universidades com as 'regras do jogo' que movimentam o sistema levou-nos a uma apatia insuportável. (LUZ, 2015)<sup>176</sup>.

As primeiras ações têm sido a naturalidade assumida por alguns docentes de deixar as regras seguirem os seus fluxos com respeito a todos os pares, optando por dizer 'prefiro não!', reconhecendo os limites entre o 'verdadeiro' sentido do conhecimento e as ações docentes necessárias para respeitar a interligação entre os saberes construídos no processo de ensino/pesquisa/extensão com um fim único, o amadurecimento natural do conhecimento. Nota-se isso na expressão 'enorme alívio e

<sup>174</sup> BARROS, Moreno Albuquerque de. O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014. (Tese de doutorado)

<sup>175</sup> LUZ, Guilherme Amaral. [Carta]. Uberlândia/MG. 16 nov. 2015. Carta de descredenciamento encaminhada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História do INHIS/UFU.

<sup>176</sup> LUZ, Guilherme Amaral. [Carta]. Uberlândia/MG. 16 nov. 2015. Carta de descredenciamento encaminhada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História do INHIS/UFU.

sentimento de desapego', do status 'proporcionado' pela participação em um programa de pós-graduação na prática da pesquisa que acaba sobrepondo o ensino/extensão.

O 'dizer não' às regras avaliativas ardilosamente implantadas na academia referentes à exigência de aumento da quantidade de pesquisas publicadas, mas sem aumento nas políticas de fomento – capital econômico/pesquisas – institui a competição entre os pares que publicaram em periódicos com maior fator de impacto e os que não publicaram. A seleção será feita no momento dos investimentos aos pesquisadores que atenderam à quantificação valorativa racional ligada a fins (WEBER, 1991).

**A competição desenfreada (e, em larga medida, estimulada entre nós) nos engole, faz com que concentremos cada vez mais energia naquilo que é rentável às nossas carreiras, mas absolutamente acessório na nossa formação intelectual e na formação acadêmica dos outros. (LUZ, 2015, grifo meu)<sup>177</sup>.**

O profissional desse testemunho é um dos pesquisadores que estabelecem novos olhares para outros conhecimentos, aqueles distintos dos já aprisionados nas linhas de pesquisa como no alimentado nos editais de fomento, dizendo o que pode e deve ser pesquisado.

Para atender às expectativas de seus pares, muitos dos quais consistem em acadêmicos de prestígio, autores podem ser desestimulados a conduzir pesquisa criativa e inovadora. Os muitos desesperados para publicar em revistas de qualidade são encorajados pelos poucos que fazem a mergulhar em pesquisa convencional, sendo guiados por uma convicção, que por vezes se mostra ingênuas, que o mérito prevalecerá. (BARROS, 2014, p. 66)<sup>178</sup>.

Ao mesmo tempo em que os docentes fazem parte de um estratagema científico produtivista, também estranham a qualidade das suas produções científicas como as regras do sistema *Quallis*. O corpo docente, por mais que seja parte desse processo produtivista, tem condições de se emancipar dessa relação opressora dos dispositivos avaliativos. Eles fazem parte da construção de cada um deles, ou seja, não temos como justificar a condição de vítimas e vilões. "O nosso mal-estar é grande, mas parecemos resignados e apáticos, como se tudo isto fosse inevitável, como se não houvesse alternativa. Chegou o tempo de dizer 'não' ." (NÓVOA, 2015, p. 265)<sup>179</sup>.

<sup>177</sup> LUZ, Guilherme Amaral. [Carta]. Uberlândia/MG. 16 nov. 2015. [Carta de descredenciamento encaminhada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História do INHIS/UFU](#).

<sup>178</sup> BARROS, Moreno Albuquerque de. [O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica](#). Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014. (Tese de doutorado)

<sup>179</sup> NÓVOA, Antônio. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em Educação? [Revista Educação Pesquisa](#), São Paulo, v. 41, nº 1 p. 263 – 272, jan/mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

O docente universitário não tem como negar a sua formação histórica, cultural e política. Faz parte de uma instituição – universidade – que participa das decisões políticas, culturais e econômicas - inclusive criando novas formas de interpretar e intervir na realidade a sua volta. Ainda é atribuída a ele no seu espaço primordial de trabalho, a universidade, a liberdade de criticar os mais diferentes fenômenos sociais e naturais que envolvem a sociedade e o cosmo.

Tenhamos claro que somos coautores dessa situação e não meras vítimas, já que endossamos os critérios tortos quando avaliamos os papers, os artigos, as dissertações e as teses. Preenchemos, de olhos fechados, os modelos de avaliação que as instituições das quais fazemos parte como membros de conselhos nos pedem e perpetuamos o que já sabemos ser pervertido. Temos o direito de reivindicar mudanças, mas também o dever de participar delas e implementá-las. Também podemos recusar e sugerir. (FREITAS, 2011, p. 1162)<sup>180</sup>.

Por sermos coautores das regras produtivistas, temos que refletir sobre as questões levantadas por António Nóvoa (2015) referentes à apatia docente. Não assumir a prática produtivista como movimento coletivo do corpo acadêmico, coloca-nos na condição de servidores dos sistemas avaliativos institucionalizados na academia. Negamos a condição de resistência e reafirmamos a fragmentação do corpo docente.

Ser representante docente nos órgãos governamentais na criação de estratégias avaliativas para o 'bom andamento' dos fins pelos quais a universidade foi criada não exclui esse profissional da sua carreira no magistério superior, e muito menos o desconhecimento das diferenças temporais do processo formativo de novos profissionais e da prática da pesquisa, frente à produção em série de objetos inanimados.

Ser idealizador de instrumentos avaliativos não o exclui de ser avaliado pelos mesmos dispositivos que criou, sem uma participação direta do grupo envolvido, o corpo docente, as diferentes condições de investimentos, peculiaridades regionais de cada universidade e o tempo de exercício no papel de servidor do magistério superior dos profissionais envolvidos.

Questões indiciadas por António Nóvoa (2015) devem ser pensadas para a construção de uma interlocução coletiva pelo corpo docente universitário, a retomada da liberdade de expressão científica e respeito ao tempo de produção de conhecimento. Uma decisão interna do corpo acadêmico e não das formas de produção capitalistas.

<sup>180</sup> FREITAS, Ester de. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Caderno EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebapec/v9n4/13.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

A questão é: Por que é que não fazemos nada contra esta indústria editorial que está a causar tantos danos à ciência? Por que é que permitimos que as prioridades do nosso trabalho sejam definidas por interesses comerciais e orientações nocivas? [...]. A questão é: Por que é que aceitamos as pressões dessa cultura de 'publicar ou perecer'? Por que é que aceitamos o controle das nossas vidas por 'fatores de impacto' e um produtivismo cego? Por que é que consentimos? Por que é que nos resignamos? [...]. A questão é: Por que é que aceitamos participar desses painéis, usando métodos e cumprindo orientações políticas desse tipo? Por que é que aceitamos colaborar na erosão do nosso próprio campo científico? Por que é que aceitamos o inaceitável? Por quê? (NÓVOA, 2015, p. 265-6)<sup>181</sup>.

Inquirir sobre as condições de trabalho e as políticas de pesquisa defensoras do conhecimento enquanto mercadoria já faz parte da visão de uma das personagens principais da construção/descoberta de novos conhecimentos – o corpo docente. Essas ainda são falas dispersas que não envolvem a maioria.

No cenário mais mesquinho, temos de um lado pesquisadores preocupados em direcionar seu talento epistemológico à elevação de seu status individual, sem compromisso com a função pública, e de outro, docentes que julgam o processo de produção intelectual como mera exigência burocrática, agindo em sala de aula exatamente como fazem nos artigos de vinte laudas. Entretanto, esse processo trouxe consigo um redimensionamento da função docente, com muitos professores se posicionando contrários às políticas de avaliação e reafirmando sua identidade histórica atrelada ao tripé ensino-pesquisa-extensão. Por essa razão, pesquisadores conscientes de seu papel e seguros de sua relação com o agente regulador simplesmente enxergam a universidade com uma extensão do aparelho conservador e coercitivo, e optam por não compactuar com um modelo que fere a autonomia intelectual e a liberdade de pensamento crítico. (BARROS, 2014, p. 95)<sup>182</sup>.

A ideia de ser reconhecido enquanto um intelectual, 'o reconhecimento de si', esfacela a intervenção necessária para resistir e a não aceitação 'coletiva' dos profissionais. Mendonça (2014)<sup>183</sup> apresenta pontos cruciais desde a marginalização docente, o tipo de resistência e um possível quadro clínico reforçando a problemática e as consequências da intensificação do trabalho docente, as ações isoladas de alguns professores que resistem às estratégias avaliativas, reafirmando a necessidade de tornar a negação dessas regras de trabalho um fator comum em todo o magistério superior. A consequência de não agir coletivamente acaba reforçando as justificativas de que temos

<sup>181</sup> NÓVOA, António. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em Educação? *Revista Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 41, nº 1 p. 263 – 272, jan/mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

<sup>182</sup> BARROS, Moreno Albuquerque de. *O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica*. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014. (Tese de doutorado)

<sup>183</sup> MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. *Ensaios Filosóficos*. dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Andre Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Andre Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016

profissionais que não cumprem o seu papel retornando à sociedade os investimentos recebidos.

**Marginalização: fora do jogo.** Talvez mais comum em atitudes individuais isoladas, há situações em que as pessoas optam por não compactuarem com aquilo que veem como uma rendição da universidade aos ditames da lógica capitalista e se colocam à margem, mesmo pertencendo às vezes a instituições em que só há pós-graduação, o que significa abrir mão plenamente da docência (uma das causas mais visíveis de adoecimento e sofrimento dos professores). (MENDONÇA, 2014, p. 120, grifo meu)<sup>184</sup>.

**Resistência ativa: luta por novas regras.** Professores e programas podem adotar a estratégia de empreenderem uma luta coletiva em prol de novas regras, adotando uma tática de propor mudanças pontuais de curto prazo, sem deixar de lado uma preocupação com uma transformação mais radical a médio e longo prazo. (MENDONÇA, 2014, p. 121, grifo meu)<sup>185</sup>

**Para completar nosso crítico quadro clínico**, a vida pessoal e social dos docentes tem sido sequestrada, 'graças' ao novo tempo do mundo em que vivemos, no qual somos ocupados sempre mais com atividades relativas ao trabalho. Trabalho esse que não nos deixa descansar nem mesmo nos finais de semana, feriados, férias etc. E o pior é que grande parte desse trabalho é realizado com a sensação desoladora de perda de tempo, uma vez que, em grande medida, fazemos um somatório de miudezas desimportantes no ganha-pão nosso de cada dia. Sem querer soar conspiratório, não há como não pensar que o sistema quer justamente nos ocupar em tempo integral com (in)utilidades, de modo a não dispormos mais de espaço para pensar – na acepção estrita da palavra, especialmente neste que é o *locus classicus* da atividade do pensamento – a universidade. Até porque isso poderia colocá-lo em risco. (MENDONÇA, 2014, p. 122, grifo meu)<sup>186</sup>.

Ações como essas – não agir – reforçam a interpretação de pesquisadores renomados na academia - alguns reconhecidos internacionalmente, como Simon Schwartzman, que fez parte de uma época na qual os acadêmicos eram reconhecidos econômica, social e politicamente - justifiquem a importância das regras avaliativas e as formas de investimento no magistério superior, inclusive separando ensino e pesquisa.

Discorrendo sobre a USP, Simon Schwartzman faz comparações sobre as formas de contratação e manutenção do pesquisador na academia.

<sup>184</sup> MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Ensaios Filosóficos. dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Aandre\\_Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Aandre_Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>185</sup> MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Ensaios Filosóficos. dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Aandre\\_Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Aandre_Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>186</sup> MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Ensaios Filosóficos. dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Aandre\\_Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Aandre_Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.

É fundamental ter liberdade de negociar um salário diferente e dar boas condições de trabalho para atrair o talento internacional. **E também poder dispensar quem não é tão talentoso.** (GUIMARÃES, 2014, grifo meu)<sup>187</sup>.

Defende também o relacionamento direto com os financiamentos externos – público/privado – e desconsidera que no Brasil investem-se parcisos recursos financeiros na educação e na pesquisa, ou seja, as condições não permitem comparação frente aos países nomeados como de 'primeiro mundo'.

Quando estudava na Universidade da Califórnia, em Berkeley, que é pública e tem dezenas de prêmios Nobel, aconteceu um fato de grande repercussão. O departamento de biologia ficou velho. Era um excelente departamento, com gente qualificada, mas a biologia feita lá dentro ficou antiga com a chegada de novos conhecimentos, principalmente na área da genética. O pessoal não se atualizou. Isso foi detectado por uma comissão externa, criada para avaliar a situação. **Essa comissão chegou à conclusão de que o departamento precisava mudar. As pessoas foram afastadas.** Foi criado um orçamento pesado, e eles saíram à procura de pessoal qualificado para tocar o novo departamento. **Foram perguntar quanto queriam ganhar e que equipe precisariam montar.** Esse tipo de ação é impensável na USP. (GUIMARÃES, 2014, grifo meu)<sup>188</sup>.

A avaliação na universidade tem sua importância e necessidade; a questão é como ela é pensada e estruturada. O fator de medida quantitativa acaba esfacelando com a ótica qualitativa relevante para entender os mais diversos processos que acontecem no cotidiano acadêmico. Não é pertinente pensar uma instituição que se relaciona diretamente com o humano na ótica instrumental racional ligada a fins. É inaplicável. Fazer a quantificação de alguns dados não deixa de ser mais que indicadores para servirem de base à criação de um instrumento avaliativo equilibrado - não privilegiando a quantificação.

Deixei por último a revelação da minha premissa maior que ficou oculta até aqui: eu acredito no poder da 'microfísica' (nesse caso, pensar o problema da avaliação para transformá-lo), mas, acima de todas as coisas, eu boto muita fé ainda no poder da 'macrometafísica' (nesse caso, pensar os problemas do mundo para poder transformá-los). O que me dá alento é que, para a realização desse ambicioso sonho, nós da universidade podemos, agora, contar com um aliado que, quero acreditar, sempre buscamos ter (ele quer inclusive adentrar nossos muros, pois o 'mundo lá fora' não aplaca sua fome de valores e sua sede de ideias): a multidão, o povo, os indignados, os manifestantes etc. Os nomes mudam, mas o ser é o mesmo: indivíduos organizados coletivamente sob novas formas que desejam a construção de um

<sup>187</sup> GUIMARÃES, Carla. Simon Schwartzman: Só excelência acadêmica não basta. Época. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/bsimon-schwartzmanb-so-excelencia-academica-nao-basta.html>>. Acesso em: 11 out 2016.

<sup>188</sup> GUIMARÃES, Carla. Simon Schwartzman: Só excelência acadêmica não basta. Época. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/bsimon-schwartzmanb-so-excelencia-academica-nao-basta.html>>. Acesso em: 11 out 2016.

novo mundo comum, tendo os valores como medida de todas as coisas (MENDONÇA, 2014, p. 128-9)<sup>189</sup>.

Participação coletiva do corpo docente, de toda a comunidade universitária interna e dos interessados da comunidade externa. É um sonho, mas essa é uma idealização e construção para dispositivos avaliativos mais 'justos' e necessários. Os instrumentos avaliativos não podem ser pensados como um fim em si mesmo, e sim como um meio para intervir qualitativamente 'nos objetos' avaliados. A problemática central é saber como lidar com as imposições do capitalismo na ótica privatista que se sobrepõe cada vez mais no serviço público.

Ao ser avaliado em qualquer situação de trabalho (ensino, pesquisa e extensão), pela instituição ou por órgãos de fomento e financiamento, a produtividade é definida quantitativamente, independentemente da área de conhecimento e das condições de trabalho do sujeito, contribuindo para que esse trabalhador seja instado a competir no mesmo nível da área de conhecimento daqueles que se encontram em condições de trabalho bem mais adequadas, seja em termos das condições materiais, seja pela história do curso/instituto/universidade. Essa forma de solicitação de produtividade contribui em muito para o maior aparecimento de distúrbios de ordem psíquica. (GRADELLA JÚNIOR, 2010, p. 138)<sup>190</sup>.

A importância avaliativa não é desconsiderada, mas permanece a crítica às formas como são idealizadas e generalizadas. Desconsideram a diversidade, as diferenças temporais e as condições disponibilizadas para o bom andamento do processo de formação, a pesquisa e as diversas funções que o docente executa no magistério superior.

Os testemunhos dos professores Ângelo Emílio da Silva Pessoa, José Jonas Duarte da Costa, Regina Célia Gonçalves e Regina Maria Rodrigues Behar, da Universidade Federal da Paraíba, indiciam desde a problemática ligada ao ensino até a concepção das pesquisas. Escrevem em sua carta de desligamento do Programa de Pós-Graduação em História:

Os gestores de pós-graduação, seja por adotarem uma posição pragmática, pressionados pelos parâmetros quantitativos das agências de fomento que controlam a pesquisa de pós-graduação no país, seja por acreditarem que tais parâmetros são corretos, têm levado os cursos, os docentes e discentes à busca desenfreada pelo cumprimento de metas quantitativas em detrimento, em nossa compreensão, de valores que devem nortear a produção do

<sup>189</sup> MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. *Ensaio Filosófico*, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Andre Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Andre Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>190</sup> GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. *Cadernos de Psicologia do Trabalho*. v. 13, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25743>>. Acesso em: 11 out 2016.

conhecimento acadêmico e que se articulam a dimensões qualitativas da pesquisa e da reflexão na área das Ciências Humanas. [...]. Reconhecemos o fato de que também somos corresponsáveis pela situação, de um modo global, pois em diversas circunstâncias referendamos as metas quantitativas e as reproduzimos em nossas práticas. Certamente, mesmo a contragosto, encaminhamos certos procedimentos exigidos em função de cobranças institucionais. Entretanto, o avanço desse processo tornou a situação cada vez mais inflexível e nos levou a tomar essa iniciativa de desligamento formal. [...]. Entre outras questões, a criação de programas de pós-graduação deve se dar em consonância com a graduação, sendo que essa segunda não pode tornar-se tão somente um apêndice ou uma espécie de 'etapa preparatória' da primeira. **A pós-graduação deve significar um desenvolvimento da graduação e não uma negação dela.** Nesse sentido, relegar a graduação e o ensino a um status menor é um equívoco extremamente danoso e que pode solapar as bases de formação qualificada de profissionais em diversas áreas. Deve-se observar a estrutura de cada programa de pós-graduação e sua forma de inserção na sociedade no seu entorno, para se avaliar inserindo **critérios de ponderação, que não tornem os parâmetros uniformes e inflexíveis.** Cada região do país possui suas peculiaridades e não se pode ter uma medida que desconsidere isso. Um pequeno exemplo pode ser apresentado: na realização de eventos há uma pontuação que desqualifica aqueles de caráter local ou regional e valoriza os nacionais ou internacionais. (PESSOA, et al, 2012, grifo meu)<sup>191</sup>.

Relegar a graduação e o ensino a um status menor é um equívoco extremamente danoso que pode solapar as bases de formação qualificada de profissionais em diversas áreas. Os programas de pós-graduação e os dispositivos avaliativos do produtivismo científico estão se sobrepondo à relação do processo de formação da graduação. Este é um ponto crítico que vem ganhando força no corpo docente universitário.

Eu os questionei duramente, até indelicadamente, mas ainda sem xingar ou ofender, no sentido de criticar o que eu via como apatia diante dos desmandos dos professores do Departamento, diante do **abandono e até do desprezo à graduação, chamada pelo mentor ideológico do grupo dominante de 'vala comum'.** (ALVITO, 2015, p. 07, grifo meu)<sup>192</sup>.

Pensar a graduação como apenas um apêndice da pós-graduação é negar o processo natural da formação do estudante, disponibilizado na universidade. Isso vai levar essa instituição a não mais discutir o 'universo', mas apenas a parte mais cobrada socialmente por uma política de conhecimento/capital econômico.

A primeira formação – graduação – possibilita uma construção mais generalizada, que vai compor a construção harmoniosa/conflituosa na integridade da

<sup>191</sup> PESSOA, Ângelo Emílio da Silva, et al. [Carta]. João Pessoa/PB. 02 jul. 2012. Carta de Desligamento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba solicitando descredenciamento.

<sup>192</sup> ALVITO, Marcos. [Carta]. Rio de Janeiro. 07 set. de 2015. Carta aberta ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[https://www.academia.edu/15459466/CARTA\\_ABERTA\\_AO\\_DEPARTAMENTO\\_DE\\_HIST%C3%93RIA\\_DA\\_UFF](https://www.academia.edu/15459466/CARTA_ABERTA_AO_DEPARTAMENTO_DE_HIST%C3%93RIA_DA_UFF)>. Acesso em: 17 out 2016.

ciência em estudo. As especializações preencherão a necessidade de continuidade na formativa, o aprender a ler para além das entrelinhas, a conhecer novas linguagens, mas sempre retornando à graduação. Esta é o rizoma que com todas as suas linhas de fuga possibilita ao estudante aperfeiçoar ou compor os mais diversos olhares com vieses diferenciados. E, o principal, reconhecer que não se aprendeu tudo – o impossível.

Outro dado importantíssimo é o cuidado com as novas exigências para ser docente na graduação. O ingresso na universidade aumentou – algo extremamente positivo – mas a formação educacional dos novos ingressantes está cada vez mais frágil. A academia não pode continuar empurrando o problema da fragilidade formativa do discente, necessita intervir.

Esse fator não deixa de ser mais um processo de intensificação do trabalho docente, à medida que o professor acata a política do 'fingimento do ensinar e aprender' em conjunto com as avaliações do MEC contabilizando na sua 'carteira' de financiamentos para a universidade. Ou seja, a verba é equivalente ao número de diplomas confeccionados pelos cursos, independente da qualidade da formação – Matriz ANDIFES.

O consentir não fica apenas no reconhecimento de si. Ele extrapola, obriga o corpo docente a acatar segundo o capital o 'novo' modelo de universidade, um grande colégio com participação direta na 'pesquisa'. Esta também é uma forma de consentimento assumida na academia. O consentimento imposto a todo o corpo docente é formar o maior número de alunos possível e o 'livre' consentimento do corpo docente na luta para conquistar os melhores discentes para ingressar nos seus grupos de pesquisa e continuarem a formação nos programas de pós-graduação.

Os discentes que temos hoje são outros, as condições de trabalho são precárias, os investimentos irrigários, mas somos obrigados a lidar com essa outra 'realidade'. Pensar uma formação inicial qualificada aos sujeitos que historicamente foram excluídos do Ensino Superior e hoje tiveram o 'direito' de ingressar – um prazer indiscutível, mas o tempo para assumir e contribuir na formação desse grupo discente necessita de uma dedicação muito maior. Ressalto que reconhecer os direitos desses 'indivíduos marginalizados social/historicamente' é necessário, mas fazer disso apenas um momento político sensacionalista, sem dar condições estruturais, físicas, humanas e financeiras é colocar o corpo docente em um vazio intransponível.

[...] universidade, precarizada, é verdade, mas com uma presença contagiente e esperançosa de alunos histórica e sociologicamente negros, de alunos provenientes de escolas públicas. Posso atestar, enquanto professor, que o entusiasmo desses alunos compensa amplamente toda e qualquer falha de formação que eles possam ter e enriquece uma sala de aula até então predominantemente branca e de classe média. Até um 'racista' como eu percebe isso. (ALVITO, 2015, p. 08)<sup>193</sup>.

Findo este capítulo com as reflexões e a ação radical dos professores: Marcos Alvito – Universidade Federal Fluminense; Guilherme Amaral Luz<sup>194</sup> – Universidade Federal de Uberlândia; Ângelo Emílio da Silva Pessoa, José Jonas Duarte da Costa, Regina Célia Gonçalves e Regina Maria Rodrigues Behar - da Universidade Federal da Paraíba. Necessitamos pensar melhor, e agir efetivamente no entendimento de qual universidade desejamos.

Como uma das personagens principais dessa grande peça teatral, consentimos com as novas condições impostas por todos os órgãos externos defensores de uma universidade-empresa, ou resistimos aprendendo a dizer 'prefiro não'. Apropriando-me do depoimento do Professor Marcos Alvito, demarco a defesa da tese de que vivenciamos uma universidade não apenas do 'livre consentimento' de alguns, mas uma pressão coletiva a todo o corpo docente, a perfeita armadilha das políticas capitalistas se apoderando da 'autonomia' universitária.

Entendo que 'prefiro não' necessita ser apreendido e pronunciado no cotidiano do corpo docente, e que não continuemos aprisionados na própria fragmentação criada entre nós e os dispositivos produtivistas da política externa/interna da universidade.

Acordo, vivo e durmo tranquilo. Nada temo, pois sei que nada fiz de errado. Ao menos no que diz respeito à objeção de caráter político. Creio que os princípios da democracia ainda vigoram, inclusive no todo poderoso Departamento de História da UFF. Sim, me valho da ironia, essa arma socrática contra o abuso autoritário, contra o mau exercício do poder, contra a defesa dos amigos em detrimento dos 'inimigos', enfim, contra tudo que o 'caso' atual exemplifica. Adotei, nas redes sociais, o avatar do Burro. Animalzinho humilde, simpático, bem mais inteligente e sério do que os corcéis e garanhões de crina empinada. Ensina-nos Guimarães Rosa, em sua maravilhosa novela 'O Burrinho Pedrês' (um pouco de arte não faz mal a ninguém), que o burro é um animal extremamente confiável, bem menos impetuoso do que o cavalo, que por vaidade e falta de uma avaliação correta é capaz de entrar por um caminho perigoso demais, despencando para o

<sup>193</sup> ALVITO, Marcos. [Carta]. Rio de Janeiro. 07 set. de 2015. Carta aberta ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[https://www.academia.edu/15459466/CARTA\\_ABERTA\\_AO\\_DEPARTAMENTO\\_DE\\_HIST%C3%93RIA\\_DA\\_UFF](https://www.academia.edu/15459466/CARTA_ABERTA_AO_DEPARTAMENTO_DE_HIST%C3%93RIA_DA_UFF)>.

<sup>194</sup> LUZ, Guilherme Amaral. [Carta]. Uberlândia/MG. 16 nov. 2015. Carta de descredenciamento encaminhada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História do INHIS/UFU.

precipício. Já o Burro, ou Burrico, como queiram, empaca, fica firme na sua posição, em uma postura que parece antipática, mas que muitas vezes salva a vida do seu dono. [...]. Aquilo que acontecer comigo neste que talvez seja o 'último caso' que crio nesta universidade antes de buscar outras pastagens para o Burrico. Repetindo: aquilo que acontecer comigo poderá ser uma amostra do que a universidade viverá em um futuro bem próximo. **A ditadura dos interesses individuais que dela desfrutam sem protegê-la, sem defendê-la e sem em última instância honrá-la. Ou o início de uma revolta ampla, geral e irrestrita diante deste estado de coisas, no sentido de defender e ampliar, para usar de propósito nosso lema sindical, uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Ao que importa, vivos que estamos, apesar de sermos historiadores e gostarmos de estudar (primordialmente) o que fizeram os que agora estão mortos.** A situação da universidade é grave. Na verdade, se formos buscar o sentido original da palavra, originária de *universitas*, no sentido de conjunto, totalidade, a universidade não existe mais, ou talvez nunca tenha existido. **Existem grupos, disputando com cada vez mais vigor e menos ética a posse de podres poderes, que importam em bolsas, verbas e honrarias (mas não em honra).** Existem os alunos, cada vez mais cooptados para participar desses **Jogos Vorazes.** O campo científico, nos ensina o bom e velho Bourdieu, é marcado pela disputa. Mas acho que ele estava pensando em disputas exacerbadas do ponto de vista das ideias e do poder, mas não em picuinhas pessoais e perseguições. Tudo isso em meio a um contexto de corte de verbas e de uma expansão precarizada que depois de cumprir o seu papel de propaganda política largou a universidade pública à sua própria sorte (ALVITO, 2015, p. 09 – 10)<sup>195</sup>.

<sup>195</sup> ALVITO, Marcos. [Carta]. Rio de Janeiro. 07 set. de 2015. Carta aberta ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[https://www.academia.edu/15459466/CARTA\\_ABERTA\\_AO\\_DEPARTAMENTO\\_DE\\_HIST%C3%93RIA\\_DA\\_UFF](https://www.academia.edu/15459466/CARTA_ABERTA_AO_DEPARTAMENTO_DE_HIST%C3%93RIA_DA_UFF)>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido nesta tese é parte de um fenômeno em movimento intenso no espaço de trabalho do corpo docente universitário: o vocábulo 'considerações' deve ser respeitado na sua literalidade. Em todo o processo de estudo e rascunhos dissertativos desta tese, várias temáticas incompletas, fruto de uma história em movimento, foram caminhos que conflitaram chegando ao ponto de ofuscar qual caminho seguir.

A única certeza desde o início do estudo desta tese – a matrícula em um programa de pós-graduação – é de que as condições de trabalho do corpo docente universitário experienciava uma depreciação coletiva, histórica e cultural. As consequências dessa nova perspectiva de trabalho docente disciplinarizada era/é fruto de uma política neoliberal que privilegia a efetivação do Estado Mínimo, que deve cortar cada vez mais os gastos com o serviço público, em particular com o Ensino Superior.

Para não cortar de forma imediata os gastos públicos, a pressão para a produção docente foi intensificada cada vez mais. O corpo docente tanto tinha que produzir mais cientificamente como formar um número maior de discentes em todos os níveis – técnico, graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. A consequência de não atender ao produtivismo e à formação em 'série' de novos profissionais é a diminuição das verbas direcionadas às universidades públicas, seus respectivos cursos, automaticamente o corpo docente. A universidade, por ser o espaço primordial de trabalho do corpo docente, vivencia, no final do século XX e início do XXI, diversas problemáticas que o envolvem diretamente e de forma prejudicial. Disserto alguns apontamentos de problemáticas complexas que atingem diretamente o corpo docente universitário:

- implantação efetiva da política neoliberal no Brasil, inicialmente com o Governo Collor de Melo, mas sistematizada no Governo Fernando Henrique Cardoso com a aprovação e aplicação da concepção administrativa do Estado na perspectiva gerencial;
- as intervenções das políticas internacionais, em particular o Projeto de Bolonha, iniciado em Portugal, mas incorporado e aperfeiçoado pela Europa. Nesse projeto a flexibilidade curricular é o ponto crucial – formar o cidadão em menos tempo, oferecendo a esse formando a continuidade da formação em serviço. Outro ponto crucial é a unificação dos currículos flexíveis em todo o continente europeu, ou seja, livre circulação aos cidadãos para a continuidade da formação;
- a expansão do Ensino Superior no Brasil, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, inicialmente com incentivo da criação de cursos fora de sede e em seguida a criação e implantação do Projeto Reuni; disponibilização de recursos para as instituições privadas atendeu aos estudantes que estivessem fora da universidade pública – o PROUNI; reforma da Previdência Social atingindo diretamente o servidor público;
- os dispositivos avaliativos desenvolvidos pelo próprio corpo docente, quando este ocupa os cargos nos órgãos que devem acompanhar o desenvolvimento da universidade. O corpo docente, quando presente na participação e na criação desses dispositivos, parece esquecer as peculiaridades da universidade e que estão apenas ocupando uma cadeira representativa da área – Ensino Superior – . Seu verdadeiro cargo é no Magistério Superior, onde esses docentes acabam sendo criadores dos detalhes para docilizar o corpo docente na sua totalidade;
- estratégias avaliativas pautadas apenas na ótica quantitativa, sendo, assim, um fim em si mesmo. As avaliações visam a justificar o capital investido, tornando-se, destarte, uma avaliação apenas punitiva. As instituições que não atingirem as metas receberão menos verba;
- o incentivo à produtividade científica, que, à medida que foi sendo implantado acabou se tornando uma ação obrigatória, ou seja, o determinismo produtivista. Esse determinismo fragmentou mais ainda a carreira no magistério superior, pois parte do corpo docente, na ideologia do reconhecimento de si, assumiu como obrigação 'natural' produzir mais em menos tempo – consentimento;
- o conflito da impossibilidade de cumprir todas as funções atribuídas ao docente efetivo – ensino, pesquisa, extensão e gestão; a obrigatoriedade de o docente ter que assumir uma das frentes de trabalho, prejudicando as outras – adentrar na ótica produtivista para ter melhor pontuação avaliativa e reconhecimento na carreira, sobrepondo o ensino de pós-graduação ao ensino na graduação;
- sobrecarga de trabalho, não sendo possível cumprir todas as funções em apenas 40 horas, ou seja, carregar os compromissos para os outros espaços particulares – a intensificação;

- a CAPES deixa de ser uma instituição de financiamento para os projetos de pesquisa, como a contribuição para a continuidade da qualificação do corpo docente – uma agência de fomento que se tornou uma agência de controle;
- a implantação da 'obrigatoriedade' do preenchimento e atualização do currículo docente na Plataforma Lattes, a criação de categorização nos periódicos científicos de maior impacto. Esses periódicos, mais bem avaliados, possibilitam aos programas de pós-graduação, bem como ao docente pesquisador, melhor reconhecimento científico. A quantificação do número de vezes que um trabalho científico é citado em outras pesquisas;
- aberturas de editais de fomento direcionados a determinadas temáticas de estudo. Esses editais acabam impossibilitando os docentes de investir em outras temáticas, principalmente as inovadoras;
- as dificuldades para o ingresso de novos pesquisadores frente as políticas quantitativas implantadas, ou seja, o pesquisador é obrigado a adequar seus projetos às linhas de pesquisa já existentes e reconhecidas;
- o corpo docente, otimizando seu trabalho na seleção dos melhores alunos da graduação para atender à conexão entre pós-graduação e graduação; esse fator acaba criando um círculo vicioso entre o modelo de pesquisador produtivista existente e os novos pesquisadores. Os formandos que continuam na universidade antes de sair para o mercado de trabalho estão aperfeiçoados para produzir cientificamente, independente das condições físicas ou econômicas;
- a intensidade do determinismo produtivista chega ao ponto de desenvolver doenças físicas e mentais nos trabalhadores, agredindo as subjetividades de cada um;
- pesquisadores que acabam abrindo mão dos valores morais e começam a plagiar trabalhos já desenvolvidos por outros pesquisadores, como a reproduzir suas próprias pesquisas apenas com palavras diferentes e a fragilidade das novas pesquisas que acabam sendo publicadas sem estarem concluídas;
- se considerarmos as mudanças políticas em discussão desde o ano de 2012 encontraremos vários outros fatores e regras ainda em processo de discussão e implementação.

Considerando todas essas problemáticas, não foi simples delimitar qual seria tratada nesta pesquisa. No entanto, ao compilar dados das fontes, como o sítio do Scielo e de publicações da Revista Universidade e Sociedade/ANDES, foi possível compreender melhor as relações de trabalho do corpo docente no Ensino Superior e os conceitos de intensificação – já aplicados nas relações de produção industrial. Além disso, o consentimento – a aceitação do trabalhador de se submeter às novas regras para continuar empregado - foi também o que predominou no entendimento e compreensão da narrativa que deu vida a esta tese de doutorado.

Inclusive, durante todo o processo desta pesquisa, os testemunhos que prevaleceram, nos artigos científicos, foram o da fadiga do docente, uma das causas dessa é o excesso de cobrança do produtivismo científico, como se isso fosse a única função a ser exercida pelo professor do magistério superior. Logo, o produtivismo torna-se uma das causas das doenças físicas e mentais. Ademais, fragiliza a relação entre os pares – ou seja, nutri a 'cultura da inimizade' dentro academia.

Ensino, extensão, gestão e as próprias condições econômicas e políticas de fragilização da carreira no magistério superior foram temáticas apenas indiciadas nos periódicos científicos. Esse é um dado significativo que ficará em aberto nessa pesquisa e que necessita de um tratamento especial. Para atingi-lo é imprescindível a entrevista individual com o corpo docente.

Finalizo esta pesquisa apenas com a sensação negativa de que se não adotarmos o enunciado **PREFIRO NÃO** de forma coletiva, a carreira no magistério superior como servidor público e representante direto de novos conhecimentos e contribuição na formação qualificada de novos profissionais deverá findar. Partindo dos pressupostos:

- a) O conhecimento não pode ser entendido como mercadoria vendável;
- b) O trabalho docente no Ensino Superior não pode ser avaliado da mesma forma que se avalia a produção em série, ou seja, o conhecimento necessita de um tempo distinto, como a formação do discente também exige uma temporalidade distinta;
- c) As formas de contratação do professor deixarão de ser como servidor público efetivo – controlado pelo Regime Jurídico Único – e sim na perspectiva da CLT – Consolidação das leis do trabalho;
- d) A fragmentação do corpo docente: os responsáveis pelo ensino, extensão e gestão, os responsáveis pelo ensino na pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas, e os professores reconhecidos academicamente como representantes da pesquisa.

Em suma: a efetivação da proposta da Administração do Estado na perspectiva gerencial transformaria as universidades públicas em Organizações Sociais, perdendo elas sua 'liberdade' de criação e de questionamento das políticas sociais, bem como a opção por quais assuntos seriam pesquisados, a inovação e as propostas de novos cursos superiores. A única autonomia (sem aspas) que permanecerá na universidade é a de se autossustentar na relação público/privado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### DOCUMENTOS

ALVITO, Marcos. [Carta]. Rio de Janeiro. 07 set. de 2015. Carta aberta ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <[https://www.academia.edu/15459466/CARTA\\_ABERTA\\_AO\\_DEPARTAMENTO\\_DE\\_HIST%C3%93RIA\\_DA\\_UFF](https://www.academia.edu/15459466/CARTA_ABERTA_AO_DEPARTAMENTO_DE_HIST%C3%93RIA_DA_UFF)>. Acesso em: 17 out 2016.

ABNT, Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Relatório de Avaliação 2007-2009. Trienal 2010: Área de avaliação História. Coordenador de área: Raquel Gleuzer. Coordenador-Adjunto de área: Luiz Carlos Soares. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/HIST%C3%93RIA-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-dez10.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Relatório de Avaliação 2010-2012. Trienal 2013: Área de avaliação História. Coordenador de área: Carlos Fico (UFRJ). Coordenador-Adjunto de área: Claudia Wasserman (UFRGS) e Coordenador Adjunto de Mestrado Profissional: Marcelo de Souza Magalhães. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/triennial/Docs\\_de\\_area/Hist%C3%B3ria\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_21out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/triennial/Docs_de_area/Hist%C3%B3ria_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://portal.imprensanacional.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)>. Acesso em 02 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=250114&norma=269577>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CAPES. Planilha do resultado final da avaliação 2013 dos Programas de Pós-Graduação no Brasil. 2014. Disponível: <<http://mstr.capes.gov.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb?evt=2048001&src=mstrWeb.2048001&visMode=0&currentViewMedia=8&documentID=AC04064F4E>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CNPQ/LATTES. Conselho Nacional de Pesquisa. Plataforma Lattes. Sobre a Plataforma Lattes. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

INFOCAPES. Brasília, Boletim Informativo da CAPES, v. 9, n. 2, n. 3, abr/set. 2001, 173p.

LUZ, Guilherme Amaral. [Carta]. Uberlândia/MG. 16 nov. 2015. Carta de descredenciamento encaminhada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em História do INHIS/UFU.

MEC. Ministério da Educação. Pós-graduação: enfrentando novos desafios (Documento Síntese o Seminário Nacional). Infocapes: Boletim Informativo, v. 9, n. 2, n. 3, abr/set. 2001, 173p.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva, et al. [Carta]. João Pessoa/PB. 02 jul. 2012. Carta de Desligamento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba solicitando descredenciamento.

SILVA, Fernanda Duarte Araújo. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 09 nov. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2530209398344202>>. Acesso em: 20 maio 2016.

## L I V R O S , T E S E S E D I S S E R T A Ç Õ E S

AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espirito do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARROS, Moreno Albuquerque de. O modelo brasileiro de governança acadêmica e seus efeitos na produtividade científica. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014. (Tese de doutorado)

BAUMAN, Zugmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélio Scheneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013. (NOTA DE ONDE)

BERHEIM, Carlos. T.; CHAUÍ, Marilena de Souza. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: Cinco anos depois da conferência Mundial sobre Educação Superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Evangelho segundo São Mateus: Jesus, o Mestre da justiça. (Mt 25, 31-44). 2 ed. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

CAMPOS, Álvaro de. (heterônimo de FERNANDO PESSOA). Tabacaria. In: PESSOA, Fernando. Obra Poética. (Organização, Introdução e notas) Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

CANGUILHEIN, Georges. O normal e o patológico. Tradução: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Revisão técnica: Manuel Barros da Motta. Tradução do posfácio de Pierre Macherey, e da apresentação de Louis Althusser Luiz Otávio F. Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Tempos de trabalho e tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada de trabalho do trabalhador. São Paulo: Editora Annalube, 2009.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação de Mestrado – Engenharia de Sistemas e Computação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a Universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Reformada: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporânea: O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Peter Pál Pelbart, Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Coordenação da Tradução por Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 01.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Supervisão final de Léa Porto de Abreu Novais et al. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 07).

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões. 13 ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Poderes e Estratégias. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 04).

FOUCAULT, Michel. Radioscopia de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Organização e seleção dos textos de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, 07).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões. 13 ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior do individualismo contemporâneo. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Orgs). Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Uberlândia/MG: EDUFU, 2005.

HINO, Satoshi. O pensamento Toyota: princípios de gestão para um crescimento duradouro. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOGGART, Richard. As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa-Portugal: Editorial Presença, 1973.

JOGOS VORAZES. Título original: The Hunger Games. Direção: Gary Ross. EUA: Paris Filmes, 2012.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.

MARTUCCELLI, Danilo. Crítica da Filosofia da Avaliação. In: BALANDIER, Georges (Org.). O que avaliar quer dizer? Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2015.

MELVILLE, Herman. Bartleby, o escriturário. Tradução de Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MORAIS, Regis de. Um Abominável mundo novo? O Ensino Superior atual. São Paulo: Editora Paulus, 2011.

MOTOYAMA, Shozo (org.). Crodovaldo Pavan – 1986-1990. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). 50 anos do CNPq - contados pelos seus presidentes. São Paulo: FAPESP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. Escritos sobre educação. Tradução, apresentação e notas de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, Edições Loyola, 2012.

NUPPS. Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Simon Schwartzman. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/index.php/simon-schwartzman>>. Acesso em 11 out. 2016.

SEIXAS, Jacy Alves. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas da humilhação na cultura política brasileira (reflexões sobre o brasileiro jecamacunaímico). In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (Org). Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia-MG: EDUFU, 2005.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16 ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2011.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

WEBER, Max. A ciência como vocação. IN: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5 ed. Organização e introdução de H. H Gerth e C. Wrigth Mills. Tradução de Waltencir Dutra. Revisão do Prof. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

## P U B L I C A Ç Õ E S P E R I Ó D I C A S

ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. Caderno Cedes. Campinas, v. 29, n. 78, p. 257-269, maio/ago. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a08.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ALCADIPANI, Rafael. Academia e a Fábrica de Sardinhas. Revista Organização & Sociedade, Salvador/BA, v.18, n. 57. p. 345-8, abr/jun, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewFile/11155/8067>>. Acesso em 17 ago. 2016.

BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, 2014 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731>>. Acesso em: 27 set. 2016.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2014, v.22, n.82, pp. 89-110. ISSN 0104-4036. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a05v22n82.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/49623>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 30 jul. 2015.

BOSI, Antônio de Pádua. Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade acadêmica. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XX, n. 47, fev. 2011. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-25339576.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

CHAUÍ, Marilena. É um crime o currículo Lattes. In: SINDUECE- Seção Sindical do ANDES-SN dos docentes da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Notícias - Mais notícias. Disponível em: <<http://sinduce.org.br/noticias/mais-noticias/e-um-crime-o-curriculo-lattes-diz-marilena-chaui/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. Educ. Soc. 2010, v. 31, n.111, pp. 481-500. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. Precarização e superexploração do trabalho docente: a expansão das matrículas e o aumento da relação professor/aluno. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XX, n. 47, fev. 2011.

DOMINGUES, Ivan. O sistema de comunicação da ciência e do taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. Estudos avançados, v. 28, n. 81, p. 225 – 250, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/14.pdf>. Acesso em 23 set. 2016.

FORMER, Ana. Pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 fev. 1988. Segundo Caderno: Educação e Ciência. (Disponível no Acervo digital da Folha de São Paulo com acesso restrito).

FREITAS, Ester de. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. Caderno EBAPE.BR, v. 9, n. 4, Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebapec/v9n4/13.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

GONÇALVES, Alexandre. Nicolelis: Einstein: não seria pesquisador A1 do CNPq. Viomundo: o que você não vê na mídia. jan 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nicolelis-diz-que-sofreu-sabotagem-nos-bastidores.html>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. Cadernos de Psicologia do Trabalho. v. 13, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25743>>. Acesso em: 11 out 2016.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, n. 52, jul. 2013, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

GUIMARÃES, Carla. Simon Schwartzman: Só excelência acadêmica não basta. Época. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/bsimon-schwartzmanb-so-excelencia-academica-nao-basta.html>>. Acesso em: 11 out 2016.

LEITE, Janete Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Andes-SN, ano XXI, n. 48, jul. 2011, p. 84 – 96. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-207803317.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

LEMOS, Denise. Alienação no trabalho docente? O professor no centro das contradições. Universidade e Sociedade, Brasília/DF, ano XIX, n. 45, jan. 2010, Disponível em: <<http://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1587.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

LIMA, José Antônio. O Estado mínimo em um país sem o mínimo de Estado: a discussão que importa é a qualidade dos serviços públicos, mas ela é amplamente ignorada. Carta Capital. set. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/estado-minimo-em-um-pais-sem-o-minimo-de-estado-8645.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

LIMA, Kátia. Precarização e intensificação: as novas faces do trabalho docente. Universidade e Sociedade, Brasília: Andes-SN, ano XX, n. 47, p. 149-158, 2011.

LUZ, Madel T. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n1/v15n1a03.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

MANCEBO, Deise. Ensinar no ensino superior brasileiro: a mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Rev. Port. de Educação, Braga/Portugal, v. 23, n. 2, de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. Revista Portuguesa de Educação, v. 23, n. 2, 2010. Universidade do Ninho, Braga - Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37417086004.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2015.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na pós-graduação. Revista Universidade e Sociedade. Brasília/DF: Andes-Sn, Ano XXI, n. 48, jul. 2011.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na Sociologia. Revista Brasileira de Sociologia, v. 01, n. 02, jul/dez, 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/41>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Dos valores de medida aos valores como medida: uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. In: MENDONÇA, Andre Luis de Oliveira. Ensaios Filosóficos. dez. 2014. Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA\\_Andre Da\\_Bibliometria\\_a\\_Axiologia.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/MENDONCA_Andre Da_Bibliometria_a_Axiologia.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2016

NÓVOA, António. Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em Educação? Revista Educação Pesquisa, São Paulo, v. 41, nº 1 p. 263 – 272, jan/mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0263.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores. Revista Scientle & studia, São Paulo, v. 6, n. 3. p. 379-87, 2008.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. Revista Universidade e Sociedade. Brasília/DF, ano XXI, n. 49, jan. 2012.

REGO, Tereza Cistina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. Educação Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 2, abr/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a03.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. Publicar mais, ou melhor? O Tamanduá Olímpico. Psicologia USP, São Paulo, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n2/aop1611.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. Jogos Vorazes ... Jogos acadêmicos. ADUA: Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas. Disponível em: <<http://www.adua.org.br/artigos.php?cod=147>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online (FAPESP, CNPq BIREME/OPAS/OMS, FAP, UNIFESP). São Paulo. 1998-.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. Revista Brasileira de Educação. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUSSARD, Valdemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. Revista Universidade e Sociedade. Distrito Federal, ano XIX, n. 45, jan. 2010.

SILVA, Antônio Ozaí da. A corrida pelo Lattes. Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR. n. 46, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/046/46pol.htm>>. Acesso em 21 set. 2016.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; MENDES, Ana magnólia. Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do setor privado. Revista do Serviço Social Público. Brasília, v. 60, n. 3, p. 241-250, jul/set. 2009.

TRIGO, Telma Ramos; TENG, Chei Tung; HALLAK, Jaime Eduardo Cecílio. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. Rev. psiquiatr. clín. 2007, v. 34, n. 5, pp. 223-233. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000500004>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

VELASCO JÚNIOR, Licínio. Documento histórico: a Privatização no Sistema BNDES. Revista do BNDES, Brasília, n. 33, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3309.pdf](http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3309.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2016.

VIEIRA, Vitor. Universidades Federais devem ter cortes de até 45% dos investimentos. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 11 ago. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>. Acesso em: 16 set. 2016.

VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. Revista Brasileira de Educação. v. 18, n. 53, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/13.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

ZUIN, Antônio A. S. Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. Revista Pro-Posições. v. 24, n. 3, set/dez 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n3/09.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.